



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA

AMANDA MOURA BADARANE

**CONCEPÇÕES DE PROFESSORES E ALUNOS SOBRE SEXUALIDADE E AS
ESTRATÉGIAS UTILIZADAS NA ABORDAGEM DESSA TEMÁTICA NO
CONTEXTO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO ACRE - IFAC**

RIO BRANCO – AC
2021

AMANDA MOURA BADARANE

**CONCEPÇÕES DE PROFESSORES E ALUNOS SOBRE SEXUALIDADE E AS
ESTRATÉGIAS UTILIZADAS NA ABORDAGEM DESSA TEMÁTICA NO
CONTEXTO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO ACRE - IFAC**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Mestrado Profissional em Ensino de
Ciências e Matemática, da Universidade Federal
do Acre

Linha de pesquisa: Ensino e Aprendizagem em
Ciências e Matemática

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Francisca Estela de Lima
Freitas

RIO BRANCO – AC
2021

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

B132c Badarane, Amanda Moura, 1984 -

Concepções de professores e alunos sobre sexualidade e as estratégias utilizadas na abordagem dessa temática no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - IFAC / Amanda Moura Badarane; orientadora: Profa. Dra. Francisca Estela de Lima Freitas. -- 2021.

129 f.: il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Acre. Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática. Linha de pesquisa: Ensino e Aprendizagem em Ciências e Matemática. Rio Branco, Acre, 2021.

Inclui referências, anexo e apêndice.

1. Sexualidade 2. Educação sexual 3. Abordagem emancipatória I. Freitas, Francisca Estela de Lima (orientadora) II. Título

CDD: 510.7

AMANDA MOURA BADARANE

**CONCEPÇÕES DE PROFESSORES E ALUNOS SOBRE SEXUALIDADE E AS
ESTRATÉGIAS UTILIZADAS NA ABORDAGEM DESSA TEMÁTICA NO
CONTEXTO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO ACRE - IFAC**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Acre, como parte das exigências do Curso de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, área de concentração Ensino de Ciências e Matemática, para a obtenção do título de Mestre.

Aprovado (a) em: 16/03/2021

Banca Examinadora



Profª Drª Francisca Estela Lima Freitas
Orientadora/Presidente (UFAC)



Prof. Dr. Antônio Igo Barreto Pereira
Membro Interno (UFAC)



Profª Drª Renata Gomes de Abreu Freitas
Membro Externo (IFAC)

Aos meus filhos, pais e amigos que estiveram na
torcida pela concretização desse sonho.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço sempre a Deus, que me deu o dom da vida e sempre está comigo em todos os momentos, seja naqueles de alegria como nos de tristeza. A Ele por ter segurado minha mão e me dado força e sabedoria ao longo dessa jornada e de tantas outras. Mais um sonho que será realizado, pois o Senhor colocou sua mão nele.

Depois, agradecer aos meus filhos queridos, Alana e Carlos Gabriel, que vieram para abrilhantar o meu caminho e que com amor e paciência me dão suporte e apoio nos momentos difíceis, além das alegrias com as brincadeiras e filmes para amenizar os momentos difíceis com os trabalhos.

Aos meus pais, Marilene e Hermene, que nunca mediram esforços para que eu hoje chegasse a ser o que sou. Deram-me apoio e incentivo ao longo de toda a jornada escolar e agora com mais esse sonho. Meus sinceros agradecimentos, pois eles viram na educação uma forma de eu crescer pessoalmente e profissionalmente e mesmo com as dificuldades que apareciam no caminho, eles estavam presentes para me auxiliar.

Meus agradecimentos ao Carlos Viga, que sempre me apoiou no decorrer dos estudos. Em especial nesse Mestrado, em que me auxiliou com a análise de dados da pesquisa e produto educacional.

Aos queridos amigos incentivadores e torcedores para que mais esse sonho fosse concluído, entre eles, Renata, Adriane, Rafaela, Paula, Ana Carla, Robéria pelo incentivo e apoio nos momentos de angústias e incertezas.

Aos professores do Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática, pelas reflexões e norteamentos teóricos para com o campo do ensino de ciências.

Aos colegas da Turma MPECIM 2018, que além dos muitos momentos de aprendizados e troca de experiências durante as aulas, também proporcionaram boas risadas e força durante o percurso.

Agradecimento à colega de mestrado Conceição, que com a parceria e as conversas me incentivou a concretizar o trabalho.

À minha orientadora Prof.a Dra. Francisca Estela Lima Freitas que sempre acreditou em minha capacidade e me incentivou para alçar voos mais altos. Por toda a paciência e ensinamentos nesse acompanhamento da pesquisa. Também agradeço ao Prof. Dr. Milton dos Santos Freitas, seu esposo, que auxiliou em vários momentos da escrita da dissertação. Tenham certeza de que vocês me inspiraram como profissional e como ser humana a buscar melhores caminhos para trilhar a vida.

Aos membros da banca examinadora, Prof. Dr. Antônio Igo Barreto Pereira, Prof.^a Dra. Renata Gomes de Abreu Freitas e Prof. Dr. André Ricardo Ghidini, que tão gentilmente aceitaram participar e colaborar para conclusão deste trabalho.

Ao Instituto Federal do Acre (IFAC), por ter me permitido a realização da pesquisa, me dando a autorização e o suporte para a realização do estudo, além da liberação para o afastamento para conclusão da pesquisa.

Ao colega de trabalho Jailson, que prontamente me auxiliava nos momentos em que eu lhe recorria pedindo auxílio em dados para o estudo.

Aos colegas servidores do IFAC– Campus Rio Branco, Márcia e Luciano, que se dispuseram a trabalhar com minhas disciplinas para que eu pudesse finalizar esse trabalho.

Às colegas do IFAC, Edilene e Luciana, que se prontificaram a me auxiliar com a revisão ortográfica e produção do Abstract deste texto de dissertação.

A todos os profissionais que participaram do estudo, por sua disposição, seu tempo dispendido, compartilhando vivências e experiências e contribuindo para a pesquisa e para meu aprendizado.

“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina”

Cora Coralina

RESUMO

A sexualidade não se refere apenas à vida sexual do indivíduo, mas envolve também as dimensões biológica, psicológica e social do ser humano. Nesse sentido, estudos sobre a sexualidade no contexto de uma educação sexual formal no ambiente escolar é de suma importância para desenvolvermos nos estudantes a autonomia, a responsabilidade e o pensamento crítico em relação aos temas que cercam o conteúdo de sexualidade. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo investigar as concepções sobre o tema de estudantes e professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre- IFAC, *campus* Rio Branco, e identificar as estratégias empregadas por esses professores na abordagem desse assunto no ambiente escolar. Para a coleta de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada e os dados foram analisados conforme o método de Análise de Conteúdo Temática proposta por Minayo (2013). Como resultados, a maioria dos entrevistados apresentam uma concepção de sexualidade atrelada ao ato sexual e à orientação sexual dos indivíduos, enquanto poucos profissionais a consideram como algo abrangente que envolve as várias dimensões do ser humano. Além disso, depreendemos que existe uma dicotomia na abordagem desse tema na escola, evidenciando o modelo centrado no biológico e preventivo em detrimento da abordagem emancipatória. Dessa forma, o estudo demonstra, que a escola não realiza a educação sexual conforme preconizados nos documentos norteadores, ocorrendo um predomínio das ações na disciplina de Biologia. No tocante às estratégias para se desenvolver a educação sexual, foi enfatizada a abordagem dialógica e problematizadora que busque identificar as dúvidas e opiniões dos envolvidos. Dessa forma, defendemos que são necessárias estratégias que priorizem uma abordagem mais humana e que estejam baseadas no contexto sociocultural desse discente. Como resultado, surge o Guia mediador de práticas dialógicas no ensino da sexualidade, que busca incentivar a discussão e reflexão-crítica dos alunos e profissionais. Portanto, indicamos a necessidade de capacitações voltadas para a formação continuada de vários profissionais e parcerias entre a escola e a família, além do desenvolvimento de ações entre os setores que dialogam diretamente com os alunos na instituição.

Palavras-chave: Sexualidade; Educação Sexual; Abordagem Emancipatória.

ABSTRACT

Sexuality refers not only to the sexual life of an individual but also involves the biological, psychological, and social dimensions of the human being. In this sense, studies on sexuality in the context of formal sex education in the school environment is of utmost importance to develop students' autonomy, responsibility, and critical thinking regarding the issues surrounding sexuality content. Thus, this work aims to investigate the conceptions that students and teachers from the Federal Institute of Education, Science, and Technology of Acre - IFAC, Rio Branco Campus, have about the theme and identify the strategies employed by these teachers in addressing the issue in the school environment. For data collection, we used semi-structured interviews and the data were analyzed according to the Thematic Content Analysis method proposed by Minayo (2013). As result, most of the interviewees present a conception of sexuality linked to the sexual act and sexual orientation of individuals, while few professionals consider it as something comprehensive that involves the various dimensions of the human being. Furthermore, we deduce that there is a dichotomy in the approach of sexuality in school, emphasizing a biological and preventive-centered model rather than an emancipatory one. Also, the study shows that the school does not teach sex education as recommended in the guiding documents, causing most of the actions to take place only in Biology classes. Regarding the strategies to develop sex education, the dialogical and problematizing approach was emphasized, seeking to identify the doubts and opinions of those involved. Thus, we argue that strategies that prioritize a more human approach and that are based on the socio-cultural context of these students are necessary. As such, the Mediator Guide for dialogical practices in the teaching of sexuality emerges, seeking to encourage discussion and critical thinking by students and professionals. Therefore, we indicate the need for training focused on the continuing education of several professionals and partnerships between the school and the family, in addition to the development of actions among the sectors that dialogue directly with the students in the institution.

Keywords: Sexuality; Sex Education; Emancipatory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Limites territoriais do Acre.....	38
Figura 2 - Campus Rio Branco do Instituto Federal do Acre.....	39
Figura 3 - Esquema utilizado para análise de dados:.....	47
Figura 4 - Unidades Temáticas e Unidades de Significação da pesquisa.....	53
Figura 5 - Etapas de desenvolvimento do Produto/Processo educacional.....	100
Figura 6 - Aplicação do Guia no sistema educacional relacionado com a prática docente....	102
Figura 7 - Utilização do Guia mediador pelos docentes em sua prática docente.	103
Figura 8 - Grau de inovação do produto educacional Guia mediador de práticas dialógicas sobre a sexualidade.....	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição dos discentes sujeitos da pesquisa, segundo as variáveis sexo, idade, prática religiosa e escolaridade - Rio Branco, Acre, 2020.	48
Tabela 2 - Distribuição dos docentes sujeitos da pesquisa, segundo as variáveis sexo, idade, prática religiosa, formação básica e escolaridade - Rio Branco, Acre, 2020.	49
Tabela 3 - Distribuição dos docentes sujeitos da pesquisa, segundo as variáveis tempo de atuação na área do ensino, tempo de atuação no IFAC e realização de curso de capacitação na área de sexualidade - Rio Branco, Acre, 2020.	50

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AC	Acre
AIDS	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
AT	Amplitude total
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET'S	Centros Federais de Educação Tecnológica
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CVT	Centro Vocacional Tecnológico de Referência em Agroecologia e Produção de Orgânicos
DIAHV	Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais
DP	Desvio Padrão
DST's	Doenças Sexualmente Transmissíveis
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENPEC	Encontro Nacional de Pesquisas em Educação em Ciências
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
HIV	Vírus da Imunodeficiência humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFAC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IST's	Infecções Sexualmente Transmissíveis
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
NAES	Núcleo de Assistência ao Estudante
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e indígenas
OMS	Organização Mundial de Saúde
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais

PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PNE	Plano Nacional de Educação
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSE	Programa Saúde na Escola
SVS	Secretaria de Vigilância em Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFAC	Universidade Federal do Acre
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
US	Unidades de Significação
UT	Unidades Temáticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 OBJETIVOS	21
2.1 Objetivo Geral.....	21
2.2 Objetivos Específicos.....	21
3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	22
3.1 Conceitos e História da Sexualidade.....	22
3.2 Educação Sexual e Políticas Públicas	23
3.3 Abordagens da Sexualidade e Desenvolvimento nas instituições escolares.....	27
3.4 Sexualidade no Contexto do Ensino de Ciências.....	32
3.5 Educação Dialógica como prática da educação para a sexualidade	35
4 METODOLOGIA	37
4.1 Desenvolvimento da pesquisa.....	37
4.1.1 Cenário do estudo.....	37
4.1.2 Participantes da pesquisa.....	40
4.1.3 Critérios de inclusão e exclusão dos sujeitos da pesquisa.....	41
4.1.4 Aspectos éticos da pesquisa	42
4.1.5 Técnica de coleta de dados.....	43
4.1.6 Procedimentos para a coleta de dados.....	43
4.1.7 Análise e interpretação dos dados	45
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	48
5.1 Caracterização dos participantes.....	48
5.2 Unidades temáticas e suas respectivas unidades de significação.....	52
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
7 PRODUTO EDUCACIONAL	99
Figura 6 - Aplicação do Guia no sistema educacional relacionado com a prática docente....	102
Figura 7- Utilização do Guia mediador pelos docentes em sua prática docente.	103
Figura 8 - Grau de inovação do produto educacional Guia mediador de práticas dialógicas sobre a sexualidade.....	105
REFERÊNCIAS	107
APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido para docentes	117
APÊNDICE B - Termo de consentimento livre e esclarecido para alunos	120
APÊNDICE C - Roteiro para entrevistas - docentes	123
APÊNDICE D - Roteiro para entrevistas - Alunos	125

APÊNDICE E – Formulário Avaliação do Produto Educacional.....	126
APÊNDICE F – Produto Educacional.....	128
ANEXO A – Autorização da Instituição.....	129

1 INTRODUÇÃO

A sexualidade, de acordo com a Organização Mundial de Saúde, é definida como uma energia que nos incentiva a buscar contato, ternura, intimidade e amor, sendo expressa por meio de fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, relacionamentos, comportamentos, práticas e papéis, podendo ser influenciada por fatores psicológicos, sociais, biológicos, econômicos, políticos, históricos, culturais, legais, espirituais e religiosos (OMS, 2017). Para Costa (2005), a sexualidade se refere ao conjunto de fenômenos da vida sexual e é por meio dela que nos relacionamos com os outros, amamos e obtemos prazer. No entanto, a sexualidade não se restringe exclusivamente à vida sexual, mas sim a uma visão mais ampla do ser humano, que envolve seus aspectos biológico, psicológico e social.

Gesser, Oltramari e Panisson (2015) afirmaram que a sexualidade incorpora, em sua contextualização, aspectos culturais, históricos, biológicos e políticos, que atravessam e constituem a experiência de cada indivíduo. É frequente, entretanto, inclusive entre membros do magistério, que a sexualidade seja confundida com o sexo e com o ato sexual e como forma de obtenção de prazer, sendo poucos os educadores que a consideram dentro de uma perspectiva mais ampla na qual estão incluídas questões afetivas, ambientais, culturais e valores sociais e pessoais (JAQUES, 2012; BARROS; RIBEIRO, 2012).

A justificativa para esta pesquisa se deu em razão do meu trabalho como docente do Instituto Federal do Acre – IFAC, campus Rio Branco, onde trabalho com a disciplina de Biologia para o Ensino Médio e percebi que com esse público de estudantes, abordar o tema sexualidade é bem recebido, de vez que os alunos gostam de tirar suas dúvidas e expor suas opiniões e veem nesses momentos um espaço para resolver seus questionamentos, já que no seio familiar são raras as oportunidades apresentadas para se discutir assuntos que envolvam esse tema.

No que se refere ao ambiente escolar, as matrizes curriculares dos cursos dão ênfase para a dimensão biológica, com foco na anatomia do corpo humano, nas Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) e na prevenção da gravidez, deixando de lado as dimensões emocional, social e psicológica dos alunos, o que pode levar a um desinteresse pelo tema. Além disso, os altos índices de infecções sexualmente transmissíveis e de gravidez na adolescência, fenômenos sociais e de saúde que estão intimamente relacionados com uma vivência inadequada da sexualidade, levaram-me a questionar se as estratégias utilizadas nas escolas para a prática educacional desse conteúdo são realmente eficazes no sentido de proporcionar aos estudantes um nível de conscientização necessária para a compreensão do tema e, conseqüentemente, para

o desenvolvimento de um senso crítico voltado para a reflexão dos problemas vivenciados por eles e, assim, proporem modificações nas suas vidas.

De acordo com dados divulgados pelo Boletim Epidemiológico HIV/Aids, do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais (DIAHV), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018), no Brasil, em 2017, foram diagnosticados 42.420 novos casos de HIV e 37.791 casos de Aids. No Acre, essa prevalência experimentou um elevado incremento de cerca de 66%, entre os anos de 2006 e 2015 (BRASIL, 2018). Em Rio Branco, capital do Estado, a taxa de detecção entre jovens de 15 a 24 anos registrou 12,8 casos/100 mil habitantes, média situada acima da taxa entre as mulheres, que foi de 11,7 casos/100 mil habitantes para o ano de 2014 (BRASIL, 2018).

Com relação à gravidez entre jovens de 10 a 19 anos, os índices diminuíram 17% no período de 2004 a 2015, conforme registros contidos no Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos do Ministério da Saúde. No entanto, a região Norte está em terceiro lugar no índice de adolescentes grávidas, apresentando 14% de nascidos vivos de mães entre 10 e 19 anos, perfazendo um total de 81.427 nascidos vivos. Na cidade de Rio Branco, o número de casos é elevado para essa faixa etária, perfazendo um total de 1.299 nascidos vivos no ano de 2016 (BRASIL, 2017).

Nesse sentido, um estudo realizado em 2013 junto a adolescentes menores de 15 anos atendidas na Maternidade Bárbara Heliodora, em Rio Branco – AC, identificou uma elevada prevalência, de cerca de 53,3% entre adolescentes com idade entre 12 e 14 anos e 46,7% entre adolescentes com 15 anos de idade. O estudo relatou ainda que as adolescentes pertenciam às classes menos favorecidas do município e que vinham de famílias em que não apresentavam condições mínimas necessárias para a manutenção de um padrão de vida de qualidade (FREITAS, 2016).

Os dados vão ao encontro de outra pesquisa realizada em 2015 na capital do estado do Acre, que evidenciou que do total dos partos prematuros realizados na Maternidade pública de Rio Branco, 158 partos, ou seja, cerca 25%, aconteceram em adolescentes entre 10 e 19 anos de idade. Destes, 8% foram partos ocorridos entre adolescentes entre 10 e 14 anos. Isso mostra, que mesmo os índices apresentando uma queda nos números de adolescentes grávidas no período de 2004 e 2015, os números ainda seguem elevados para essa faixa etária (HYDALL; DUARTE; COSTA, 2018)

Diante do exposto, a educação para a sexualidade se torna um processo de intervenção pedagógica cujo desenvolvimento deve ocorrer de forma contínua no contexto escolar, tendo

como principal objetivo levantar questões relacionadas à sexualidade, como a saúde sexual e reprodutiva, a diversidade sexual, o desejo afetivo-sexual e as relações de gênero (ZANNATA et al., 2016). Mas, ao contrário do que preveem os documentos oficiais, as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas no âmbito da educação para a sexualidade têm promovido predominantemente o aspecto biológico/preventivo e o preconceito às pessoas que divergem do modelo heteronormativo (GESSER; OLTRAMARI; PANISSON, 2015).

Apesar disso, estudos comprovam que a abordagem apenas biológica da sexualidade que envolvam somente o risco e a ameaça e ações pontuais sobre prevenção à gravidez e IST's, não são suficientes para incutir nos adolescentes uma reflexão crítica para que possam desenvolver atitudes conscientes e práticas responsáveis com relação ao desenvolvimento da sexualidade nas suas vidas (PIROTTA et al., 2013; GESSER; OLTRAMARI; PANISSON, 2015).

Nesse contexto, alguns estudos destacaram que o desconhecimento do tema pelos professores e o receio de se trabalhar sobre essa temática com crianças e adolescentes é um desafio para o desenvolvimento da educação para a sexualidade nas escolas. Isso se deve principalmente pelo despreparo na formação acadêmica e que persiste na vida profissional dos professores, com a falta de formação continuada que promova a aprendizagem dentro desse contexto. Sendo assim, torna-se necessário que sejam incentivados diálogos e capacitações entre professores e equipes de saúde para abordar temas relacionados à sexualidade no ambiente escolar (GESSER; OLTRAMARI; PANISSON, 2015; VIEIRA, 2015).

Portanto, percebe-se que a escola é importante no processo de esclarecimento para os jovens e que o professor tem um papel preponderante na abordagem desses assuntos com os adolescentes, que a ele compete a busca por estratégias diferenciadas que possam transmitir, com mais facilidade, o conteúdo aos estudantes. Desse modo, os recursos didáticos e as metodologias que usem tecnologias, sejam elas digitais ou não, são procurados com mais intensidade, no intuito de fazer com que os alunos se interessem mais pelos temas expostos e que desenvolvam uma consciência crítica que possam levá-los a fazer modificações em sua vida.

Mediante o exposto, a questão de pesquisa que norteou este estudo foi: quais as concepções de docentes e discentes sobre a sexualidade e quais as estratégias metodológicas mais privilegiadas no espaço escolar? Assim, o presente estudo foi realizado com docentes e discentes do Curso de Informática na modalidade Técnico Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC, *campus* Rio Branco., diante da necessidade de se conhecer as concepções dos estudantes e professores sobre o tema,

a maneira que os professores desenvolvem esse trabalho e quais as estratégias vistas como mais eficientes para o desenvolvimento da educação sexual nas escolas.

Diante disso, a pesquisa realizada consiste em um estudo descritivo, exploratório com abordagem qualitativa, utilizando a análise de conteúdo para o processamento dos dados. Para isso, foram utilizados Minayo (2013) e Gil (2008).

Assim, o texto apresentado está organizado em seções conforme o que se segue: a seção 1 (um) consta da Introdução. Logo após, a seção 2 aborda os Objetivos gerais e específicos do trabalho. Em seguida, a seção 3 discorre sobre os pressupostos teóricos que envolvem a temática do estudo. Esta seção relata sobre as concepções e história da sexualidade, as políticas públicas no Brasil e a educação sexual nas escolas, além de tratar sobre as abordagens existentes no debate desse tema e a responsabilidade de atores específicos. Além disso, nessa seção são reveladas a relação da educação sexual com o ensino de ciências e a educação dialógica como proposta de estratégia para as práticas educacionais nas instituições escolares.

Na seção 4, apresentamos a metodologia, com a descrição do percurso metodológico realizado no estudo. Já a seção 5, apresenta os resultados e discussões pautados no referencial teórico e em pesquisas de grande relevância na área. Logo após, apresentamos a seção 6 com as considerações finais e a seção 7 com o produto educacional e a descrição das suas fases.

Como produto educacional, resultado desta dissertação, apresenta-se o Guia Mediador de práticas dialógicas no ensino sobre sexualidade, já adaptado conforme as avaliações dos docentes entrevistados. O guia mediador é uma proposta para ser desenvolvida com alunos em momentos em sala de aula ou através de projetos a serem realizados por profissionais de várias áreas da instituição. Além disso, o guia poderá ser utilizado em capacitações para professores e demais servidores da escola, ou seja, o guia não apresenta ações enrijecidas, mas apresenta atividades que podem ser alteradas e adaptadas conforme os mediadores que o utilizarão.

Ainda, baseado no referencial teórico da pesquisa e com base nas entrevistas, o guia é pautado na pedagogia proposta por Paulo Freire (2011), que visa à problematização e educação dialógica em busca de uma melhor aprendizagem tanto dos alunos como de todos os profissionais comprometidos com uma educação de qualidade e emancipatória.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

- Analisar as concepções de alunos e professores em relação à sexualidade e às estratégias educacionais utilizadas no desenvolvimento do tema no *campus* Rio Branco do Instituto Federal do Acre.

2.2 Objetivos Específicos

- Identificar, entre discentes e docentes, suas concepções sobre a sexualidade;
- Quais as abordagens e estratégias educacionais utilizadas no ambiente escolar;
- Identificar os nós críticos evidenciados no contexto das práticas educacionais sobre a sexualidade;
- Elaborar, em formato digital, material didático orientador de práticas educacionais relacionadas à sexualidade no contexto do ensino fundamental e médio.

3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

3.1 Conceitos e História da Sexualidade

Freud (1996) afirmou que a sexualidade não está restrita ao ato sexual e à função dos órgãos genitais, existindo diferenças entre a sexualidade das crianças e a vida sexual dos adultos. De acordo com o mesmo autor, a vida sexual inicia logo após o nascimento e se desenvolve por meio de estímulos e atividades durante a infância, apresentando as fases oral, sádico-anal, fálico, período de latência e genital. Bonfim (2012), por sua vez, considera a sexualidade um dos aspectos centrais da vida, que envolve papéis e orientação sexual, erotismo, sexo, prazer, envolvimento emocional, amor e reprodução. Dessa forma, é composta pelos aspectos físicos, sociais e psicológicos e compreende, além do corpo, os costumes, as histórias, a religião e a cultura. Nesse sentido, a sexualidade consiste em uma dimensão humana e, portanto, estará presente em todas as fases da vida, demonstrando mecanismos próprios de manifestação, significação e vivência pessoal (FURLANI, 2011).

Portanto, a sexualidade não é um impulso rebelde, de natureza estranha e indócil, mas sim, um lugar de passagem pelas relações de poder entre homens e mulheres, jovens e idosos, pais e filhos, educadores e alunos, padres e leigos e entre administração e população. Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados de maior instrumentalidade. Nesse sentido, a sexualidade pode ser apresentada como um dispositivo histórico, ou seja, pode ser considerada como uma criação social, pois se constitui a partir de vários discursos sobre o sexo, discursos esses que regulam, normatizam, estabelecem saberes e produzem verdades (FOCAULT, 2018; LOURO, et. al, 2000).

No início do século XVII, no Ocidente, a prática da sexualidade não era concebida como segredo, pois havia uma tolerância com o ilícito em relação a práticas que envolviam a sexualidade. No entanto, a partir do século XVIII, a moral burguesa levaria a sexualidade para dentro dos lares, sendo considerada apenas no casamento heterossexual como função reprodutora, imposto como discurso e modelo da verdade (FOCAULT, 2018). Para este autor, as sociedades modernas ocidentais criaram e instalaram, principalmente a partir do século XVIII, um novo dispositivo que se sobrepõe ao dispositivo histórico, o dispositivo da sexualidade. Para Foucault (2018), ocorreu uma extensão permanente dos domínios e formas de controle e o que é pertinente nos vínculos entre os parceiros são as sensações do corpo, a qualidade dos prazeres e a natureza das impressões, mesmo sendo imperceptíveis.

Foi a partir do século XIX que os profissionais começaram a estudar cientificamente o sexo, e o recurso fundamental para produzir a verdade era através do “falar”, seguindo o modelo da confissão que era realizado pela igreja ((FOCAULT, 2018). Dessa forma, a sexualidade era medicalizada, com a medicina gerenciando e controlando a vida sexual dos casais, ditando normas e regras para a prática do sexo. Dentre as estratégias para a regulação está a redução do sexo para a função reprodutiva, forma heterossexual e adulta (FOCAULT, 2018; FIGUEIRÓ, 2010). Portanto, o discurso relativo à higiene, assim como a Igreja, continuou a reprimir o prazer gratuito e sem compromisso com a procriação, pois, para a Igreja, a procriação era um dever para com Deus, enquanto a higiene era um dever para com o Estado. Isso tinha como objetivo fazer com que a mulher não cometesse adultério e nem o onanismo. Além disso, pretendia limitar o homem somente na relação com sua esposa, combatendo, assim, a prostituição. Dessa forma, os objetivos da medicalização do sexo eram a solidez da família e a proteção da prole, o que precisava vincular o sexo ao amor para conseguirem impor as normas higiênicas relacionadas ao sexo (FIGUEIRÓ, 2010).

Cumpre-se frisar que o trabalho de normatização e controle educativo-terapêutico reproduziu e manteve os valores burgueses e ocorreu em uma sociedade industrial-capitalista com grandes transformações políticas, econômicas e sociais. E foi somente no século XX que o poder médico se voltou para a tarefa de higienizar a classe proletária. Além disso, foi também nesse mesmo século com as influências de ideias liberais advindas dos Estados Unidos e Europa que surgiu o início da modernização da sexualidade, a chamada racionalização da sexualidade. Assim, o sexo passou a ser conversado em público e as informações passaram a ser objetivas, pautadas em estudos científicos e não mais em superstições e ignorância (FIGUEIRÓ, 2010).

3. 2 Educação Sexual e Políticas Públicas

A educação sexual é prevista nas escolas desde 1928, baseada em uma concepção de sexualidade higienista e controladora, caracterizada por valores morais e religiosos que duraram fortemente até a década de 1950, até que os movimentos feministas nas décadas de 1960 e 1970 e os altos índices de HIV entre os indivíduos jovens na década de 1980 influenciaram o desenvolvimento de projetos de educação sexual. Essa educação tinha o predomínio de uma abordagem mais preventivista, em que os conteúdos eram mais vinculados aos métodos contraceptivos e doenças sexualmente transmissíveis (BRASIL, 1997; NARDI; QUARTIERO, 2012; VIEIRA; MATSUKURA, 2017).

A sexualidade passou então a ser tema de vários trabalhos e podem ser encontrados registros do início do século XX que apontavam para a necessidade de programas de Educação Sexual no Brasil. Para Figueiró (2010), a Educação Sexual consiste em toda ação ensino-aprendizagem sobre a sexualidade humana, podendo ocorrer no nível do conhecimento das informações básicas, como também no nível do conhecimento e/ou reflexões e debates sobre sentimentos, emoções, normas, valores e atitudes envolvidos com a vida sexual. Assim, a educação sexual pode ser distinguida em educação sexual informal, que engloba as ações exercidas sobre o indivíduo desde o seu nascimento; e a educação sexual formal, que é institucionalizada, deliberada e podendo ocorrer dentro ou fora da escola (WEREBE, 1980 *apud* FIGUEIRÓ, 2010, p. 187).

Bonfim (2012) acredita que a escola é o local mais indicado para a formação dos valores que pode levar os alunos a romperem com o ciclo vicioso da cultura e dos padrões estereotipados que estão na base da sociedade mercantil e capitalista e que a educação sexual é um processo educativo que possibilita não somente o conhecimento da parte biológica, mas também no que diz respeito aos valores e atitudes que se referem à forma como cada um vive a sua sexualidade. Desse modo, a educação sexual poderá contribuir para reduzir os altos índices de IST's e gravidez indesejada na adolescência, além de possibilitar aos jovens o esclarecimento do que significa sexualidade para si e para a sociedade.

Sobretudo no que diz respeito a atuação da escola, vários autores destacam a necessidade de que esta deva atuar de forma planejada na Educação Sexual. Assim, muitos educadores e pesquisadores enfatizam que é fundamental auxiliar os educandos a compreender e aceitar sua sexualidade para que isso possa levá-los ao desenvolvimento harmônico, saudável e feliz da sua sexualidade.

Mas apesar disso, alguns autores indicam que a função da escola deve ser limitada à transmissão dos conhecimentos básicos sobre a sexualidade (FIGUEIRÓ, 2010). Furlani (2011) argumenta que, se a educação formal apresenta como objetivo o indivíduo com desenvolvimento integral e a inserção de cidadania plena em sua vida, a educação sexual deve estar presente nos currículos escolares. Ainda dentro da perspectiva da atuação da escola na Educação Sexual, Bonfim (2012, p. 70) afirma que:

Diante de uma sociedade capitalista em que os meios de comunicação, especialmente a TV e a *internet*, induzem à erotização precoce, estabelecem novos padrões de relacionamentos e ditam comportamentos sexuais, não podemos mais ignorar a problemática que se desenvolve em torno da sexualidade. Portanto, se a família não tem proporcionado às crianças, adolescentes e aos jovens a formação e o discernimento sobre a sexualidade, consideramos que a escola não pode agir da

mesma forma, ignorando tantos problemas sociais decorrentes da falta de uma educação sexual emancipatória e comprometida com o bem-estar do ser humano, (...).

Portanto, a partir de 1997, ocorreu a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que emergiram como um novo cenário para a concretude do ensino da sexualidade nas escolas (BRASIL, 1998, 2000). Dessa forma, o reconhecimento do papel da escola na Educação Sexual pode ser acentuado na medida em que se torna possível atingir um grande número de crianças e adolescentes (FIGUEIRÓ, 2010).

A proposta do Ministério da Educação nos parâmetros foi a de que o tema sexualidade fosse incluído como tema transversal e interdisciplinar, ou seja, poderia ser ensinada por docentes das diferentes áreas. No entanto, esse ensino enfrenta alguns fatores limitantes, como a precariedade na formação e atuação profissional dos professores. Apesar disso, analisando a partir de 1920, percebe-se que a educação evoluiu, passando de uma educação sexual controladora, para uma educação sexual formadora de pessoas ((FIGUEIRÓ, 2002; FIGUEIRÓ, 2010).

Apesar de vislumbrarmos uma pequena melhora no ensino da sexualidade nas escolas, observamos que na contramão dos PCN's, entra em vigor nos anos de 2017 e 2018 a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino fundamental e ensino médio, respectivamente. Segundo o Ministério da Educação, a BNCC é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de maneira que todos tenham direito de aprender e se desenvolver, conforme está no Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2017; PATTI; PINHÃO; SILVA, 2019).

Isso evidencia que mesmo com o avanço de documentos curriculares oficiais quanto de pesquisas acadêmicas em diversos campos, ainda se observam discursos conservadores que visam desqualificar a importância do debate dessa temática para a formação de crianças e adolescentes e que acabam por tirar o dever da escola de promover o direito à educação sexual (PATTI; PINHÃO; SILVA, 2019).

Para Furlanetto et al. (2018), houve no campo da educação sexual um retrocesso político, pois suprimiu os termos gênero e orientação sexual da BNCC. No entanto, vislumbramos nas competências gerais (BRASIL, 2017) para educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio) algumas oportunidades para discutir a temática sexualidade, que são:

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas;
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza;
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (BRASIL, 2017, p. 9).

Além da evidência nas competências gerais para se trabalhar a educação sexual nas escolas, Patti, Pinhão, Silva (2020) realizaram uma análise sobre a abordagem do tema sexualidade presente na BNCC para o ensino fundamental na disciplina de ciências e encontraram 25 unidades de análise que falam sobre sexualidade. Destas, 16 unidades de análise apresentavam características que visam à emancipação do ponto de vista individual. Já as outras 09 tinham características estritamente biológicas e sem articulação com outras áreas disciplinares.

Percebemos com o estudo que a abordagem emancipatória é a mais citada no documento BNCC. Essa abordagem visa fornecer informações aos alunos para poderem tomar suas decisões, baseadas nas escolhas individuais, minimizando o coletivo. No entanto, mesmo sendo uma abordagem progressista, estão ausentes vários termos importantes para o ensino de sexualidade, como identidade de gênero, indo contra o que vem sendo pesquisado na área.

Portanto, Furlanetto et al. (2018) afirmaram que há muito que avançar nessa temática, tanto em termos de leis, de pesquisas e também por ações efetivas nas escolas, pois, a educação sexual e as discussões sobre gênero e identidade “não podem ser confundidas com qualquer tipo de doutrinação moral ou ideológica, mas devem estar associadas ao desenvolvimento da cidadania”.

Dessa forma, de acordo com Desidério (2020) a resistência é uma ação necessária, frente a um documento que exclui a temática sexualidade da pauta, para que haja um efetivo trabalho de educação sexual nas escolas. Assim, devemos assumir um compromisso de participação ativa na luta por uma educação sexual emancipada visto que deve levar em consideração alguns questionamentos sobre o “porquê e para que a ensinamos”, possibilitando o planejar e replanejar de nossas ações constantemente.

3.3 Abordagens da Sexualidade e Desenvolvimento nas instituições escolares

As práticas de educação sexual podem sofrer modificações em relação às concepções daqueles que realizam as ações educativas. Nesse sentido, os modelos podem distinguir-se em relação às concepções, valores e compreensões sobre a sexualidade e os temas que a envolvem (DUARTE, 2010). Dessa forma, a sexualidade pode ser desenvolvida de várias maneiras, seja no ambiente escolar, seja nos demais ambientes, como casa, igreja, unidades de saúde, e isso dependerá da visão de sexualidade que cada indivíduo reconhece e vivencia. Nesse sentido, os diferentes tipos de abordagens dependerão dos autores que trabalham com essa temática.

De acordo com Figueiró (2010), existem cinco tipos de abordagens para se trabalhar com a educação sexual: Religiosa Católica, Religiosa Protestante, Médica, Pedagógica e Emancipatória. A primeira abordagem citada pela autora é a Abordagem Religiosa Católica, que é dividida em Abordagem Religiosa Tradicional e Abordagem Religiosa Libertadora. A primeira apresenta algumas características como: a vivência da sexualidade ao amor a Deus e à submissão às normas religiosas oficiais; preservação dos valores morais cristãos, que vincula o sexo ao casamento e à procriação; e a aliança com Deus ocorre apenas através do matrimônio e da virgindade/castidade. Já a segunda Abordagem Religiosa relaciona a sexualidade ao amor a Deus e ao próximo; valoriza a informação de conteúdos que levam a um debate e que podem acarretar uma conquista de consciência da cidadania; busca levar o cristão a ser sujeito de sua sexualidade, com responsabilidade, consciência e liberdade.

A Abordagem Religiosa Protestante também se divide em duas: a Tradicional e a Libertadora, apresentando as mesmas características da Abordagem Católica, diferenciando-se apenas no item da Tradicional, em que relaciona a vivência da sexualidade ao amor a Deus e à obediência às mensagens bíblicas (FIGUEIRÓ, 2010).

No que concerne ao Educador Sexual comprometido com a Abordagem Médica algumas características são evidenciadas, dentre as quais a mais importante é o destaque que se dá ao fornecimento de informações, como os programas preventivos de saúde pública, para garantir os direitos sexuais e reprodutivos, além da saúde sexual do indivíduo e da coletividade. Também buscam entender os fatores que possam afetar a sexualidade e indicam alternativas para a superação (FIGUEIRÓ, 2010).

Já a Abordagem Pedagógica pode, além do caráter informativo, também valorizar o aspecto formativo, propiciando discussão de tabus, atitudes, valores e preconceitos. Além disso, Figueiró (2010) afirma que essa abordagem se volta mais primordialmente para o processo de

ensino e aprendizagem de conteúdos envolvidos com a sexualidade, direcionando o cidadão para a reformulação das suas atitudes e valores.

Sobre a Abordagem Emancipatória, Figueiró (2010) apontou algumas características, que incluem: o respeito aos tipos de diversidade, alcance aos direitos sexuais e reprodutivos; valorização do aspecto informativo e formativo, assim como a Abordagem Pedagógica; entende a questão sexual ligada ao contexto social; valoriza a participação em lutas coletivas com o intuito de transformação das normas e valores ligados à sexualidade e considera significativo as modificações de atitudes, valores e preconceitos sexuais de cada pessoa, que possibilitem a vivência da sexualidade com liberdade e responsabilidade.

Dentre essas, a abordagem emancipatória é a indicada para ser utilizada por profissionais na sua prática cotidiana, pois considera essencial a formação do cidadão crítico capaz de modificar sua própria realidade através de autonomia moral e intelectual. No entanto, uma análise realizada por essa autora sobre as publicações das produções científicas sobre Educação sexual identificou que a Abordagem Pedagógica é a que predomina em relação aos outros tipos citados (FIGUEIRÓ, 2010).

Além dessas abordagens, Jimena Furlani (2011) citou oito abordagens contemporâneas para a educação sexual, que são: Abordagem Biológico-higienista; Moral-tradicionista; Terapêutica; Religioso-radical; Abordagem dos Direitos Humanos; Abordagem dos Direitos Sexuais; a Emancipatória e a Abordagem *Queer*. Dentre essas abordagens, a Biológico-higienista assemelha-se à Abordagem Médica citada por Figueiró (2010), pois confere ênfase ao determinismo biológico e o seu aspecto central no ensino é a promoção da saúde, através da reprodução humana, prevenção às IST's e à gravidez indesejada na adolescência.

É considerada a abordagem prevalente nas ações educacionais, principalmente na educação formal, através das aulas de Ciências e Biologia. No entanto, essa abordagem sofre críticas relacionadas à sua característica de ser exclusiva, pois implica em um currículo reducionista e limitado (FURLANI, 2011). A autora revela que, com o uso desse tipo de abordagem, devem ser problematizadas e questionadas duas representações: sobre se a educação sexual deve ser indicada somente para a fase da adolescência; e se ao se realizar trabalhos sobre essa temática nas escolas de ensino infantil estariam incentivando a prática sexual precoce das crianças. Essas questões são inverdades e por essa razão devem ser questionadas e discutidas pelos professores. Já sobre a moral tradicionalista, Furlani (2011) entende que esta é a abordagem que defende a educação sexual como sendo atribuição das famílias, em que o controle reprodutivo não deve ser incentivado e é estimulada a homofobia.

Também uma crítica a essa abordagem é a privação da informação, pois como é desencorajada a prática sexual, não são apresentadas e discutidas formas de prevenção e de práticas sexuais seguras aos jovens.

No que tange à abordagem Terapêutica, nesta acredita-se que é possível realizar a “cura” dos homossexuais e que o profissional de psicologia seria o encarregado de realizar o procedimento psicoterapêutico. Nesse sentido, as igrejas que pregam essas ideias, acreditam quem a homossexualidade pode ser originada através de um “desvio de conduta” ou “possessão demoníaca”, e que somente a terapia poderá levar à “cura” (FURLANI, 2011). Seguindo esse raciocínio, temos a abordagem religiosa-radical, em que ocorre uma dedicação às interpretações da Bíblia de forma literal, como sendo uma verdade incontestável sobre as representações acerca da sexualidade “normal”. Essa forma de interpretação tem servido para aumentar a homofobia e para justificar a opressão contra as mulheres e a segregação racial (FURLANI, 2011).

Furlani (2011) afirmou ainda que as demais abordagens, Direitos Humanos, Direitos Sexuais, Emancipatória e *Queer* são abordagens que estão mais próximas do reconhecimento da diferença como fator positivo. Assim, a abordagem dos Direitos Humanos problematiza, discute e destrói as representações negativas que foram impostas aos sujeitos que fazem parte de grupos de exclusão social, como as mulheres, idosos (as), afrodescendentes, *gays*, lésbicas e outros. Dessa forma, a educação sexual baseada nessa abordagem é um processo educacional político e empenhado com a elaboração de uma sociedade menos desigual e melhor.

Já na abordagem dos Direitos Sexuais, Furlani (2011) citou os direitos, especialmente das mulheres, e inclui não apenas as práticas sexuais e identidade sexual, mas também a incorporação do conceito de gênero, buscando, assim, a equidade entre homens e mulheres no contexto social. Dessa forma, algumas conquistas já foram evidenciadas, como o direito ao trabalho fora do lar, o direito ao voto e ao divórcio e o direito a evitar filhos e usar contraceptivos. No entanto, ainda existem desafios a serem superados por esse grupo, como por exemplo, a violência doméstica.

Após essa abordagem, Furlani (2011) nos mostrou que a abordagem *Queer* surge a partir da metade da década de 1980, inspirada na crítica às definições das identidades sexuais como fixas e estáveis, pois, travestis e *drag queens*, por exemplo, não possuíam o mesmo reconhecimento de identidade dos *gays* e lésbicas e eram vítimas de preconceito e exclusão pelo próprio movimento dos homossexuais. Assim, a teoria *queer* possibilita a ruptura com os modelos que buscavam estabelecer uma única identidade homossexual. Dessa forma, o objetivo da abordagem *queer* na educação é a crítica e o questionamento ao pensamento normativo que

ocorre nos currículos escolares e às representações especialmente de gênero, sexualidade e raça-etnia.

Sobre a abordagem emancipatória tem-se que esta, no Brasil, começou a ser discutida na política e na pedagogia a partir do debate sobre educação popular. Nesta, Paulo Freire formulou a pedagogia do oprimido, que se baseia em uma educação libertadora, e propôs uma prática dialógica e antiautoritária (FURLANI, 2011). Nesse sentido, Freire (2011) chamou de educação bancária o processo educacional que apresenta uma educação rígida, autoritária e sem diálogo, levando a uma dominação dos sujeitos. Apesar de Paulo Freire não utilizar o termo emancipação, ele usa a “consciência” como forma de “liberdade” para incentivar a transformação social, sendo assim possível verificar que a teoria crítica que orienta para a emancipação está presente em suas obras (FURLANI, 2011).

Nessa perspectiva da educação sexual emancipatória, Bonfim (2012) busca viabilizar a educação sexual emancipatória e crítica, baseada na pedagogia histórica-crítica de Dermeval Saviani, que apresenta como objetivo a superação da repressão das classes populares e a invenção de formas diferenciadas para o docente reformular sua prática. Dessa forma, essa abordagem não se limita a aceitar apenas um volume acentuado de informações sobre biologia e práticas higienistas com distribuição de preservativos, por exemplo. Todavia, além dessas práticas consideradas importantes, almeja-se despertar a reflexão crítica que leva à tomada de consciência e, conseqüentemente, às modificações de comportamento (BONFIM, 2012).

Dessa forma, a educação sexual baseada nessa abordagem objetiva:

A construção de uma sociedade na qual as relações sejam pautadas pela igualdade de direitos, deveres e espaços; pelo respeito, pela afetividade, pela sensualidade, e não vulgaridade; pelo erotismo, e não pela banalização e pela pornografia. (...) uma sociedade em que todos possamos ter uma relação social e sexual pautada pela igualdade (BONFIM, 2012, p. 35).

Portanto, a educação sexual, quando acontecer na escola, deve superar a dimensão médico-higienista-biologista e a visão apenas anatômica e de reprodução da sexualidade, devendo, assim, despertar discussões sobre tabus, preconceitos, dogmas, repressão ou banalização da sexualidade em uma sociedade capitalista, globalizada, consumista e midiática (BONFIM, 2012).

Nesse sentido, Costa (2005) propõe que o estudo da sexualidade deva ser baseado em três dimensões: a social, a psicológica e a biológica. No entanto, alguns estudos verificaram que as práticas desenvolvidas sobre educação sexual estão focadas, prioritariamente, em prevenção das IST's e da gravidez na adolescência, sendo que temas sociais como a formação

da identidade e a prevenção da violência são pouco abordados (VIEIRA; MATSUKURA, 2017; GESSER; OLTRAMARI; PANISSON, 2015). Além desses conteúdos, são predominantes a explanação sobre sistema genital masculino e feminino e o uso de preservativos. Ou seja, os assuntos mais abordados dizem respeito apenas à questão biológica e preventiva, deixando de discutir e problematizar questões como a diversidade sexual, a homofobia, os desejos e os prazeres e a equidade de gênero (BARROS; RIBEIRO, 2012).

Dessa forma, é de suma importância que sejam abordados, nos cursos de licenciatura e em cursos de formação continuada, temas relacionados à sexualidade que envolvam além da dimensão biológica. Assim, considera-se aspecto importante a problematização de temas como questões de gênero, considerando aspectos relacionados aos cotidianos dos estudantes e a sua prática pedagógica no ambiente escolar (ANDRES, JAEGER; GOELLNER, 2015).

No entanto, além das discussões sobre o tipo de abordagem a ser utilizada na educação sexual nas escolas, ainda temos o debate sobre os profissionais que estão aptos a realizar essa educação. Nesse sentido, em uma pesquisa realizada por Figueiró (2010), na qual foram analisados diversos estudos efetuados a partir da década de 1980, os professores eram vistos como os profissionais que deveriam assumir o papel de educador sexual e muitos apontam ainda um profissional específico, como o professor de Biologia e Educação Física. Já outros autores indicam os profissionais de saúde para trabalharem diretamente sobre a sexualidade junto aos alunos, pois que eles apresentam um conhecimento maior sobre as DST's (LINS et al., 1985 *apud* FIGUEIRÓ, 2010, p. 153).

Figueiró (2010) afirmou que os programas de Educação Sexual pioneiros no Brasil contavam com o pedagogo ou pedagoga, que realizavam a função de orientador educacional e norteavam trabalhos com a educação sexual nas escolas. Esses profissionais apresentavam uma função ampla e atuavam junto a professores e pais, auxiliando em conteúdos sobre essa temática. No entanto, a área da pedagogia foi deixando espaço para outras áreas, como a Biologia, sendo que esses profissionais passaram a ser os únicos responsabilizados por esse tipo de educação no ambiente escolar, deixando o ensino restrito à biologia e à fisiologia.

A partir de 1997, com a implementação do tema sexualidade nos PCN's, começou a se instaurar um pensamento de que todos os professores poderiam trabalhar com o assunto. No entanto, com o Programa Saúde na Escola (PSE), lançado em 2007, tanto os professores quanto a equipe administrativa e pedagógica precisavam somar esforços com os profissionais de saúde. Dessa forma, é necessário que haja um preparo, qualquer que seja a área do profissional, para que este possa ser comprometido e seguro na sua ação (FIGUEIRÓ, 2010). Mas, apesar dos Parâmetros (PCN's) indicarem que o tema deve ser trabalhado de forma transversal e

interdisciplinar no ambiente escolar, ainda se verifica o predomínio de uma disciplina na abordagem dos temas relacionados à sexualidade, que ocorre, na maioria das escolas, durante as aulas de Ciências e Biologia (MOISÉS; BUENO, 2010; VIEIRA; MATSUKURA, 2017; ZANATTA et al., 2016).

Por fim, Barros e Ribeiro (2012) defenderam que a construção da sexualidade é de responsabilidade de todos os profissionais da escola e por isso deve ser discutida em diversas disciplinas, possibilitando que a discussão inclua saberes e conhecimentos dos mais variados conteúdos. Dessa forma, torna-se imprescindível que se conheça as concepções de sexualidade e quais as abordagens que docentes levam aos seus alunos e ao convívio no ambiente escolar, pois somente assim poderemos propor modificações na prática docente para o desenvolvimento saudável da sexualidade, pautado no respeito às diversidades e na autonomia dos discentes.

3.4 Sexualidade no Contexto do Ensino de Ciências

As pesquisas na área de Educação em Ciências apresentam como um dos seus objetivos as reflexões acerca de um currículo crítico, reflexivo e pautado no envolvimento dos conteúdos à realidade dos estudantes, o que tem respaldo nos documentos oficiais como os PCN's. Estes, destacam a necessidade de o currículo escolar estar baseado na interdisciplinaridade, articulando diversas áreas do saber com o cotidiano discente, possibilitando que os estudantes compreendam o mundo e atuem como indivíduos críticos e participativos, através da utilização dos conhecimentos científicos (BRASIL, 1997; SOUSA et al., 2014).

Nesse sentido, Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2011) afirmam que a ciência não é mais um conhecimento em que a disseminação se dá somente no ambiente escolar, mas sim, faz parte de um conjunto social mais amplo e que influencia decisões éticas, econômicas e políticas que acabam por atingir o indivíduo de forma particular e a humanidade como um todo. Dessa forma, “a escola está inserida neste mundo em mudança” (DELIZOICOV, ANGOTTI e PERNAMBUCO, 2011, p.127). Para os referidos autores, os conhecimentos científicos estão presentes no cotidiano, tanto através dos objetos e processos tecnológicos quanto pelas formas de explicação científica.

Assim, com a chegada dos PCN's, as atividades práticas começam a surgir e essa nova abordagem de ensino passou a ser utilizada de forma sistemática nos projetos curriculares das disciplinas de Ciências, especialmente, enfatizando a vivência do método científico, que

proporciona ao aluno a observação de fatos e fenômenos, a suposição de hipóteses e a chegada a conclusões a partir do processo de investigação. Assim, as propostas educativas enfatizavam

A necessidade de levar os estudantes a desenvolverem o pensamento reflexivo e crítico, a questionarem as relações existentes entre a ciência, a tecnologia, a sociedade e o meio ambiente e a se apropriarem de conhecimentos científico, social e culturalmente relevantes (DELIZOICOV, ANGOTTI e PERNAMBUCO, 2009 *apud* Desidério, 2020, página 99)

Para Krasilchik, Marandino (2007, p. 51), “a integração do Ensino de Ciências com outros elementos do currículo, além de levar à análise de suas implicações sociais, dá significado aos conceitos apresentados, aos valores discutidos, e às habilidades necessárias para um trabalho rigoroso e produtivo”. Assim, acredita-se que as aulas de Ciências possuem vários aspectos que podem ser considerados para uma abordagem pertinente e segura dos marcadores de gênero e sexualidade, através da abordagem do ensino-aprendizagem com propostas contemporâneas e perspectiva sócio-histórico e cultural (SOARES, ALMEIDA, 2016).

No entanto, em um estudo realizado com os dados da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), percebeu-se reduzida presença de discussões de temática de gênero e sexualidade que envolvam as disciplinas curriculares e especialmente o ensino de Ciências. Além disso, demonstraram que pouco se tem conferido sobre a inserção do diálogo entre as disciplinas da matriz curricular do ensino básico com as disciplinas de caráter científico sobre essas temáticas (SOARES; ALMEIDA, 2016).

O estudo indica que no período entre os anos de 2004 e 2013 sobre as apresentações de pesquisas realizadas no campo da educação, houve baixa prevalência de trabalhos de pesquisa que realizam uma união entre as disciplinas de ciências e as temáticas de gênero e sexualidade. A análise apontou dois grandes fatores que refletem isso: o primeiro seria a fragilidade da inserção e consolidação dos temas que envolvem esse assunto nas diversas disciplinas da matriz curricular do ensino básico, isso aliado a uma baixa produção e pesquisas sobre essa temática no ensino de Ciências. O segundo fator, seria a escassez ou ausência, em alguns casos, do tema ser desenvolvido nos cursos de formação de professores, principalmente na área das Ciências, refletindo os dados do levantamento realizado no período avaliado (SOARES; ALMEIDA, 2016).

Já em uma pesquisa realizada por Miranda, Kalhil e Alves (2017), que avaliou os trabalhos publicados no Encontro Nacional de Pesquisas em Educação em Ciências – ENPEC, entre os anos de 2009 e 2015, mostrou-se que, em 55 deles, foram abordados estudos sobre o tema sexualidade, gênero e educação sexual. Destes, 35 trabalhos diziam respeito à educação

e/ou ensino sem a intervenção em sala de aula. Foram nesses artigos que o estudo se ateve e evidenciou que a maioria das pesquisas realizadas foram direcionadas ao levantamento das concepções de professores sobre temas diversos que enfocavam de forma direta ou indireta a educação sexual, como as práticas pedagógicas e desenvolvimento de temas considerados polêmicos, como heteronormatividade e homossexualidade.

Dessa forma, o estudo de Miranda, Kalhil e Alves (2017) considerou importante a produção teórica acerca da sexualidade e educação sexual no Brasil ocorrida no período analisado, apontando, no entanto, um déficit em estudos que visam melhorar a compreensão e avaliação de determinados temas como a identidade e relações de gênero no espaço escolar, a articulação entre gênero, ciência e educação científica, bem como a formação inicial de docentes para trabalhar com esses e outros conteúdos.

Portanto, percebemos que os temas sexualidade e educação sexual estão crescendo nas pesquisas realizadas no Brasil. No entanto, ainda uma ocorre uma defasagem nas pesquisas sobre a articulação da temática com o ensino de ciências que possa envolver não somente os professores da área da biologia ou das ciências, mas que possam compreender e integrar os demais professores que realizam o ensino de ciências nas suas escolas. Assim,

Tais abordagens nas aulas de Ciências e sua reflexão na pesquisa e nos estudos das práticas científicas na área do ensino das Ciências estão para além da importância cognitiva, tocam no aspecto social – na formação de cientistas e produção do conhecimento –, bem como na formação de uma educação científica e tecnológica agregando a perspectiva de gênero (SOARES; ALMEIDA, 2016, p. 93).

Essa defasagem na educação para a sexualidade vinculada ao ensino de ciências pode ter uma explicação quando Sfair (2012) afirmou que ocorre uma predominância de documentos voltados à educação sexual provenientes do Ministério da Saúde. Isso vai ao encontro de uma pesquisa realizada por Furlanetto et al. (2018), na qual se observou que a maioria dos estudos analisados apresentavam os objetivos vinculados à formação de profissionais dos cursos de enfermagem, com o caráter de pesquisa e intervenção. Além disso, observou que os profissionais desse grupo se destacavam mais que os professores na discussão sobre essa educação nas escolas. Dessa forma, percebe-se que ocorre um detrimento de propostas e projetos mais práticos e direcionados para a concretização de ações de educação sexual nas escolas com os estudantes em prol de programas que se centram na prática profissional de um determinado público (SFAIR, 2012).

3. 5 Educação Dialógica como prática da educação para a sexualidade

Aliados ao Ensino de Ciências estão vários tipos de abordagens que estão sendo propostas por estudos sobre a reestruturação do currículo de Ciências. Uma dessas formas surgiu na década de 1970, quando Paulo Freire, no intuito de romper com o modelo de ensino tradicional, desenvolveu a perspectiva da educação dialógica e emancipatória, que apresenta o diálogo como a base para o desenvolvimento crítico em torno de um fato concreto (NOGUEIRA et al., 2017; SOUSA et al., 2018).

Assim, Paulo Freire, através da sua pedagogia libertadora, traz ao debate questões relacionadas ao método de ensino utilizado na educação brasileira, que, através do prejuízo de uma classe, acaba privilegiando uma classe dominante. Dessa forma, Freire contraria essa forma de educação unilateral na qual os alunos são apenas expectadores a absorver tudo o que os professores são obrigados a reproduzir, por conta da imposição de um conteúdo programático estabelecido (GOMES; GUERRA, 2020).

Freire denominou essa educação de “bancária”, na qual “os educandos são os depositários e o educador, o depositante” (FREIRE, 2011, p. 80). Para o autor existe um antagonismo entre a concepção “bancária” e entre a problematizadora, pois aquela serve à dominação e mantém a contradição educador-educandos, enquanto a segunda busca a libertação para um processo de superação. Além disso, a concepção “bancária” se faz antidialógica quando nega a dialogicidade como essência da educação. No entanto, para realizar o processo de superação, a educação deve ser de forma problematizadora, pois afirma a dialogicidade e se faz dialógica (FREIRE, 2011).

Assim:

Enquanto, na concepção bancária o educador, vai “enchendo” os educandos de falso saber, que são os conteúdos impostos, na prática libertadora, vão os educandos desenvolvendo o seu poder de captação e de compreensão do mundo que lhes aparece, em suas relações com ele, não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo (FREIRE, 2011, p. 100).

Dessa forma, na teoria dialógica proposta por Freire (2011), não existe um sujeito que domina e outro que é dominado, mas sim, há sujeitos que se encontram para a transformação do mundo. Diante disso, os “sujeitos dialógicos se voltam sobre a realidade mediatizadora que, problematizada, os desafia. A resposta aos desafios da realidade já problematizada é já a ação dos sujeitos dialógicos sobre ela, para transformá-la” (FREIRE, 2011, página 229).

Portanto, nessa proposta de educação que se opõe ao modelo tradicional de ensino,

A experiência que o aluno acumulou com base no contexto social em que vive, é essencial para a concretização do ato pedagógico, sendo de fundamental importância para a criação do conhecimento a interação entre educador e educando, numa relação horizontal na qual eles aprendam entre si por meio da troca constante de informações. (GOMES; GERRA, 2020, p. 09).

Nesse sentido, Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2011) enfatizam que a aprendizagem é decorrente de ações de um sujeito, ou seja, ela somente se constrói mediante interação entre esse sujeito e o meio que o rodeia, tanto natural como social. Dessa forma, o ensino e a aprendizagem serão demarcados pelo fato de que os sujeitos já apresentam conhecimentos prévios sobre determinado objeto de ensino. Assim, as ideias dos referidos autores vão ao encontro da concepção bancária de educação proposta por Paulo Freire, enfatizando que a aprendizagem depende da participação do aluno para ocorrer.

Assim, para Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2011) a escola formal é apenas um dos espaços de construção das explicações e das linguagens. Para os autores, o ser humano é sujeito de sua aprendizagem, e aprende nas relações com o ambiente mediado por outros seres humanos, construindo linguagens e conceitos que se modificam no decorrer da vida em decorrência dos tipos de relação e de sua constituição orgânica.

Portanto, a escola precisa extrapolar essa forma de educação que dificulta o debate crítico e transformador e deve ser um lugar de formação em que os indivíduos sejam capazes de problematizar e desenvolver a criticidade sobre as questões que os oprimem. Dessa forma, “a prática educacional não pode estar dissociada da realidade do aluno” (GOMES; GERRA, 2020, p. 14). Assim, a escola deve reconhecer o aluno como foco da aprendizagem e considerar que os docentes têm uma grande importância no auxílio do seu processo de aprendizagem (DELIZOICOV; ANGOTTI; PERNAMBUCO, 2011). Nesse sentido, as instituições escolares devem estar dispostas a acompanhar as mudanças sociais, utilizando técnicas pautadas na dialogicidade e estímulo à curiosidade dos alunos, o que como consequência, tornará o ambiente escolar favorável ao aprendizado crítico e problematizador (GOMES; GUERRA, 2020).

4 METODOLOGIA

A presente pesquisa constitui-se como um estudo descritivo e exploratório, de natureza qualitativa, tendo em vista a necessidade de se efetuar uma abordagem metodológica que buscasse compreender com profundidade os significados, os sentimentos, os hábitos culturais, as representações e as opiniões, dentre outras características inerentes ao ser humano.

Para Gil (2008), o estudo exploratório apresenta como finalidade proporcionar visão geral acerca de determinado fato. Enquanto o estudo descritivo tem como objetivo principal a descrição de determinadas características de uma população ou fenômeno, ou ainda, estabelecer relações entre variáveis, algumas pesquisas vão além de definir ligações entre as variáveis, mas pretendem identificar a natureza dessas relações (GIL, 2008).

A pesquisa qualitativa se aplica ao estudo das relações, das crenças, das concepções e das opiniões de um determinado grupo da sociedade. Por meio desse tipo de pesquisa, tem-se a possibilidade de desvendar processos sociais pouco conhecidos, favorecendo o aparecimento de novas abordagens e conceitos durante a investigação (MINAYO, 2013). Dessa forma, para melhor analisar as concepções de professores e alunos sobre o tema sexualidade fez-se necessário o uso desse tipo de estudo.

4.1 Desenvolvimento da pesquisa

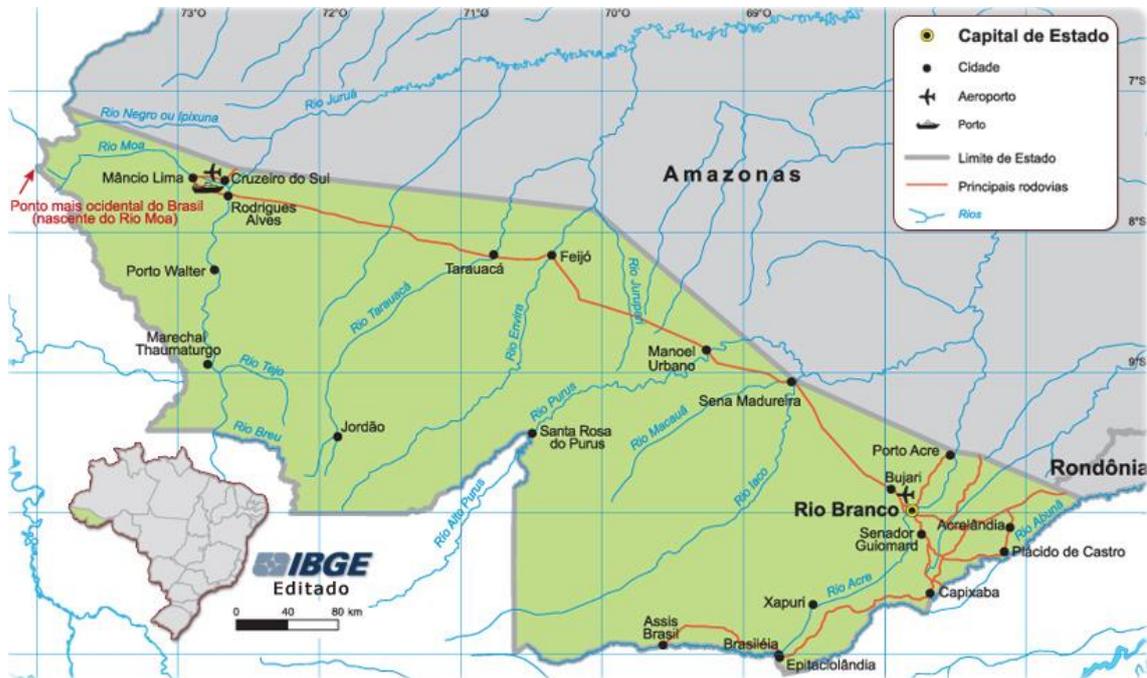
4.1.1 Cenário do estudo

A presente pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC, *campus* Rio Branco. A escolha do local da pesquisa se justifica na medida em que a pesquisadora é docente do quadro efetivo de professores dessa instituição, o que, além de facilitar a realização do trabalho, possibilita a realização de estudos futuros para o desenvolvimento dessa temática na escola pesquisada e no seu entorno, por meio de projetos de pesquisa e extensão.

O IFAC *campus* Rio Branco está localizado na Avenida Brasil, número 920, Bairro Xavier Maia, na cidade de Rio Branco – Acre. A cidade é capital do estado do Acre e está localizada na Região do Baixo Acre que compreende ainda municípios vizinhos como Bujari e Senador Guiomard. Rio Branco apresenta uma área territorial de 8.834,942 km² e população

estimada em 413.418 pessoas, com uma densidade populacional de 38,03 hab/km² (IBGE, 2020).

Figura 1 - Limites territoriais do Acre



Fonte: IBGE (2020).

Em 2015, Rio Branco registrou um aumento no número de matrículas para os alunos de ensino médio, num total de 42.875 alunos matriculados. Além disso, no Acre, o número de matrículas nos cursos de Educação Profissional teve um crescimento de 139% entre os anos de 2012 e 2015, um reflexo da oferta do ensino pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, que teve o IFAC como um de seus ofertantes (ACRE, 2017).

O Instituto Federal do Acre é uma autarquia federal integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação, com criação em 29 de dezembro de 2008 pela Lei nº 11.892. A criação dos Institutos Federais responde à necessidade da institucionalização definitiva da Educação Profissional e Tecnológica como política pública. Isso se deve a uma nova concepção sobre a função e presença do sistema de ensino federal na oferta pública. Dessa forma, os institutos federais foram estruturados a partir de vários modelos existentes nos CEFET'S – Centros Federais de Educação Tecnológica, escolas técnicas e agrotécnicas federais e nas escolas vinculadas às universidades federais (BRASIL, 2020).

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de educação com o Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico, cursos na modalidade subsequente e cursos de bacharelado e licenciatura (IFAC, 2020).

Atualmente, o IFAC apresenta 6 *campi*, localizados em 5 municípios do Estado do Acre. São eles:

- *Campus* Cruzeiro do Sul
- *Campus* Rio Branco
- *Campus* Rio Branco Avançado Baixada do Sol
- *Campus* Sena Madureira
- *Campus* Tarauacá
- *Campus* Xapuri

Figura 2 - *Campus* Rio Branco do Instituto Federal do Acre



Fonte: IFAC (2020).

O Instituto possuía, no ano de 2020, um quantitativo de 15 (quinze) turmas de Ensino Médio na modalidade Integrado com o curso Técnico, perfazendo um número de 469 alunos matriculados. Atualmente, conta com 03 cursos na modalidade integrada ao ensino médio que são: 06 (seis) turmas de Edificações, 05 (cinco) turmas de Informática para Internet e 04 (quatro) turmas de Redes de Computadores.

Para atender a esse público, o *campus* apresenta um número de 60 professores atuando neste ano nas turmas mencionadas, com disciplinas que vão desde as consideradas básicas,

como Língua Portuguesa e Matemática, até as disciplinas da área técnica, como Empreendedorismo e Infraestrutura de Redes.

O IFAC *campus* Rio Branco conta com 23 salas de aula equipadas com *datashow*, condicionadores de ar e quadros de vidro. Uma vez que os cursos integrados apresentam 02 (dois) dias com aulas no contraturno, algumas salas apresentam armários, o que facilita para os estudantes guardarem seus materiais.

A instituição apresenta ainda um total de 25 (vinte e cinco) laboratórios a seguir citados:

- 1 Laboratório de Saúde e Segurança do Trabalho;
- 5 Laboratórios de Informática;
- 2 Laboratórios de Idiomas
- 1 Laboratório de Informática/ Manutenção
- 1 Laboratório de Informática/ Redes
- 1 Laboratório de Física Moderna
- 1 Lab. didático de Física
- 1 Lab. de Física Geral
- 1 Lab. de Mecânica
- 1 Lab. de Matemática
- 1 Lab. de Artes
- 1 Lab. de Anatomia
- 1 Lab. de Química Geral
- 1 Lab. de Segurança do Trabalho (sinistro)
- 1 Lab. de Química e Biologia
- 1 Lab. Multidisciplinar
- 1 Lab. de Microscopia
- 1 Lab. de Edificações
- 1 Lab. de Multimeios
- 1 Lab. de Música

O IFAC *campus* Rio Branco apresenta ainda (01) uma quadra de esportes, (01) uma biblioteca, (05) cinco salas para Grupos de Pesquisa e Extensão, (01) uma sala dos professores, (02) duas salas para atendimento aos alunos, (01) uma sala para o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e indígenas (NEABI), (01) uma sala para o Centro Vocacional Tecnológico de Referência em Agroecologia e Produção de Orgânicos (CVT Agroecologia), (01) uma sala para o Espaço Fiocruz de pesquisa e o espaço com restaurante e lanchonete.

4.1.2 Participantes da pesquisa

Os participantes da pesquisa consistiram em alunos do 4º ano do Curso de Informática na modalidade Técnico Integrado ao Ensino Médio do *campus* Rio Branco. Essa turma fazia

parte de um curso da rede federal com duração de 4 anos para integralizar o ensino médio juntamente com o técnico. No IFAC, essa turma foi a última a ser ofertada com esse curso, tendo seu encerramento no final de 2019. Para o estudo, foram convidados um total de 10 alunos, no entanto, apenas 09 (nove) aceitaram participar da pesquisa. Os discentes participantes tinham idade entre 18 e 20 anos de idade, sendo 06 (seis) do sexo feminino e 03 (três) do sexo masculino.

Também foram convidados a participar do estudo 20 (vinte) professores que trabalham nos cursos integrados da Instituição no ano de 2019 e 2020. Optou-se por convidar os docentes das mais diversas áreas, já que a sexualidade está nos Parâmetros Curriculares como tema transversal e que deve ser trabalhado de maneira interdisciplinar. Foram convidados 10 (dez) professores que atuam com disciplinas das áreas básicas, como Língua Portuguesa e matemática; 05 (cinco) professores que lecionam a disciplina de Biologia; e 05 (cinco) das áreas técnicas, como Informática ou Edificações. No entanto, apenas 15 (quinze) professores aceitaram participar da pesquisa. Destes, 07 (sete) são da área básica, 04 (quatro) são da área de biologia e 03 (três) das áreas técnicas. Os docentes participantes tinham idade entre 31 e 54 anos, sendo 09 (nove) do sexo masculino e 06 (seis) do sexo feminino.

A participação de um número reduzido de professores e alunos se justificou, pois na pesquisa qualitativa, a amostragem pode ser delimitada e a representatividade poderá ser por valorização de critérios de representatividade, o que implica em um número pequeno de pessoas que são escolhidas de forma intencional em função da sua relevância a um determinado assunto (THIOLLENT, 2011). Dessa forma, foram escolhidos por protagonizarem o processo de educação em sexualidade no ambiente escolar.

4.1.3 Critérios de inclusão e exclusão dos sujeitos da pesquisa

Para a realização da pesquisa fizeram-se necessários alguns critérios para a inclusão dos sujeitos na pesquisa. No caso dos alunos, foi necessário que todos os participantes se manifestassem voluntariamente. Além disso, os estudantes deveriam estar devidamente matriculados nas suas respectivas turmas na Instituição pesquisada, apresentarem idades maiores que 14 anos e comparecerem aos encontros para a coleta de dados que foram agendados com antecedência junto ao pesquisador.

No caso dos docentes, os critérios de inclusão foram a aceitação de colaborar livremente com a pesquisa. Também deveriam ser professores de algum Curso Técnico

Integrado ao Ensino Médio durante os anos do estudo e comparecer aos encontros para a coleta de dados que foram previamente agendados.

Os critérios de exclusão dos alunos seria o número maior de interessados na pesquisa, não apresentar a idade superior aos 14 anos e não estar devidamente matriculado na turma do 4º ano. Se houvesse um número maior de alunos que desejassem colaborar com a pesquisa, eles deveriam participar de um sorteio. Já os professores excluídos seriam aqueles que não lecionam para o Ensino Médio Integrado no ano de 2019 e 2020.

4.1.4 Aspectos éticos da pesquisa

Para a realização da pesquisa foi solicitada autorização junto à Direção de Ensino do *campus* Rio Branco do IFAC para que o estudo fosse realizado junto aos seus alunos e professores (Anexo A).

Além disso, para a coleta dos dados, foi necessária autorização e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndices A e B) pelos sujeitos da pesquisa. Durante a coleta de dados, os participantes foram informados sobre o teor do estudo, a importância do trabalho, o anonimato e a utilização de nomes fictícios durante a coleta, análise e futura publicação dos resultados. Também foram explicitados os riscos, benefícios, o não pagamento e ainda, solicitada gravação de áudio e vídeo quando houvesse necessidade. Posteriormente, foram lidos, explicados e posteriormente assinados os Termos de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) pelos professores e estudantes que aceitaram participar do estudo.

O projeto foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal do Acre (UFAC). Dessa forma, a investigação buscou atender aos requisitos preestabelecidos na Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, referente ao desenvolvimento de pesquisa científica envolvendo seres humanos, resguardando os princípios éticos da justiça, beneficência e da não maleficência.

Os dados foram mantidos em sigilo, bem como a identidade de todos os participantes, sendo respeitada a privacidade no momento da entrevista. As informações ficarão armazenadas por, no mínimo, cinco anos e sob responsabilidade do pesquisador. Os resultados obtidos podem ser usados apenas para alcançar os objetivos deste trabalho, incluindo publicações em revistas científicas.

4.1.5 Técnica de coleta de dados

A coleta de dados deste estudo consistiu na aplicação da técnica de entrevista semiestruturada com todos os participantes da pesquisa. A entrevista semiestruturada se baseia em um roteiro de perguntas e o entrevistador tem a liberdade de fazer outros questionamentos para obter mais informações sobre os temas desejados, ou seja, as perguntas não são predeterminadas (SAMPIERI et al., 2013).

O roteiro utilizado na entrevista semiestruturada deve conter os indicadores essenciais na forma de tópicos que devem funcionar como lembretes no momento da entrevista. Dessa forma, o roteiro permitirá flexibilidade e fará com que novas questões possam ser sugeridas (MINAYO, 2013). Para a pesquisa foram utilizados dois roteiros de entrevistas: um direcionado aos docentes e o outro direcionado aos discentes (Apêndices A e B).

As entrevistas foram realizadas individualmente em horários pré-agendados, de acordo com a disponibilidade de cada participante. Com os estudantes, as entrevistas foram realizadas de maneira presencial no *campus* do IFAC, em Rio Branco, nos meses de outubro e novembro de 2019. Já as entrevistas com os docentes foram realizadas de maneira virtual devido a pandemia do Corona vírus. Assim, ocorreram através da plataforma do *Google Meet* nos meses de junho, julho e agosto de 2020. Todas as entrevistas foram gravadas para posterior transcrição e análise.

4.1.6 Procedimentos para a coleta de dados

Para a pesquisa, foram realizadas as seguintes etapas: (a) elaboração e adequação da coleta dos dados; (b) localização e convite aos participantes da pesquisa; (c) realização das entrevistas: coleta de dados nas escolas e através do *Google meet*; (d) Organização e análise de dados.

Com a autorização da Direção de ensino do *campus* Rio Branco para a realização da pesquisa, passou-se para a fase de elaboração e readequação dos roteiros das entrevistas que seriam aplicados aos docentes e discentes (Apêndices 1 e 2). Logo depois da elaboração dos roteiros, estes foram utilizados em um pré-teste com 02 (dois) professores e 02 (dois) alunos da mesma turma pesquisada que não participaram da pesquisa, mas aceitaram contribuir com o estudo. De acordo com Gil (2008, p. 134), “o pré-teste é um instrumento de coleta de dados que tem por objetivo assegurar-lhe validade e precisão”.

Assim, a realização das entrevistas com os discentes para aplicação dos pré-testes foi realizada de maneira presencial no IFAC, *campus* Rio Branco, em setembro de 2019, enquanto que, com os professores, foram realizadas de maneira virtual através da plataforma *Google meet* em maio de 2020. Dessa forma, a partir das respostas evidenciadas nos pré-testes, foi possível realizar a reformulação e readequação do roteiro das entrevistas, como modificações de algumas indagações que não respondiam aos objetivos propostos e à inserção de outros questionamentos.

Juntamente com a elaboração e readequação dos roteiros, realizei o convite aos discentes e docentes da instituição. Assim, iniciei com os alunos e fiz uma visita à sala de aula da turma do 4º ano Curso Informática no período matutino. Após a autorização da professora que se encontrava em sala, entrei no ambiente, apresentei-me e fui acolhida de forma receptiva, pois já havia sido professora deles em anos anteriores. Nesse momento, expliquei sobre a pesquisa, os objetivos, a metodologia, os riscos e benefícios para os estudantes e o anonimato. Além disso, expliquei sobre os horários para se realizar a entrevista, que seria em um horário mais conveniente para os participantes, já que alguns trabalhavam no período da tarde, outros desenvolviam projetos com os professores da instituição e outros estudavam em cursinhos preparatórios para o ENEM. Também deixei claro que o local para se realizar esses encontros seria em uma sala no próprio *campus* e fiquei à disposição para responder aos questionamentos que surgissem.

Os alunos entenderam a proposta e não tiveram nenhuma dúvida. Após a explicação, passei uma lista para que os alunos que tivessem o interesse em participar colocassem o nome, telefone e e-mail para entrar em contato. Dessa forma, enquanto os alunos preenchiam seus dados eu aguardava no corredor para não mais atrapalhar a aula da professora. Após pegar a lista, vi que 10 (dez) alunos tinham o interesse em participar da pesquisa, no entanto, após o segundo contato por ligação telefônica 01 (uma), aluna desistiu de sua participação, por motivos pessoais.

As entrevistas com os discentes foram realizadas nos meses de outubro e novembro de 2019, no *campus* Rio Branco, em horários pré-agendados. Na ocasião das entrevistas, foi apresentado e lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e assinadas as duas vias pela pesquisadora e pelos discentes. Tendo em vista que os estudantes apresentavam idade igual ou superior a 18 anos, não houve a necessidade da autorização e assinatura dos pais ou responsáveis legais. Uma via ficou com a pesquisadora e outra devolvida ao participante. As coletas de dados duraram em média 1 (uma) hora e foram gravadas utilizando um aparelho de gravador mp4.

Já para os professores, realizei primeiramente um contato através do *e-mail* institucional no qual foram informados todos os procedimentos do estudo, os objetivos, metodologia e aspectos éticos. Também encaminhei o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e fiquei à disposição caso houvesse alguma dúvida. Dessa forma, obtive algumas respostas favoráveis dos professores que foram solícitos em me auxiliar nesse momento da pesquisa e por considerarem importante a temática. Em um segundo momento, entrei em contato por ligação telefônica com os demais docentes que não retornaram o e-mail encaminhado anteriormente, no entanto, apenas alguns deram um retorno positivo. Assim, 15 docentes aceitaram participar do estudo enquanto 03 disseram não querer colaborar, pois acreditam que não é objetivo da sua disciplina abordar esse assunto na sala de aula e 02 não responderam ou retornaram o contato.

A coleta de dados com os docentes foi realizada via plataforma do *Google Meet* e a entrevista foi gravada para posterior transcrição e análise. Fez-se necessária a realização de encontros virtuais para a realização da coleta de dados, devido à pandemia do Corona vírus que fez com que as atividades em aulas presenciais fossem suspensas desde março de 2020, levando assim os encontros presenciais a serem evitados.

O uso da ferramenta *Google meet* é seguro e os docentes a utilizam para realizarem reuniões e aulas à distância, ou seja, estão familiarizados com ela. Ainda assim, foi disponibilizada a opção por ligação de telefone ou ligação pelo aplicativo *WhatsApp*, caso algum participante não se sentisse à vontade para utilizar a ferramenta inicialmente proposta. No entanto, todos os docentes aceitaram usar a ferramenta *Google meet*, o que possibilitou a gravação do vídeo e áudio e facilitou a transcrição do material, no qual foi possível evidenciar itens, juntamente com a fala, como feições, que talvez somente o áudio não poderia ter detectado com facilidade. Assim, após a realização das entrevistas, os dados foram transcritos e depois inseridos em um programa para sua posterior análise.

4.1.7 Análise e interpretação dos dados

Após a coleta de dados, as entrevistas foram transcritas de forma minuciosa por meio do programa *Word* e depois transferidas para o *software* de tratamento de dados qualitativos NVivo Pro®11, versão 11.4 para serem organizadas. Os dados relevantes foram citados nos resultados e discussões apontando as referências codificadas e as porcentagens de cobertura que foram gerados pelo próprio programa NVivo. Logo em seguida, as entrevistas foram analisadas conforme o método de Análise de Conteúdo Temática proposta por Minayo (2013).

A análise de conteúdo se caracteriza como um conjunto de técnicas de análise de comunicações que, através da utilização de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, apresenta como objetivo a inferência de conhecimentos, ou seja, dedução de maneira lógica, relativos às condições de produção e/ou recepção dessas mensagens (BARDIN, 2011).

Para a realização da pesquisa utilizando a análise de conteúdo temática, seguiram-se as seguintes etapas: pré-análise, exploração do material, e tratamento e interpretação dos resultados. Essa análise se dá por operações de desmembramento do texto em unidades e, após, em categorias (MINAYO, 2013).

A pré-análise versa sobre os documentos que serão escolhidos para serem analisados. Além disso, as hipóteses e objetivos iniciais são retomados nesse momento. Essa etapa é dividida em algumas fases. Dessa forma, a análise sobre o material coletado teve início com uma (1) **leitura flutuante** de forma exaustiva, compreendendo a primeira fase citada por Minayo (2013), em que nesse momento o pesquisador deve manter contato direto e intenso com o material e se deixar penetrar pelo conteúdo. Depois, houve a (2) **constituição do corpus** do material, que forma o corpo composto pelos dados e deve apresentar algumas normas, como: exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. Logo após a realização da análise com base nesses critérios houve a (3) **formulação e reformulação de hipóteses e objetivos**, conforme a necessidade (MINAYO, 2013).

Dessa forma, para Fontoura:

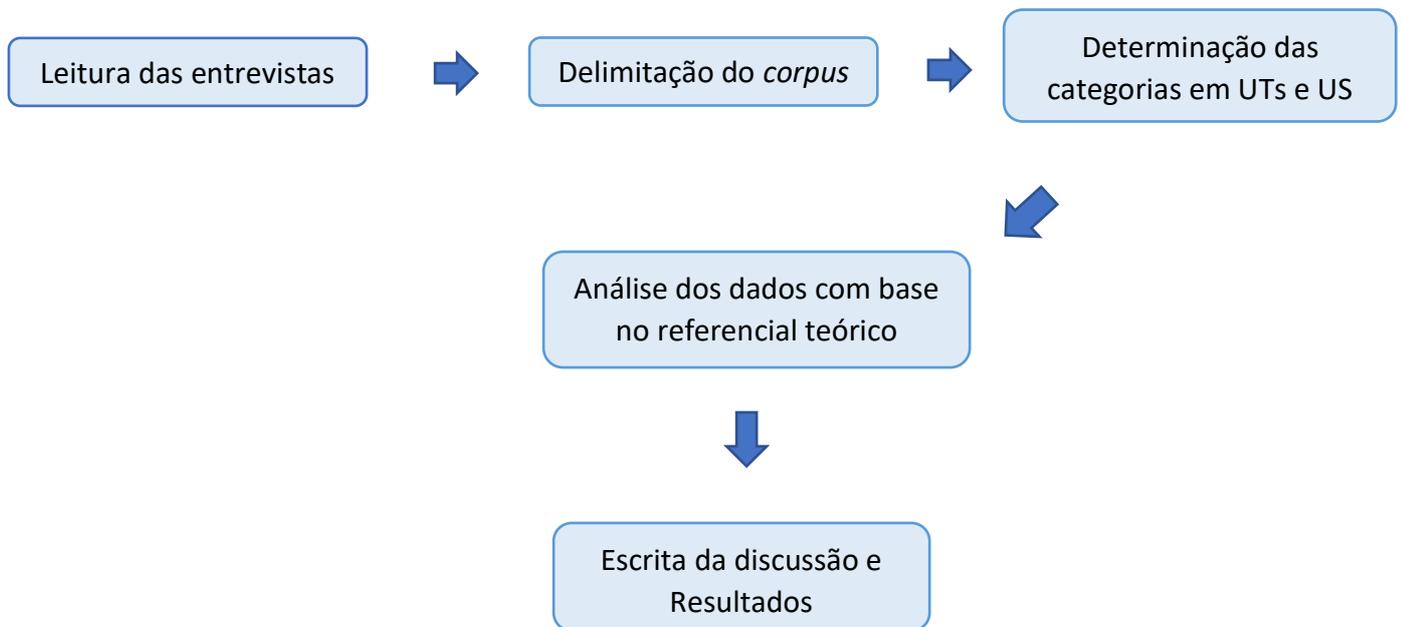
A análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja frequência de aparição (desde muito frequente até apenas uma vez) pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido (FONTOURA, 2011, p. 71).

Assim, após a fase de pré-análise, foi iniciada a segunda fase da análise temática: a exploração do material. De acordo com Minayo (2013), esta consiste em uma operação classificatória que tem como objetivo encontrar o centro da compreensão do texto. Portanto, é nesse momento que o pesquisador busca encontrar categorias no seu material. Essas categorias são palavras ou expressões que apresentam significado para o trabalho e na qual os conteúdos de uma fala serão organizados. Esse processo, chamado de categorização, é um procedimento que realiza a redução dos dados em palavras e expressões significativas (MINAYO, 2013). Nessa fase, foram criadas as Unidades Temáticas (UT) e as Unidades de Significação (US) conforme a necessidade.

Na terceira e última etapa que corresponde ao tratamento dos resultados obtidos, foram realizadas inferências e interpretações, relacionando-as ao referencial teórico anteriormente pesquisado (MINAYO, 2013). Assim:

A análise dessa forma se caracteriza como uma reconstrução intencional e deliberada a partir do olhar do pesquisador somada aos olhares teóricos utilizados como base da investigação, que se multiplica à medida que vão se descortinando as interpretações e os caminhos conclusivos (FONTOURA, 2011, p.72).

Figura 3 - esquema utilizado para análise de dados:



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Caracterização dos participantes

Os sujeitos da pesquisa totalizaram vinte e quatro pessoas, sendo 09 (nove) discentes (37,5%) e 15 (quinze) docentes (62,5%). Dentre os discentes, seis são do sexo feminino (66,67%) e três do sexo masculino (33,33%). Com relação aos docentes, nove são do sexo masculino (60,00%) e seis do sexo feminino (40,00%).

O intervalo de idade entre os discentes situou-se entre os 18 e os 20 anos, com amplitude total (AT) igual a dois anos, média (X) de 18,44 anos e desvio padrão (DP) de $\pm 0,7264$ anos. Com relação à prática religiosa, 04 (44,44%) declararam-se evangélicos, 02 (22,22%) católicos e 03 (33,33%) não praticantes. No tocante à escolaridade, todos os discentes cursam o ensino médio, modalidade informática (Tabela 01).

Tabela 1 - Distribuição dos discentes sujeitos da pesquisa, segundo as variáveis sexo, idade, prática religiosa e escolaridade - Rio Branco, Acre, 2020.

Identidade	Sexo	Idade (a)	Religião	Escolaridade
E16	F	18	Católica	Informática
E17	M	18	Evangélica	“
E18	M	18	Nenhuma	“
E19	F	18	Evangélica	“
E20	F	19	Evangélica	“
E21	F	19	Nenhuma	“
E22	F	18	Católica	“
E23	M	20	Adventista	“
E24	F	18	Nenhuma	“

Fonte: elaborada pela autora (2021).

Já entre os docentes a idade variou entre 31 e 54 anos, com uma amplitude total (AT) de 24 anos, média (X) de 41,87 anos e desvio padrão (DP) de $\pm 6,5994$ anos. Com relação à prática religiosa entre os docentes esta variável assumiu os seguintes valores: 04 (26,67%) são praticantes do Catolicismo, 04 (26,67%) são evangélicos, 03 (20,00%) não praticam qualquer religião, 03 (20,00%) declararam práticas como o ecumenismo, o daime e a maçonaria, e

01(6,66) se declarou cristão, sem especificar, no entanto, de qual dos ramos do cristianismo participa.

No tocante à formação básica, a maioria dos docentes, num total de cinco (33,33%) é graduada em Ciências Biológicas, três (20,00%) em Letras, estando os sete restantes (46,67%) distribuídos em diversas áreas de formação, a saber: Análise de Sistemas, Ciências da Computação, Educação Física, Engenharia Elétrica, Filosofia, Física e Geografia. Dentre os docentes, três (03) possuem o título de doutorado (20,00%), 05 de mestrado (33,33%), 04 de especialização (26,67%) e 03 possuem apenas graduação (20,00%), como pode ser verificado na Tabela 02.

Tabela 2 - Distribuição dos docentes sujeitos da pesquisa, segundo as variáveis sexo, idade, prática religiosa, formação básica e escolaridade - Rio Branco, Acre, 2020.

Identidade	Sexo	Idade (a)	Religião	Formação básica	Escolaridade
D1	M	42	Nenhuma	Filosofia	Especialização
D2	F	48	Nenhuma	Letras	Doutorado
D3	M	48	Nenhuma	Física	Mestrado
D4	F	54	Espírita	Letras	Especialização
D5	F	37	Católica	Biologia	Mestrado
D6	F	45	Católica	Educação Física	Especialização
D7	M	50	Católico	Geografia	Graduação
D8	M	37	Protestante	Biologia	Mestrado
D9	F	40	Evangélica	Letras	Doutorado
D10	M	43	Católico	Análise de Sistemas	Graduação
D11	M	31	Evangélico	Engenharia Elétrica	Mestrado
D12	M	31	Cristão	Biologia	Mestrado
D13	F	38	Daime	Biologia	Doutorado
D14	M	44	Ecumênico	Biologia	Especialização
D15	M	40	Evangélico	Ciências Computação	Graduação

Fonte: elaborada pela autora (2021).

Tabela 3 - Distribuição dos docentes sujeitos da pesquisa, segundo as variáveis tempo de atuação na área do ensino, tempo de atuação no IFAC e realização de curso de capacitação na área de sexualidade - Rio Branco, Acre, 2020.

Identidade	Tempo de atuação na área do ensino	Tempo de atuação no IFAC	Curso de capacitação na área da sexualidade
D1	12	9	Não
D2	31	9	Não
D3	18	10	Não
D4	14	5	Não
D5	15	10	Não
D6	10	6	Não
D7	25	4	Não
D8	10	4	Não
D9	15	8	Não
D10	15	9	Não
D11	9	5	Não
D12	7	5	Não
D13	14	9	Não
D14	15	7	Não
D15	10	7	Não

Fonte: elaborada pela autora (2021).

A análise dos dados revelou a presença de uma grande uniformidade entre as idades dos discentes, expressa na pequena amplitude total, na média muito próxima dos extremos da série e no baixo desvio padrão. Esse fenômeno está justificado pelo fato de o grupo pertencer a um mesmo nível de escolaridade, cursando a mesma série do ensino médio, o que os coloca numa faixa de idade muito próxima. Já com relação aos docentes, essa variável apresenta características diversas, com uma elevada amplitude total, média de idade afastada dos extremos da série e elevado desvio padrão. Tais características também apresentam justificativa lógica, tendo em vista que o grupo dos docentes está constituído por indivíduos que foram ocupando espaço funcional ao longo do tempo dentro da instituição, todos, com apenas uma exceção, com carga horária de 40 horas semanais e dedicação exclusiva, o que produz um contingente de professores com tempo de serviço diferentes e, conseqüentemente, idades diferentes, como pode ser observado na Tabela 03.

Com relação à prática religiosa, a abordagem dessa variável se mostrou relevante tendo em vista o papel exercido pela Igreja na história da sexualidade humana a partir do século XVIII, visto que, aliada à medicalização, ela impôs aos indivíduos uma série de restrições voltadas principalmente para a prática sexual, que deveria estar condicionada à finalidade reprodutiva, dentro do casamento heterossexual, segundo as premissas de que a procriação era um dever da Igreja para com Deus e a Higiene um dever da sociedade para com o Estado (FIGUEIRÓ, 2010; FOUCAULT, 2018). Somente no início do século XIX (FOUCAULT, 2018), com o interesse da ciência em abordar a sexualidade segundo suas dimensões biológica, psicológicas e social, é que se pôde observar um movimento de mudança na visão das diversas religiões com relação à sexualidade, embora ainda hoje se observe a persistência de vieses relativos a diversos tabus originados no passado, como por exemplo, a homossexualidade.

Outro aspecto interessante e, ao mesmo tempo importante, pode ser observado em relação à diversidade da formação básica apresentada pelos docentes interessados em participar da pesquisa, num total de nove diferentes áreas de formação, fato este que vem ao encontro dos pressupostos contidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998; 2000), nos quais o ensino para a sexualidade foi incluído como tema transversal e interdisciplinar, ou seja, poderia ser ministrado por docentes das mais diferentes áreas do conhecimento. Tal iniciativa encontra eco na literatura, uma vez que diversos autores, como Bonfim (2012), consideram a sexualidade como um dos aspectos centrais da vida do ser humano, que envolve o desempenho de diversos papéis de natureza biológica, psicológica e social.

Furlani (2011), por sua vez, afirmou que a sexualidade consiste em uma dimensão humana e, portanto, estará presente em todas as fases da vida, demonstrando mecanismos próprios de manifestação, significação e vivência pessoal (FURLANI, 2011). Portanto, a sexualidade não é um impulso rebelde, de natureza estranha e indócil, mas sim, um lugar de passagem pelas relações de poder entre os membros de uma população determinada, em todas as suas esferas.

Louro et al. (2000) e Foucault (2018) apresentam a sexualidade como um dispositivo histórico, ou seja, pode ser considerada como uma criação social, pois se constitui a partir de vários discursos sobre o sexo, discursos esses que regulam, normatizam, estabelecem saberes e produzem verdades. Tais características, portanto, colocam ao alcance de todo indivíduo, seja no ambiente familiar, escolar ou social e desde que devidamente preparado, as condições necessárias para atuar na educação para a sexualidade.

No tocante a análise da tabela 3, percebemos que os docentes apresentam em média um tempo de atuação na área da educação. E que nenhum dos docentes participou de cursos de formação pedagógica relacionados ao tema sexualidade (Tabela 03).

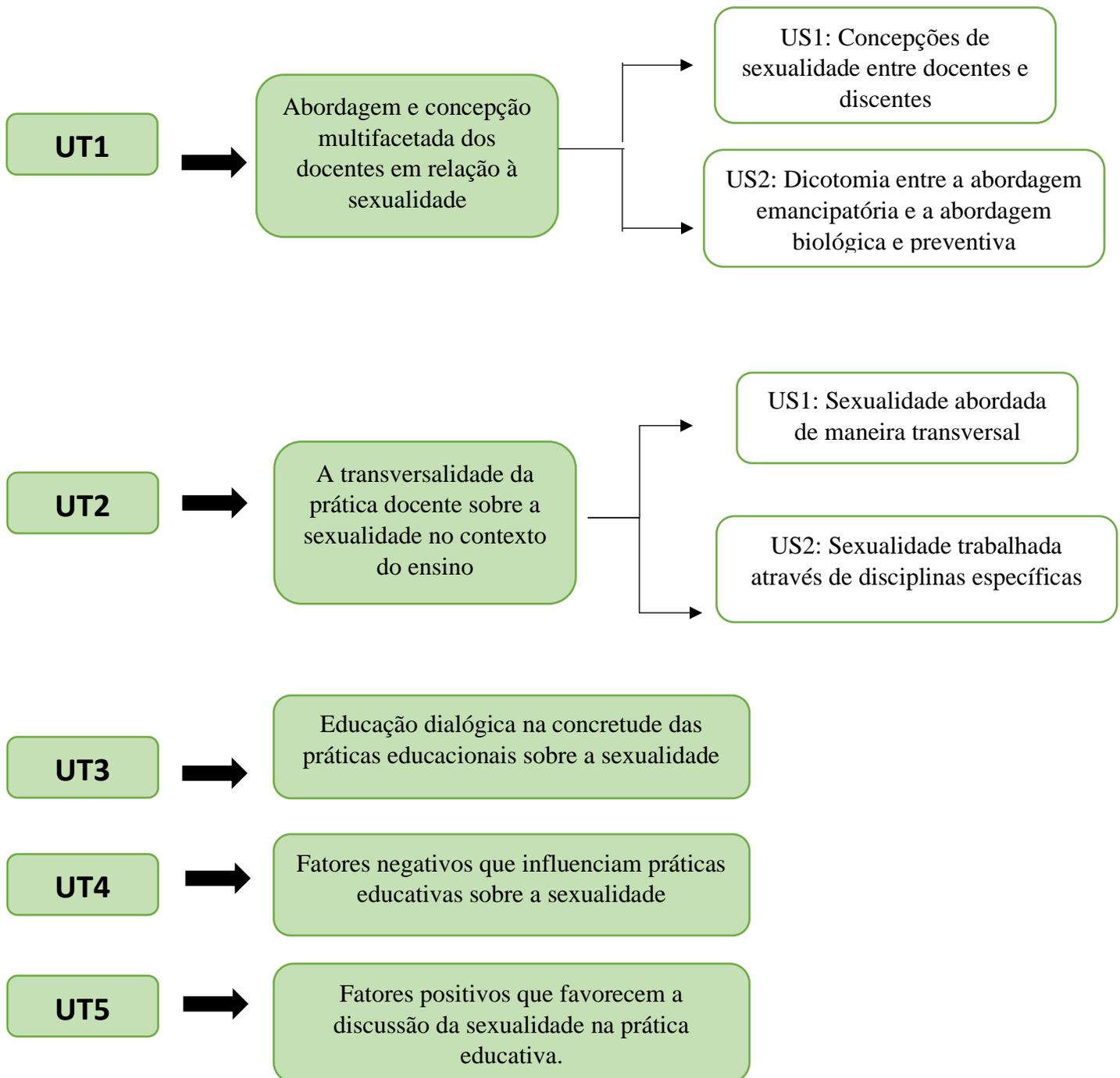
5.2 Unidades temáticas e suas respectivas unidades de significação

Os resultados deste estudo foram analisados segundo o processo de categorização proposto por Minayo (2013), no qual emergiram cinco Unidades Temáticas (UT) e suas respectivas Unidades de Significação (US). Em seguida, foram realizadas interpretações nas quais ocorreram as discussões dessas Unidades, correlacionando os temas ao referencial teórico sobre o assunto.

As Unidades Temáticas surgidas foram:

- **Unidade Temática 1 (UT1)** – Abordagem e concepção multifacetada dos docentes em relação à sexualidade:
 - Unidade de Significação 1 (US1) – Concepções da sexualidade entre docentes e discentes.
 - Unidade de Significação 2 (US2) – Dicotomia entre a abordagem emancipatória e a abordagem biológica e preventiva.
- **Unidade Temática 2 (UT2)** – A transversalidade da prática docente sobre a sexualidade no contexto do ensino:
 - Unidade de Significação 1 (US1) – A sexualidade abordada de maneira transversal.
 - Unidade de Significação 2 (US2) – A sexualidade trabalhada através de disciplinas específicas.
- **Unidade Temática 3 (UT3)** – Educação dialógica na concretude das práticas educacionais sobre a sexualidade.
- **Unidade Temática 4 (UT4)** – Fatores negativos que dificultam a discussão da sexualidade na prática educativa.
- **Unidade Temática 5 (UT5)** – Fatores positivos que favorecem a discussão da sexualidade na prática educativa.

Figura 4 - Unidades Temáticas e Unidades de Significação da pesquisa



Fonte: elaborado pela autora (2021).

UNIDADE TEMÁTICA 1 (UT1) – ABORDAGEM E CONCEPÇÃO MULTIFACETADA DOS DOCENTES EM RELAÇÃO À SEXUALIDADE.

Nessa unidade temática, estão incluídas as concepções que estudantes e professores apresentaram sobre sexualidade e as abordagens privilegiadas por eles nos espaços escolares. Assim, com base nas entrevistas e no referencial teórico adotado, essa categoria foi ainda subdividida em unidades de significação.

UNIDADE DE SIGNIFICAÇÃO 1 (US1) – Concepções de sexualidade entre docentes e discentes

Para a análise sobre a concepção que os participantes apresentavam sobre sexualidade, foram realizados os seguintes questionamentos: o que você entende/pensa sobre sexualidade? E o que você entende/pensa sobre sexo? A partir dessas questões, foram identificados três conceitos: o primeiro relaciona sexualidade ao sexo e ao corpo; o segundo à orientação sexual e o terceiro considera sexualidade na integralidade das suas dimensões.

O primeiro conceito considera que a sexualidade se relaciona à diferenciação sexual em seus aspectos físicos (macho e fêmea) e também psíquicos. Também estavam envolvidos a relação sexual, o conhecimento do corpo e as relações de prazer. Assim, algumas falas foram destacadas abaixo:

<Internas\Entrevista D05> - § 1 referência codificada [1,00% Cobertura]

Referência 1 - 1,00% Cobertura

Ele conhecer o seu corpo, saber os órgãos que determinam o seu gênero, a sua sexualidade, o seu gênero feminino e masculino. Saber como funciona o processo reprodutivo também relacionado à reprodução humana, relacionado a doenças. Eu penso nesse sentido, sexualidade nesse sentido.

<Internas\Entrevista D06> - § 1 referência codificada [0,91% Cobertura]

Referência 1 - 0,91% Cobertura

A questão da sexualidade o mais importante que envolve principalmente para nós mulheres é o conhecimento do nosso corpo. E aí envolve várias outras coisas, como decisões, questões de ordem mais psicológicas.

<Internas\Entrevista E17> - § 1 referência codificada [0,70% Cobertura]

Referência 1 - 0,70% Cobertura

Sexualidade é fazer sexo, ter o contato com a outra pessoa.

<Internas\\Entrevista E23> - § 1 referência codificada [1,16% Cobertura]

Referência 1 - 1,16% Cobertura

Sexualidade é, é como eu posso dizer, um casal que se juntam pra namorar, eu acho que é isso.

<Internas\\Entrevista E22> - § 1 referência codificada [1,62% Cobertura]

Referência 1 - 1,62% Cobertura

Sexualidade tem a ver mais com o psicológico da pessoa. É mais com orientação sexual, escolha, não só isso, mas envolve tipo muita coisa. É desde o ato mesmo é do sexo, como a pessoa se conhecer, ter o autoconhecimento.

<Internas\\Entrevista E24> - § 1 referência codificada [1,77% Cobertura]

Referência 1 - 1,77% Cobertura

Porque, não é só o ato de fazer sexo e tal, mas é o ato de você se relacionar com uma pessoa, você conhecer o corpo dessa pessoa. Não sei, acho que é isso.

Os entrevistados relacionam a sexualidade com o ato sexual e o conhecimento do corpo, evidenciando não haver relação da sexualidade com os aspectos culturais, históricos e emocionais. Esses dados vão de encontro com outras pesquisas recentes em que professores e estudantes conceituam sexualidade e sexo de maneira restrita e acabam por indicar que a sexualidade está voltada a se discutir o conhecimento do corpo no seu aspecto biológico, ao prazer, ao cuidado, à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST's) e à gravidez na adolescência, como é o caso de Aquino; Martelli, (2012); Jaques; Philbert; Bueno, (2012); Quirino; Rocha (2012); Andres; Jaeger; Goellner (2015); Gesser; Oltramari; Panisson (2015); Nogueira et al., (2016) e Borges; Rossi (2019).

Em um estudo realizado por Ciriaco et al. (2019), adolescentes foram entrevistados sobre as IST's e temas relacionados e evidenciou-se, nas afirmativas dos estudantes, uma visão biológica-centrada e preventiva, ou seja, um modelo que busca majoritariamente discutir os aspectos biológicos da educação sexual. Esse modelo percebido pelos estudantes e profissionais da educação coaduna com as ideias de alguns pais de adolescentes pesquisados, em que estes, consideram a sexualidade como algo também voltado a discutir questões que envolvem o sexo, o desenvolvimento do corpo e o cuidado e prevenção às doenças (QUEIRÓS et al., 2016).

A segunda concepção de sexualidade a relaciona com a orientação sexual, pensada na homossexualidade e na heterossexualidade, como se evidencia nas falas abaixo:

<Internas\\Entrevista D07> - § 1 referência codificada [0,73% Cobertura]

Referência 1 - 0,73% Cobertura

Com relação à sexualidade eu entendo que são, a sexualidade seria relacionada aos comportamentos, relacionado ao que que as pessoas têm uma perspectiva da sua orientação. Eu acho que há uma grande diferença entre sexualidade e sexo. E acho que a sexualidade vai ser justamente uma forma de você compreender essas situações que envolvam aí a orientação sexual.

<Internas\\Entrevista D09> - § 1 referência codificada [0,67% Cobertura]

Referência 1 - 0,67% Cobertura

Então eu compreendo dessa forma a sexualidade como a percepção que a pessoa tem em relação à opção dela, a opção sexual.

<Internas\\Entrevista E16> - § 1 referência codificada [1,35% Cobertura]

Referência 1 - 1,35% Cobertura

Eu acho que é a orientação sexual da pessoa, vem isso na minha cabeça, mas é muito abrangente sexualidade, tem a ver também com as doenças.

<Internas\\Entrevista E20> - § 1 referência codificada [1,18% Cobertura]

Referência 1 - 1,18% Cobertura

Sexualidade é o gênero que cada pessoa, acredito eu que, nasce já tendo. Eu não acredito que adquira ao longo da vida. Acho que a pessoa já nasce com aquela sexualidade.

Podemos identificar nas falas uma relação clara entre sexualidade e gênero, em que associam o sexo-gênero-sexualidade e, conseqüentemente, a uma visão heteronormativa. Observou-se o uso das palavras orientação sexual e opção sexual como conotação da escolha de identidade de gênero e sexual, relacionado ao termo sexualidade (QUIRINO; ROCHA, 2012; ANDRES; JAEGER; GOELLNER, 2015).

No entanto, essas expressões não são sinônimas. É coerente que sexualidade e gênero não ocorrem isolados e estão intimamente ligados, mas orientação sexual e gênero não são o mesmo que sexualidade (ANDRES; JAEGER; GOELLNER, 2015). Nesse sentido, Weeks (2000, p. 29) afirmou que o gênero é identificado como “a diferenciação social entre homens e mulheres”, enquanto a sexualidade enfoca “as crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas que se relacionam com o corpo e seus

prazeres”. Portanto, a sexualidade está envolvida como as formas pelas quais mulheres e homens manifestam seus prazeres e desejos (LOURO, 2000).

O terceiro conceito envolve a sexualidade e a integralidade de suas múltiplas dimensões, ou seja, as dimensões biológica, social e psicológica. Uma minoria dos entrevistados acredita que a sexualidade está ligada a algo mais que apenas o sexo e envolve outras dimensões que compõem o indivíduo. Desse modo, de acordo com alguns participantes, no caso, apenas os docentes, a sexualidade envolve a dimensão biológica, social e psicológica, como pode ser evidenciado nas falas abaixo:

<Internas\\Entrevista D08> - § 1 referência codificada [1,32% Cobertura]

Referência 1 - 1,32% Cobertura

A sexualidade ela tem uma visão muito mais ampla do que simplesmente o aspecto biológico. Trata de comportamento, trata de forma de vida, das relações, relacionamentos e acaba compreendendo então não apenas a natureza biológica, mas também psíquica, emocional.

<Internas\\Entrevista D13> - § 1 referência codificada [2,16% Cobertura]

Referência 1 - 2,16% Cobertura

Eu acho que a sexualidade ela é uma energia, uma energia de vida assim que impulsiona as pessoas pra fazer as coisas. Eu acho que a gente, a sexualidade tá relacionado com casamento, família, com várias questões, e na interação. Os adolescentes eles acabam movimentando muito a vida social deles por conta dessa questão que envolve a sexualidade e o sexo em si.

As falas acima corroboram um estudo realizado com docentes em escolas de educação básica de Santa Catarina em que os profissionais consideraram a sexualidade como um componente da existência e desenvolvimento humano. Esses professores veem a sexualidade atrelada ao corpo, no entanto, não significa apenas o corpo físico, mas também a dimensão psicológica, considerando a sua integralidade: corpo e mente. Dessa forma, destacam que as manifestações da sexualidade são importantes para que o ser humano identifique suas escolhas, valores, potencialidades e dúvidas (SCARATTI, et al., 2016).

De acordo com a OMS (2017), a sexualidade envolve questões como amor e ternura, mas também questões que perpassam os valores, crenças e atitudes das pessoas, ou seja, envolvem os aspectos sociais, biológicos, psicológicos e históricos. Além disso, os PCN's tratam o tema como sendo de forma integral:

“Inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro” (BRASIL, 1998, p. 287).

Dessa forma, a sexualidade não pode se restringir à dimensão biológica, mas sim deve ser incentivada e vivenciada com todas as dimensões que fazem parte do ser humano. Afinal, “a sexualidade ocorre durante todo o ciclo vital do ser humano. É considerada uma realidade indispensável” (JAQUES; PHILBERT; BUENO, 2012). Assim, sexualidade vai além do corpo e é constituída por linguagens, valores, comportamentos, rituais, fantasias e representações (LOURO, 2007).

No entanto, percebeu-se, com o presente estudo, que somente os docentes consideram a sexualidade abrangente, enquanto os estudantes, mesmo após atividades realizadas por esta pesquisadora em anos anteriores com um viés que ia além da questão biológica, ainda apresentam uma visão centrada no biológico e com caráter preventivo. Talvez isso se dê pela educação sempre focada nesses aspectos, as falas da família e a sociedade que imputam esses conceitos desde que nascemos.

Apesar de alguns docentes indicarem que consideram a sexualidade como algo abrangente e emancipatório, o que se percebeu são falas nas quais se observa que trabalham o tema em suas aulas em momentos esporádicos e pontuais, sempre citando e envolvendo mais o modelo biológico e preventivo.

UNIDADE DE SIGNIFICAÇÃO (US2) – Dicotomia entre a abordagem emancipatória e a abordagem biológica e preventiva

Nesta Unidade de significação estão presentes as abordagens que tiveram maior ênfase nas entrevistas de professores e alunos: a abordagem emancipatória e a abordagem biológica e preventiva. A primeira, evidencia uma abordagem crítica, dialógica e que tem como papel levar as pessoas a vivenciarem um processo de emancipação. Já na segunda, notamos uma forma de trabalhar com a sexualidade os aspectos biológicos do corpo humano, suas características físicas, prevenção de doenças e de uma gravidez na adolescência. Abaixo, algumas falas que evidenciam o que foi retratado por alguns entrevistados sobre o assunto emancipatório:

<Internas\Entrevista D07> - § 2 referências codificadas [1,57% Cobertura]

Referência 1 - 0,83% Cobertura

Alguns vão imputar que essa liberdade sexual acabou de certa forma, atingindo a estrutura familiar, porque a mulher começou a ser uma mulher que gostaria de ter também prazer e conquistar os seus espaços. Alguns veem isso com resistência e outra parte da sociedade, eu vejo, faço uma leitura de que isso colocou a mulher realmente em condições de igualdade, e aí caiu por terra essa coisa de apenas procriar.

Referência 2 - 0,74% Cobertura

Por isso que as vezes é confundido como se a gente tivesse, os docentes, como se estivesse fazendo um estímulo ao sexo. Enquanto na verdade você está fazendo uma reflexão, você tá querendo exatamente trazer a discussão, pra que você possa evitar uma gravidez na adolescência, pra que você possa evitar uma doença venérea, pra que você possa evitar uma frustração.

A abordagem emancipatória teve seu início no Brasil a partir das discussões sobre educação popular pautada nas ideias de Paulo Freire, que, por meio da publicação da Pedagogia do Oprimido (FREIRE, 2011), baseou seus estudos em uma “educação libertadora” e denominou de educação bancária o processo educacional em que o (a) professor (a) transfere seus saberes aos alunos (as) de forma rígida, antidialógica e autoritária. Assim, “o educador, finalmente, é o sujeito do processo; os educandos, meros objetos” (FREIRE, 2011, p. 83). Dessa forma, nesse processo, os (as) estudantes são passivos (as) e os professores são meros transmissores de conhecimento.

No entanto, a educação, pode também levar a um processo de libertação, mas precisa ser flexível, crítica, dialógica e participativa e os (as) professores (as) e estudantes devem buscar o conhecimento juntos. Assim, a realidade opressora poderá ser percebida pelo sujeito, tornando-o consciente da situação de exploração em que vive, e, através da luta, pode transformar sua realidade (FURLANI, 2011).

Freire (2011) afirmou que o pensar dos educadores somente ganha autenticidade quando também ocorre essa autenticidade no pensar dos educandos, através do processo de intercomunicação sobre a realidade de ambos. Assim,

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios a quem o mundo “encha” de conteúdos”: não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na

consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo” (FREIRE, 2011, p. 94).

Dessa forma, a abordagem emancipatória da sexualidade busca que os indivíduos apresentem uma consciência crítica do seu papel na sociedade e possibilita que possam escolher seus caminhos, estabelecendo uma sociedade com igualdade, e que entendam a sexualidade como algo indissociável dos direitos humanos para uma construção da cidadania (MELO, 2002).

No entanto, apesar de termos nesta pesquisa alguns docentes que acreditam nesse ensino para a sexualidade, o que percebemos, na maioria dos estudos, é uma abordagem voltada para uma visão biológica. É o que demonstra Zanatta et al. (2016) em um estudo realizado em uma Escola itinerante do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que mesmo preconizando o aporte teórico-metodológico freiriano, a escola não desenvolve o ensino para a sexualidade da forma indicada, o que acaba revelando um paradoxo.

Zanatta et al. (2016) evidenciou, através das narrativas dos participantes, que a educação em sexualidade é desenvolvida com o enfoque biológico e medicalizado, restringindo-se aos conteúdos abordados nos materiais pedagógicos escolares, como apostilas e livros. Ou seja, a temática sexualidade não é considerada “tema gerador” a ser sistematizado em sala de aula, o que demonstra que os conteúdos abordados não são resultados de uma prática dialógica, mas sim de um discurso baseado em conteúdos programáticos. Dessa forma, para Zanatta et al. (2016, p. 451) “se essas questões não estiverem presentes nos diálogos sobre a sexualidade, os indivíduos veem pouca relação com a própria vida, dificultando a apropriação de conhecimentos e habilidades sobre o tema”.

Assim, no presente estudo, evidenciamos que existe uma preocupação dos educadores em que os alunos sejam indivíduos que possam refletir sobre sua realidade, que sejam autônomos e que possam buscar uma vida considerada melhor e satisfatória para ele e para a família e que, através de discussões, possam mudar sua realidade. Todavia, percebe-se que mesmo os docentes retratando isso em suas falas, pouco fazem a respeito, focando apenas no conteúdo programático da sua disciplina e em critérios de avaliação.

A segunda abordagem observada é a centrada na biológica e preventiva, na qual alguns docentes desenvolvem esse tipo de abordagem durante suas aulas e outros relataram concordar que essa é a melhor forma de se falar de sexualidade para os alunos. Os professores da área da biologia, relatam que trabalham durante as suas aulas, quando está na ementa, o caráter biológico, evidenciando temas como anatomia do corpo humano masculino e feminino,

prevenção de IST's, métodos contraceptivos e prevenção à gravidez na adolescência, pouco trabalhando em ações para problematização e discussão sobre tópicos relacionados às questões de gênero, violência e preconceitos.

Os demais professores da área básica disseram retratar pouco ou nunca retratar esse conteúdo em sala de aula ou ambiente escolar, como evidenciado nas narrativas abaixo quando indagados se abordavam o tema sexualidade e sexo durante as aulas ou no ambiente escolar:

<Internas\\Entrevista D05> - § 1 referência codificada [2,24% Cobertura]

Referência 1 - 2,24% Cobertura

Eu não costumo passar como se fosse seminário, alguma coisa não. Eu gosto de eu mesma explicar e quando trata-se desse assunto né, eu faço o seguinte, eu passo só um seminário das doenças sexualmente transmissíveis e aí eu divido. Às vezes faço um trabalhinho cada um fala de um método, cada um fala de uma doença, e aí eu vou complementando e tudo mais. Mas em relação quando vai falar do órgão reprodutor masculino, do órgão reprodutor feminino, como acontece todo o processo da formação dos gametas e tudo mais, eu gosto de explicar, eu não fujo. Porque eu acho muito legal esse assunto e os alunos adoram estudar tudo isso.

<Internas\\Entrevista D06> - § 1 referência codificada [1,99% Cobertura]

Referência 1 - 1,99% Cobertura

Ele entra não diretamente uma aula sobre sexualidade ou sobre sexo. Ele entra no conteúdo de saúde e qualidade de vida porque a gente trata de algumas patologias. E quando a gente aborda o uso de drogas e outras coisas, a gente acaba entrando um pouquinho em alguns cuidados que se deve ter pra evitar, não só a questão da gravidez, mas evitar principalmente as doenças sexualmente transmissíveis. Então entra um pouquinho, mas não nada aprofundado não.

<Internas\\Entrevista D12> - § 3 referências codificadas [4,48% Cobertura]

Referência 1 - 1,27% Cobertura

Nunca foquei a fazer um projeto uma discussão mais de cunho social sobre sexualidade. Eu sempre foco muito na parte biológica e também numa questão de prevenção de DST's, essa questão de saúde, DST's, gravidez na adolescência, esse é meu foco.

Percebeu-se ainda que há professores da área de biologia que acreditam que a sexualidade deve ter um caráter mais crítico e problematizador, envolvendo questões sociais e psicológicas que envolvem uma gravidez na adolescência, por exemplo, e as consequências

advindas dela. No entanto, abordam em sua prática um caráter ainda restrito ao biológico como na fala dos entrevistados D12, D13 e D14:

<Internas\\Entrevista D12> - § 3 referências codificadas [4,48% Cobertura]

Referência 3 - 1,75% Cobertura

E eu acho que nessa parte a parte social, não sei se seria especificamente a disciplina de sociologia em si, mas eu acho que a escola enquanto instituição tentar focar bem nisso, focar, por exemplo no impacto na vida, na vida da família, de uma gravidez na adolescência, na vida dela, na vida do próprio filho e como isso pode dificultar.

<Internas\\Entrevista D13> - § 1 referência codificada [1,81% Cobertura]

Referência 1 - 1,81% Cobertura

Eu acho que querendo ou não eles percebem pelo que a gente é. Eu sou uma pessoa super aberta, sem preconceito, isso tá estampado na minha cara. Então de certa forma, isso já é uma bandeira dentro dessa questão da sexualidade social e psicológica. Mas o que eu trabalho mais especificamente é a biológica.

<Internas\\Entrevista D14> - § 1 referência codificada [1,64% Cobertura]

Referência 1 - 1,64% Cobertura

Você vê um aumento de gravidez na adolescência sem responsabilidade paterna envolvida, geralmente os cuidados normalmente ficam em parte por conta dos avós e depois a mãe acaba abdicando de algumas coisas que pode acontecer na vida. E justamente por causa de uma questão ligada a essa gravidez que geralmente não foi planejada e isso eu falo pra eles que pode influenciar todo um planejamento futuro que ele possa vir a ter.

Essas falas expressam que há uma necessidade de se discutir a parte biológica com a intenção somente de diminuir possíveis problemas na vida da adolescente. No entanto, não trabalham questões como a reflexão-crítica sobre o contexto sócio-histórico no qual esses jovens estão inseridos, suas vivências e suas ações para modificar a sua realidade.

Outra fala expressa que o docente não trabalha esse assunto por considerar a temática específica para a área biológica e erroneamente acredita que, falando sobre a sexualidade, os professores trabalharão como deve ser o ato sexual e incitarão os alunos a fazerem o sexo. Dessa forma, acredita que o tema deve ser abordado de forma sucinta apenas com o viés da parte biológica e a negatividade do desenvolvimento da sexualidade no período da adolescência.

<Internas\\Entrevista D11> - § 3 referências codificadas [7,24% Cobertura]

Referência 1 - 2,90% Cobertura

Não, nunca abordei. Eu creio que o sexo na escola deve ser abordado do ponto de vista biológico, do ponto de vista da característica biológica do ser humano. Não creio que deve ir muito a fundo na questão de atos sexuais, como deve ser um ato sexual

Referência 3 - 3,31% Cobertura

Creio que também se for abordado essa questão de sexualidade deve ser do ponto de vista escolar, por exemplo, mostrando estudos de como a sexualidade na adolescência pode influenciar negativamente na formação ou na continuidade dos estudos de um aluno, ou não.

Para os estudantes entrevistados, quanto ao tipo de abordagem observada, tanto no que eles perceberam durante suas aulas e momentos na instituição, quanto sobre o que acreditam ser o melhor para discutir e desenvolver ações sobre o tema na escola, houve a prevalência da abordagem biológica e preventiva, como apresentado nas falas que se seguem.

<Internas\\Entrevista E16> - § 1 referência codificada [2,16% Cobertura]

Referência 1 - 2,16% Cobertura

Com certeza deve ser mais abordado na escola, porque, principalmente pras meninas, é acho que é muito importante elas conhecerem de mais métodos, de conhecer as doenças, porque tipo, não é só a gravidez que é que é ruim.

<Internas\\Entrevista E18> - § 1 referência codificada [2,49% Cobertura]

Referência 1 - 2,49% Cobertura

E promovendo assim uma conscientização por conta da vida sexual ativa, os problemas, o que pode vir a acontecer, as prevenções. Eu acho que se fizesse isso continuamente, no momento que entra, até o momento sai, as pessoas vão sair daqui com uma “ideologia” totalmente diferente do que entraram.

<Internas\\Entrevista E21> - § 1 referência codificada [1,77% Cobertura]

Referência 1 - 1,77% Cobertura

Porque a maioria das pessoas não tem uma orientação sexual correta. Sobre como agir, como evitar uma DST e tudo mais. E eu achei muito importante esse papel dele ter falado sobre isso com a gente, e, mas foi uma coisa bem interessante, porque ele não se restringiu só aos assuntos da biologia. Falou também sobre como a gente media a tabelinha, ensinou mais as meninas em como calculava o ciclo e tudo mais.

<Internas\Entrevista E22> - § 1 referência codificada [1,31% Cobertura]

Referência 1 - 1,31% Cobertura

Eu lembro que a gente discutiu, como é no 1º ano os temas trabalhados são questões de DST's e tudo mais, métodos contraceptivos, eu lembro que a gente discutiu muito sobre isso.

Os discursos de professores e estudantes corroboram os dados de uma pesquisa realizado por Pirotta et al. (2013) em escolas do município de São Paulo, em que os principais assuntos tratados com os alunos em sala de aula ou em palestras realizadas ao longo do ano, diziam respeito ao uso do preservativo, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, uso de drogas e infecção pelo HIV/Aids. Isso reitera o enfoque limitado à prevenção de doenças e agravos e situações indesejadas socialmente.

Em outro estudo, também foram evidenciados que as ações de educação sexual realizadas em escolas de ensino básico apresentavam como objetivos a orientação e a prevenção de doenças e gravidez. Nessas práticas os conteúdos abordados envolviam conhecimento do corpo humano, hormônios, métodos contraceptivos, DST's, gravidez e reprodução. E em poucos momentos houve orientação quanto às drogas, família e projetos de vida. Dessa forma, os conteúdos estavam totalmente vinculados aos currículos, o que possivelmente permitia que a abordagem da sexualidade estivesse centrada na questão biológica/preventiva (VIEIRA; MATSUKURA, 2017).

Nesse sentido:

Prevalece uma concepção desatualizada e descontextualizada dos fatores que condicionam o processo de promoção da saúde e o desenvolvimento da sexualidade humana na perspectiva da integralidade dos sujeitos. O enfoque “biologizante” valoriza as dimensões do risco e da ameaça, enfatizando-se a discussão prescritiva na abordagem das doenças e dos agravos, os quais em última instância não contribuem para a formação de atitudes conscientes e práticas responsáveis entre os adolescentes que estão iniciando e descobrindo o exercício da sexualidade em suas vidas (PIROTTA et al., 2013, p. 205).

Ações voltadas a discutir a gravidez na adolescência ancoradas em uma concepção de sexualidade voltada para a prevenção são necessárias, no entanto, não são suficientes para romper com o ciclo vicioso da gravidez nessa faixa etária. Isso ocorre, pois, para muitas adolescentes que não possuem oportunidades reais de profissionalização, a gravidez é vista como uma possibilidade de obtenção de identidade e função social, e não somente como um problema (GESSER; OLTRAMARI; PANISSON, 2015).

Além disso, foi bastante comentado pelos entrevistados que se deve discutir o tópico referente a prevenção às IST's. Surgiram, no entanto, questões sobre até que ponto ações

voltadas para a prevenção estão sendo realmente eficazes para que os jovens compreendam suas ações e façam escolhas melhores, e como isso, conseqüentemente, pode acarretar uma diminuição nos índices altos de infecção por HIV e gravidez na adolescência no nosso país. Nesse sentido, surge a fala do D12:

<Internas\Entrevista D12> - § 3 referências codificadas [4,48% Cobertura]

Referência 2 - 1,46% Cobertura

Talvez muita campanha sobre educação sexual o tempo todo, DST's o tempo todo, eu não sei até que ponto repetidamente essa estratégia tenha funcionado bem. Eu sei que tem que ter, tem que ser alertado, mas ela tem que ter os seus princípios, o seu ponto de equilíbrio.

Nos estudos analisados por Aquino (2012) foi considerado importante discutir e informar aos adolescentes quanto à gravidez precoce e a contaminação por IST's. Contudo, as autoras relatam que, ao se restringir a sexualidade ao conceito biológico e a redução a uma faixa etária específica a ser trabalhada, incorreria em um erro.

Nesse sentido, Gesser, Oltramari, Panisson (2015) afirmam que as ações pautadas somente na prevenção das IST', devem ser vistas com cautela, pois precisam ser analisados além das informações sobre sexualidade e reprodução, também os insumos necessários para haver a prevenção. Além disso, estudos apontam que um produtor de vulnerabilidade é o contexto social em que esses adolescentes estão inseridos, não sendo somente falta de informação um causador dos índices altos de infecção (TAQUETE, 2013).

Portanto:

É importante frisar que a abordagem da sexualidade não pode se esgotar na transmissão de conteúdos técnicos, porque as informações isoladamente não contribuem para aumentar a percepção das atitudes de risco e a mudança de comportamentos vulneráveis socialmente construídos (PIROTTA et al. 2013, p. 206).

Furlanetto et al. (2018), ao pesquisarem em literatura sobre o tema, assinalam que alguns autores relatam a ineficiência das intervenções informativas pontuais em relação aos comportamentos sexuais de risco entre adolescentes. Assim, declaram que, se não houver uma melhora conjunta nos fatores relacionados aos comportamentos sexuais entre estudantes adolescentes, a informação perderá o sentido para esses jovens. Dessa forma, a capacitação dos profissionais, a avaliação das estratégias didáticas e a realização de ações que promovam uma cultura que incite uma reflexão crítica ao logo da vida acadêmica são fatores essenciais para o

bom funcionamento da educação sexual nas escolas e não somente ações esporádicas, como palestras e entrega de preservativos.

Por conseguinte, fica evidente que o tipo de abordagem da sexualidade vinculado ao caráter biológico e preventivo, não possibilita outras formas de se pensar, discutir e problematizar sobre outras situações que envolvem a sexualidade, como questões de gênero, homofobia, diversidade sexual e equidade de gênero, por exemplo. Além disso, acabam por negligenciar demandas de adolescentes que podem não estar relacionadas às diferenças de anatomia e fisiologia entre homens e mulheres, reprodução e prevenção à gravidez ou alguma infecção sexualmente transmissível (BARROS; RIBEIRO, 2012; VIEIRA; MATSUKURA, 2017).

Dessa forma, para que os adolescentes possam fazer mudanças significativas nas suas vidas e assim poderem transformar o meio social em que vivem, serão necessárias ações maiores no contexto escolar, que vão além da dimensão biológica da sexualidade, mas uma abordagem mais humana que esteja pautada em ações imersas no contexto sociocultural desse estudante. Assim, são necessárias abordagens mais amplas que forneçam elementos mais críticos aos jovens e beneficiem a adoção de comportamentos mais responsivos perante o exercício da sexualidade, incluindo, assim, fatores culturais, sociais e subjetivos da sexualidade (CIRACO, 2017; VIEIRA; MATSUKURA, 2017).

UNIDADE TEMÁTICA 2 (UT2) – A TRANSVERSALIDADE DA PRÁTICA DOCENTE NO CONTEXTO DO ENSINO SOBRE SEXUALIDADE

Nesta unidade temática foram evidenciadas falas dos entrevistados sobre a ocorrência ou não da transversalidade no contexto do ensino sobre o assunto sexualidade. Essa transversalidade está contida nos Parâmetros Curriculares Nacionais que propõem o desenvolvimento dessa temática, dentre outras, como tema transversal, ou seja, os temas devem perpassar todas as áreas do conhecimento e não apenas uma disciplina específica. Sobre a temática sexualidade os temas transversais utilizam o termo orientação sexual. Neste estudo, no entanto, será utilizado o termo educação sexual.

Assim de acordo com os PCN's:

Optou-se por integrar a Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais, através da transversalidade, o que significa que tanto a concepção quanto os objetivos e conteúdos propostos por Orientação Sexual encontram-se contemplados pelas diversas áreas do conhecimento. Dessa forma, o posicionamento proposto pelo tema Orientação Sexual, assim como acontece com todos os Temas Transversais, estará

impregnando toda a prática educativa. Cada uma das áreas tratará da temática da sexualidade por meio de sua própria proposta de trabalho. Ao se apresentarem os conteúdos de Orientação Sexual, serão explicitadas as articulações mais evidentes de cada bloco de conteúdo com as diversas áreas. (PNC, 1996, p.307).

No entanto, ao falar de transversalidade e de educação sexual têm-se que pensar em quem são os atores que desenvolverão essas ações, pois para alcançar os objetivos propostos pelos PCN's é importante analisar sobre a formação desses professores e suas reais condições de trabalho (MOISÉS; BUENO, 2010).

Nesse sentido, esta pesquisa obteve algumas formas de se discutir a sexualidade na escola e foram classificadas em unidades de significação, assim: US1: considera que a sexualidade deve ser abordada de maneira transversal; US2: considera que a sexualidade deve ser trabalhada por disciplinas específicas como Biologia e Sociologia, ou somente por professores da área de biologia ou ciências, evidenciando, ainda, outros profissionais da saúde como necessários para se discutir os conteúdos que envolvem esse tema.

UNIDADE DE SIGNIFICAÇÃO 1 – Abordagem transversal da sexualidade

Com relação à sexualidade ser abordada de maneira transversal, ficou evidenciado que alguns entrevistados percebem a educação sexual como tema que deve ser abordado nas escolas, e que a maneira mais apropriada para se trabalhar esses conteúdos seria com todas as disciplinas, de maneira transversal, estando o docente preparado para qualquer situação que pode advir na sala de aula, como episódios de preconceito, homofobia e questões sobre gravidez.

Em conformidade com os PCN's, o trabalho de educação sexual implica o desenvolvimento de questões que nem sempre estão articuladas com as áreas do currículo, pois além de, muitas vezes, necessitar de uma forma específica para ser abordada, também permeia o dia a dia na escola de diferentes formas, precisando e exigindo do professor que tenha disponibilidade, flexibilidade e abertura para trabalhar tais conteúdos. Assim, a educação sexual poderá se dar de duas formas: uma dentro da programação por meio de conteúdos já transversalizados no currículo; e a outra em forma de extraprogramação, ou seja, desenvolvida sempre que emergirem questões relacionadas à temática.

Assim, surgem algumas falas nas entrevistas nesse sentido:

<Internas\Entrevista D02> - § 1 referência codificada [1,43% Cobertura]

Referência 1 - 1,43% Cobertura

Eu acho que todos os professores deveriam estar preparados para trabalhar esses temas que pra mim são transversais. São temas que têm que permear todas as áreas do conhecimento.

<Internas\\Entrevista D07> - § 2 referências codificadas [1,26% Cobertura]

Referência 1 - 0,85% Cobertura

A gente não separa a aula só pra falar sobre sexualidade, a sexualidade ela vem quase como um apêndice, ela vem quase como uma consequência daquilo que você tá falando, então não tem como você desvincular. Então é isso que acontece, não é que a gente na geografia vai lá e prepare uma aula sobre sexualidade, eu nunca fiz isso, isso eu nunca fiz não. Mas ao você falar sobre violência da mulher, violência contra o negro, eu já estou falando de sexualidade.

Referência 2 - 0,41% Cobertura

Vai depender mesmo é do mestre, de como é que ele, assim “eu quero aproveitar essa oportunidade pra fazer essa transversalidade e inserir esse tema sexualidade”, com o respeito, sem ofensas, científico.

<Internas\\Entrevista D08> - § 1 referência codificada [1,49% Cobertura]

Referência 1 - 1,49% Cobertura

Eu acredito e vejo que a educação sexual, a sexualidade ela ainda tem muito a amadurecer nas escolas, principalmente, tem essa necessidade da inserção dela como tema obrigatório, transversal a todas as disciplinas, não ser renegado a algo pertencente a caixinha da biologia, ou da sociologia.

<Internas\\Entrevista E20> - § 1 referência codificada [2,14% Cobertura]

Referência 1 - 2,14% Cobertura

Tá aí uma coisa que eu não acho que tem que ter uma área específica. Deve ser todos os professores. Todos devem entender sobre isso. Devem debater, devem respeitar, principalmente. Não quando a gente perguntar pegar e falar que não vai falar. Acho que não deve ser assim. A pessoa deve, precisa entender.

Alguns participantes da pesquisa consideraram que os temas que envolvem sexualidade devem ser discutidos por todos os docentes e não renegados somente para o professor das áreas de biologia e sociologia. No entanto, muitos alegaram não se sentirem preparados para trabalhar esse conteúdo, o que dificulta a abordagem mais enfática e realizada mais vezes dentro das aulas. Juntamente a isso, ocorre a percepção do professor de se sentir inseguro em abordar tal temática, o que leva esses docentes a permanecerem na sua zona de conforto, com conteúdos

de sua área de formação, como observado nos comentários abaixo:

<Internas\\Entrevista D04> - § 1 referência codificada [1,31% Cobertura]

Referência 1 - 1,31% Cobertura

Todos os professores deveriam abordar esse tema e ter uma capacitação porque esses problemas surgem em qualquer disciplina. E aí, por exemplo, cada professor, se não tiver uma metodologia bem planejada, então eu que sou espírita vou falar de uma forma, o outro que é evangélico vai já a partir da religião dele.

<Internas\\Entrevista D15> - § 1 referência codificada [1,32% Cobertura]

Referência 1 - 1,32% Cobertura

Certo que não que seja impossível trabalhar com esse assunto, claro, com uma capacitação, com envolvimento, acompanhamento junto com outras áreas. Convidar outro professor dentro dessa área correlata junto com a minha área que é na área de exatas, fazer um debate conjunto ali.

<Internas\\Entrevista D09> - § 1 referência codificada [1,93% Cobertura]

Referência 1 - 1,93% Cobertura

Eu acho que essa temática dá pra ser trabalhada em todas as disciplinas. De fato, a gente, nós mesmos professores às vezes negligenciamos alguns assuntos. Aqueles em que nós nos sentimos mais à vontade pra trabalhar, nós trabalhamos tranquilamente. Quando é um tema que não nos sentimos tão à vontade, a gente vai deixando um pouco ou trabalha menos.

<Internas\\Entrevista E22> - § 1 referência codificada [1,45% Cobertura]

Referência 1 - 1,45% Cobertura

Porque o professor não é formado pra trabalhar com isso. Então, a maioria não sabe como lidar com essa situação, eu acho que os psicólogos saberiam mais como é trabalhar com isso dentro da escola.

As falas acima evidenciaram a falta de uma preparação maior pelos docentes e comprometimento da escola em discutir sobre os temas transversais. Nesse sentido, surgiram discursos que remetem a não realização da transversalidade da temática sexualidade na escola pesquisada, quando indagados se acreditavam que a escola estava trabalhando de maneira transversal como versam os documentos.

<Internas\\Entrevista D01> - § 1 referência codificada [3,82% Cobertura]

Referência 1 - 3,82% Cobertura

Olha eu acho que não. Referente à sexualidade, não. [...] Assim, são poucos professores. Então eu acho que essa não é uma ideia que tem que partir somente de baixo, ela tem que partir de cima também. Os nossos pensadores da educação e do campus em si, eles devem chamar os docentes para o debate. E não é fazendo o dia da diversidade, e campanha contra a discriminação sexual, contra o abuso sexual, não é isso. Eles têm que, as coisas no IFAC elas têm que, elas precisam ser impostas por quem pensa a educação, porque quem pensa a educação pensa no processo.

<Internas\\Entrevista D02> - § 2 referência codificada [8,44% Cobertura]

Referência 2 – 7,01% Cobertura

Eles não estão nem mencionados, nem incluídos nas ementas das disciplinas. Porque a gente fala uma coisa que vai fazer e daí a gente engessa nas ementas uma gradezinha curricular cheia de disciplinas desconexas, né? E elas não estão interagindo. A gente não trabalha a interdisciplinaridade, a gente não trabalha a transversalidade, a gente não consegue fazer a formação cidadã, a gente não consegue formar criticamente o aluno, porque nem nós, nós não estamos preparados pra isso. E não é um professor de uma disciplina que vai fazer isso na sala dele, né? É um trabalho conjunto, é um trabalho em equipe, é um preparo de todos os professores pra que eles consigam ter uma unicidade assim, uma mesma fala com relação aos temas transversais, a essa formação. A gente chega pra dar conteúdo, a gente não chega pra formar o aluno, então realmente, isso não existe.

Essas falas demonstraram que a instituição pesquisada não realiza a educação sexual de maneira transversal, como se recomenda nos documentos. Esses dados corroboram o estudo de Aragão et al. (2020), que revela que a abordagem da educação sexual não ocorre como preconizada pelos PCNS's e evidencia dificuldades para essa abordagem, como a falta de material didático e a afirmação de professores de que não conseguem vincular temas da sexualidade a suas disciplinas ministradas.

Nesse sentido, Furlanetto et al. (2018), em revisão de literatura, identificaram contradições com relação aos pressupostos da transversalidade, pois a maioria das ações encontradas nas pesquisas foram classificadas como pontuais e não fazem parte de uma prática escolar realizada de maneira contínua. Isso nos revela, ainda, que essa habilidade pedagógica não é desenvolvida ao longo da profissionalização, pois os cursos de capacitação são escassos e raramente apresentam incentivo pelas instituições (FURLANETTO et al., 2018).

UNIDADE DE SIGNIFICAÇÃO 2 – A sexualidade trabalhada através de disciplinas específicas

Apesar de alguns relatos evidenciarem a transversalidade como melhor maneira de abordar o tema proposto, algumas falas remetem a responsabilidade da discussão de sexualidade para disciplinas específicas, mas sempre interligadas com a área de biologia, como podemos demonstrar abaixo:

<Internas\\Entrevista D11> - § 1 referência codificada [1,76% Cobertura]

Referência 1 - 1,76% Cobertura

Eu acho que a Biologia, talvez Sociologia e se tiver Ensino Religioso. São as três áreas que pode se trabalhar essa questão de sexualidade.

<Internas\\Entrevista E16> - § 1 referência codificada [2,58% Cobertura]

Referência 1 - 2,58% Cobertura

Tipo, a Biologia ela é mais pra esse assunto, ela fala mais sobre isso. Mas eu acho que... eu não sei se os outros professores saberiam, mas assim, socialmente, isso também impacta bastante, então, eu acho que os professores sim. Tipo os professores de Sociologia.

<Internas\\Entrevista E24> - § 1 referência codificada [1,82% Cobertura]

Referência 1 - 1,82% Cobertura

Não só pelos professores, que a carga pesa muito pra eles. Mas ter realmente alguém, sei lá, uma enfermeira que venha fazer palestras periodicamente, não sei.

<Internas\\Entrevista E17> - § 2 referências codificadas [4,25% Cobertura]

Referência 1 - 1,08% Cobertura

Acho que todos os professores. Mas principalmente da área da Biologia. Mais os da Biologia.

<Internas\\Entrevista E23> - § 1 referência codificada [2,79% Cobertura]

Referência 1 - 2,79% Cobertura

Eu acho que deveria ser um professor de biologia ou qualquer outro que tenha uma especialidade nesse tema. Que saiba explicar, uma pessoa que seja, qualificada, uma pessoa que entenda mais do assunto e consegue dar o assunto.

Portanto, percebemos que nessa forma de se trabalhar com os conteúdos que envolvem a sexualidade, a disciplina de Biologia surge como a mais importante para se discutir com os

alunos, pois observamos que o enfoque é dado à concepção biológica e preventiva da sexualidade, deixando a disciplina vista como específica para se discutir conteúdos que envolvam o corpo físico, métodos de prevenção de gravidez e IST's, preponderando, assim, a visão distorcida da sexualidade, em desacordo com o proposto pelos PCN's.

Para Barros e Ribeiro (2012), a fala de alguns profissionais e alunos sobre trabalhar a sexualidade em um determinado campo do saber, como uma disciplina, acaba seguindo um modelo disciplinar. Esse pensar disciplinarmente não é uma questão "natural", mas que sempre esteve presente em nossa sociedade. Assim, eles afirmam que esse modelo disciplinar tem origem na ciência moderna, pois foi com a criação do método científico que se começou a compartimentalizar as áreas do saber com o objetivo de buscar o conhecimento dito verdadeiro. Dessa forma, as áreas do saber foram divididas em disciplinas específicas, como Matemática, Física, Biologia e outras, com a finalidade de que fosse possível estudar. Desse modo, pensar que o conhecimento deve estar dividido em áreas do saber permite refletir que a sexualidade também deverá estar localizada em uma disciplina.

Assim, foi possível discernir nos depoimentos dos participantes da pesquisa que a disciplina de Biologia continua sendo considerada lugar privilegiado e autorizado para ensinar sobre sexualidade. O que corrobora as outras pesquisas realizadas com esse público, em que revelaram que os professores de Ciência/Biologia são os que mais desenvolvem trabalhos sobre as questões de educação sexual e que, além disso, o tema não é desenvolvido de maneira transversal como recomendado nos PCN's, segundo afirmaram vários autores como Moisés; Bueno (2010); Barros; Ribeiro (2012); Vieira; Matsukura (2017); Zannata et al. (2016), Furlanetto et al. (2018); Aragão et al. (2020).

De acordo com Furlanetto et al., (2018), o desenvolvimento da educação sexual nas escolas tem sido responsabilidade principalmente dos professores de Ciências e Biologia, correspondendo a 16,6%, enquanto nas intervenções externas, realizadas pelos profissionais de enfermagem em ações temporárias têm-se 37,5%. Esse estudo evidencia que esse ensino é mais realizado por profissionais externos da escola e que quando é realizada por professores, se centraliza nas mãos dos professores das áreas biológicas.

Com os relatos das entrevistas anteriores, percebemos que alguns participantes acreditam que o ensino da sexualidade no ambiente escolar deve ser realizado por todos os professores de forma transversal, não renegando apenas à Biologia ou Sociologia. No entanto, o que se apreendeu do estudo é que as falas ainda estão distantes da realidade vivenciada, visto que os próprios profissionais dizem não realizar esse ensino transversal sobre essa temática, por diversos motivos, entre eles formação insuficiente na graduação e falta de capacitação no

ambiente de trabalho.

Além disso, professores e alunos compreendem a sexualidade, em sua maioria, como sendo de cunho biológico e buscando a prevenção de agravos, como observado na Unidade Temática 01, o que caracteriza que a função caberia a um profissional da área da biologia ou saúde, como enfermeiro, na busca por estratégias para se trabalhar com esse público jovem na escola, o que é enfatizado também na pesquisa de Moisés e Bueno (2010), quando indicam que profissionais de saúde deveriam dar palestras e orientações sobre o tema.

UNIDADE TEMÁTICA 3 (UT3) – A EDUCAÇÃO DIALÓGICA NA CONCRETUDE DAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS SOBRE A SEXUALIDADE

Nessa Unidade foram explanadas as principais estratégias e práticas de ensino indicadas por professores e alunos na discussão da temática sexualidade nas escolas. Dentro dessa categoria, as estratégias consideradas como tradicionais, como aulas com uso de retroprojetores e palestras são comentadas. No entanto, os profissionais e estudantes inferem que os temas são melhores apreendidos através de uma abordagem dialógica e problematizadora que busque identificar as dúvidas, anseios e opiniões dos envolvidos. Podemos visualizar nas falas abaixo que os professores que remetem desenvolver atividades de educação sexual utilizam ferramentas que empregam imagens, explicações e seminários como forma de abordar o tema. Além disso, as palestras com profissionais da área da saúde também foram comentadas, enfatizando apenas a dimensão biológica da sexualidade, preconizando a anatomia e fisiologia do corpo, DST's e prevenção de gravidez na adolescência.

<Internas\\Entrevista D05> - § 1 referência codificada [0,93% Cobertura]

Referência 1 - 0,93% Cobertura

Costumo trabalhar com material expositivo, no caso seria data show, aula expositiva e dialógica por meio de imagens, sempre eu costumo colocar a imagem do sistema reprodutor masculino e a imagem do sistema reprodutor feminino e aí vou explicar, explicar.

<Internas\\Entrevista D12> - § 1 referência codificada [0,95% Cobertura]

Referência 1 - 0,95% Cobertura

É a parte da gravidez eu gosto de trabalhar com aula expositiva, com um debate com eles, uma aula expositiva e eu comandando. A de DST's eu sempre gosto de fazer grupos de trabalho.

<Internas\\Entrevista D14> - § 1 referência codificada [1,15% Cobertura]

Referência 1 - 1,15% Cobertura

Você trazer um especialista na área, trazer por exemplo, um médico ou uma médica que seja de área, que seja normalmente ligado à questão de ginecologia, urologia ou de repente trazer um infectologista, trazer uma sexóloga, sexólogo, um psicólogo. Ou seja, eu acho importante esse tipo de informação

<Internas\\Entrevista E21> - § 1 referência codificada [1,34% Cobertura]

Referência 1 - 1,34% Cobertura

Eu acho que as aulas expositivas elas são muito válidas também, porque tem a questão da projeção de imagens e quando você vê, por exemplo, o que uma sífilis faz, você não quer pegar de jeito nenhum sífilis. Mas eu acho que tipo também relatos de pessoas ali que tenha HIV, que são soropositivos e tudo mais.

Contudo, muitos docentes inferem que identificar o que os estudantes têm a trazer do seu convívio e deixá-los livres para as discussões para que aí eles possam desenvolver algumas ações específicas, é uma ferramenta importante a ser considerada. Além disso, o professor se ver como mediador do processo de aprendizagem é um passo importante na discussão desse tema na escola.

<Internas\\Entrevista D01> - § 1 referência codificada [0,65% Cobertura]

Referência 1 - 0,65% Cobertura

Discussões. Eu procuro ver primeiramente, observar, captar, a visão que eles têm. Porque geralmente a partir dessa visão que eles têm, que eu vou trabalhar pra desconstruir um possível preconceito.

<Internas\\Entrevista D03> - § 1 referência codificada [1,30% Cobertura]

Referência 1 - 1,30% Cobertura

O professor é um mediador do aprendizado e o aluno ser o agente construtor do aprendizado, ele mesmo construir o próprio aprendizado dele. Ele vai atrás de leitura, ele vai atrás de artigo, ele vai atrás de vídeo, ele vai atrás de livro

Em alguns relatos de estudantes e professores, são privilegiadas ações que envolvam o diálogo e dinâmicas de grupo em detrimento das ações pontuais como palestras, como verificado abaixo:

<Internas\\Entrevista D06> - § 1 referência codificada [0,62% Cobertura]

Referência 1 - 0,62% Cobertura

Eu acho que oficinas, palestras, rodas de conversa na própria sala de aula, porque eles acabam se sentindo mais à vontade com a turma deles só.

<Internas\\Entrevista D07> - § 1 referência codificada [0,24% Cobertura]

Referência 1 - 0,24% Cobertura

Uma metodologia é o debate, é contar uma história, é por um vídeo de uma mulher agredida, pra ver o quê que vai gerar.

<Internas\\Entrevista D09> - § 1 referência codificada [2,15% Cobertura]

Referência 1 - 2,15% Cobertura

É bem interessante as rodas de conversa com os alunos talvez com especialistas na área, até psicólogos. Porque eles se sentem mais à vontade pra conversar com pessoas que não são aquelas que vão ficar na sala de aula com eles, as pessoas que não têm o convívio diário com eles, mas pessoas que tenham conhecimento a respeito do assunto. O conhecimento, eu digo, no sentido de formação mesmo.

<Internas\\Entrevista D13> - § 1 referência codificada [2,61% Cobertura]

Referência 1 - 2,61% Cobertura

Tem que ser alguma metodologia que seja muito participativa, eu acredito assim. Não adianta passar essas palestras sobre Doenças sexualmente transmissíveis, são importantes, mas isso é meio conteudista. Acho que pra mudar alguma coisa dentro deles, a visão deles, eles precisam se soltar, eles precisam conseguir encontrar uma naturalidade, que eu acho que tem que ser através de rodas de conversa, metodologias ativas infinitas que tem.

<Internas\\Entrevista E16> - § 2 referências codificadas [4,01% Cobertura]

Referência 2 - 1,79% Cobertura

Então eu acho que filme, vídeos também. É talvez relatos de pessoas que sei lá, contraíram alguma doença ou tiveram alguma coisa relacionada a isso eu acho que sim, ajudaria bastante.

<Internas\\Entrevista E17> - § 1 referência codificada [1,48% Cobertura]

Referência 1 - 1,48% Cobertura

Não levar muito assim na teoria, mas levar uma coisa na prática, assim, dando exemplos, uma roda de conversa, mais dinâmica.

<Internas\\Entrevista E24> - § 1 referência codificada [1,01% Cobertura]

Referência 1 - 1,01% Cobertura

Slides, brincadeiras. A da caixinha de perguntas, uma roda de conversa, as perguntinhas.

Percebemos que as estratégias mais indicadas pelos participantes da pesquisa faziam referência ao modelo de ensino proposto por Paulo Freire (2011). Esse método é ligado a uma pedagogia emancipatória que, através do processo de problematização, busca incentivar o educando a refletir sobre a sua própria realidade e a propor modificações de forma crítica-reflexiva. Para Freire (2011), existe um antagonismo entre a concepção “bancária” e entre a problematizadora, pois a primeira serve à dominação e mantém a contradição educador-educandos, enquanto a segunda busca a libertação para um processo de superação. Além disso, a concepção “bancária” se faz antidialógica quando nega a dialogicidade como essência da educação. No entanto, para realizar o processo de superação, a educação deve ser de forma problematizadora, pois afirma a dialogicidade e se faz dialógica.

Dessa forma:

Enquanto, na concepção bancária o educador, vai “enchendo” os educandos de falso saber, que são os conteúdos impostos, na prática libertadora, vão os educandos desenvolvendo o seu poder de captação e de compreensão do mundo que lhes aparece, em suas relações com ele, não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo (FREIRE, 2011, p. 100).

Portanto, na teoria dialógica proposta por Freire (2011), não existe um sujeito que domina e outro que é dominado, mas sim, há sujeitos que se encontram para a transformação do mundo. Assim, os “sujeitos dialógicos se voltam sobre a realidade mediatizadora que, problematizada, os desafia. A resposta aos desafios da realidade já problematizada é já a ação dos sujeitos dialógicos sobre ela, para transformá-la” (FREIRE, 2011, p. 229).

Nessa perspectiva, algumas pesquisas revelaram ser uma forma eficaz de se trabalhar, seja no campo da educação ou saúde, como evidenciado em uma proposta desenvolvida com profissionais e usuários da Estratégia de saúde da família no Estado do Acre. Nessa proposta, os resultados mostraram que práticas educativas pautadas no diálogo e participação social constituem ferramentas importantes, visto que, além de contribuírem para promover a prevenção de doenças e promoção da saúde, ainda incentivaram a autonomia e corresponsabilidade dos usuários, levando, por conseguinte, a uma melhora da qualidade de vida dos indivíduos (RAMOS et al., 2018; RAMOS, et al., 2020).

Em outras pesquisas realizadas no campo da educação envolvendo a sexualidade humana e nas quais foram realizadas ações pautadas nas premissas da dialogicidade, concluíram

que trabalhar com situações-problemas reais que envolvam a ação educativa dialógica, estimulando uma visão crítica e reflexiva de profissionais e alunos, apresentou-se como sendo um percurso viável para a reflexão da temática, construção de novos conhecimentos e práticas de cuidado que envolvem a sexualidade (MOISÉS; BUENO, 2010; NOGUEIRA et al., 2016; NOGUEIRA et al., 2017).

Além disso, os alunos entrevistados disseram considerar importante para o desenvolvimento desse tema na escola a realização de atividades diferenciadas, como a “caixinha de perguntas” e a roda de conversa, como mencionado nos registros abaixo:

<Internas\\Entrevista E16> - § 2 referências codificadas [4,01% Cobertura]

Referência 1 - 2,21% Cobertura

Eu acho que aquele da caixinha, que é bem legal, aquele da caixinha, porque tem muita gente que tem dúvida, mas tem vergonha de perguntar.

<Internas\\Entrevista E18> - § 1 referência codificada [2,98% Cobertura]

Referência 1 - 2,98% Cobertura

Sim, foi eficiente. Foi uma coisa totalmente dinâmica, onde a gente ouviu pessoas, por exemplo, eu mesmo falei coisas que eu nunca imaginei que ia falar numa roda de conversa e é legal. Eu gosto muito de atividades assim, onde promovem muito diálogo, porque a gente descobre coisas que a gente não imagina, assim só olhando a gente não tem como saber.

Os estudantes pesquisados se referem nas falas acima aos momentos realizados por esta professora/pesquisadora que no ano de 2016 executou um projeto de ensino com os alunos de duas turmas de 1º ano, da qual alguns participantes dessa pesquisa faziam parte. Além disso, em 2018, já realizando o Mestrado em Ensino de Ciências, a pesquisadora/professora realizou um projeto de extensão intitulado “A transversalidade no Ensino da Sexualidade” juntamente com outros docentes, como professora de química e enfermagem, além da equipe do NAES composta pela psicóloga e pela assistente social. Foram utilizadas estratégias como dinâmicas, rodas de conversa, jogos e momentos de discussão, em que cada participante poderia contribuir.

Com as atividades dos dois projetos, pudemos perceber que os estudantes anseiam por sanar seus questionamentos com relação ao tema sexualidade e que muitos não veem uma oportunidade no seio de sua família. Podemos inferir que os momentos de discussões em que priorizamos o diálogo pautado no respeito foram fundamentais para que os estudantes se sentissem seguros e tranquilos para expor suas dúvidas e opiniões sobre os mais variados temas,

como diversidade sexual, questões de gênero, dúvidas sobre masturbação, aborto, métodos contraceptivos e formas de violência.

<Internas\Entrevista D08> - § 1 referência codificada [2,81% Cobertura]

Referência 1 - 2,81% Cobertura

Eu acho que quando eu consigo conscientizá-los disso na sala de aula, de que ali é um espaço pra discutir ciência, e a ciência só consegue ser discutida quando nós olhamos desprovidos de qualquer preconceito de qualquer ideia formada primariamente. Então, quando eles se sentem inseridos nesse espaço democrático, esse espaço onde eles têm liberdade de expor, de falar, de colocar o que pensa, inclusive na sua linguagem, com as suas gírias e as suas formas de comunicação, isso permite com que eles consigam se soltar e ter um diálogo mais tranquilo.

Assim, muitos relataram, com esta pesquisa de mestrado, que são importantes ações como essas que buscam entender os alunos e suas dificuldades e que momentos na escola que estejam abertos ao diálogo são importantes para que eles consigam apreender o conhecimento e fazer transformações na sua vida. Portanto, como mencionam Nogueira et al. (2016), a problematização da sexualidade e os temas correlatos devem ser abordados nas instituições escolares para que o trabalho da educação sexual seja efetivado nas escolas. Dessa forma, devem ser colocados em pauta no âmbito das capacitações e nas políticas públicas de formação.

UNIDADE TEMÁTICA 4 (UT4) – FATORES NEGATIVOS QUE DIFICULTAM AS PRÁTICAS EDUCATIVAS SOBRE A SEXUALIDADE

Nesta Unidade Temática, são apresentados os nós evidenciados como fatores negativos que acabam por influenciar direta ou indiretamente as práticas educativas sobre a sexualidade no contexto do ensino. Assim, os fatores negativos encontrados nas falas dos participantes estão englobados nas seguintes categorias: tabus¹, vergonha e resistência; a não capacitação dos professores para trabalhar essa temática; docentes não comprometidos com esse assunto; a pouca importância dada ao tema; preconceito; abuso sexual e gravidez na adolescência.

¹ Tabu: substantivo masculino: 1. [Religião] Proibição de determinada ação, de aproximação ou contato com algo ou alguém que é considerado sagrado; 2. [Religião] Lugar, animal, objeto, coisa ou ação proibidos por temor de castigo divino ou sobrenatural; 3. Medo ou proibição de origem religiosa, social ou cultural; 4. Assunto de que não se pode ou não se deve falar; adjetivo de dois gêneros: 1. Que é proibido. = INTERDITO; 2. Que não se pode ou deve proferir ou de que não se pode ou não se deve falar (PRIBERAN, 2020).

A questão do tabu foi encontrada em algumas falas de professores e estudantes, revelando uma impregnação por fatores morais, religiosos e éticos que podem resultar em dificuldades em se trabalhar o tema. Isso acarreta algumas consequências, como falta de diálogo na escola e na família, resistência dos pais e professores em debater questões de sexualidade e visões distorcidas do que é sexualidade. Como podemos demonstrar abaixo:

<Internas\\Entrevista D01> - § 1 referência codificada [0,63% Cobertura]

Referência 1 - 0,63% Cobertura

É um tabu falar de sexo e sexualidade com adolescentes porque os pais em si não falam, não deram orientação aos filhos e isso se torna um tabu, porque geralmente eles levam para o outro lado.

<Internas\\Entrevista D09> - § 1 referência codificada [1,74% Cobertura]

Referência 1 - 1,74% Cobertura

Nós trabalhamos os poemas do Carlos Drummond de Andrade, ele tem alguns poemas que são eróticos, claro que a gente não trabalha muito com os alunos, porque já houve casos em que os pais “ah que que você tá trabalhando com o aluno? Isso não é coisa de se trabalhar com ele”. Então, ainda a gente encontra essa resistência.

<Internas\\Entrevista E16> - § 1 referência codificada [1,77% Cobertura]

Referência 1 - 1,77% Cobertura

Estão ali com o convívio do filho todos os dias, mas a maioria dos pais são mais tradicionais quanto, eles acham que falando sobre isso vai acabar estimulando o filho a fazer isso.

<Internas\\Entrevista E17> - § 1 referência codificada [1,92% Cobertura]

Referência 1 - 1,92% Cobertura

Porque as vezes a gente tem vergonha de falar pros pais.

<Internas\\Entrevista E22> - § 3 referências codificadas [5,87% Cobertura]

Referência 3 - 2,37% Cobertura

É muito difícil ter essa abordagem dentro do colégio porque a maioria dos pais não concordam com esse tipo de abordagem, porque pensam que falar sobre sexualidade é falar sobre a pessoa como se eu tivesse, “oh! Eu vou falar aqui sobre sexualidade e eu vou fazer sei lá, meu filho virar gay ou minha filha virar lésbica”.

Entendemos, através dos depoimentos, que trabalhar conteúdos que envolvem sexualidade, tanto na escola quanto no ambiente familiar, ainda é considerado como tabu, tornando-se delicado e repleto de preconceitos devido a influências de valores morais, religiosos e históricos de pais, alunos e inclusive professores, o que podem acabar por comprometer a abordagem do assunto em sala de aula ou no convívio escolar (VIEIRA; MATSUKURA, 2017; ARAGÃO et al., 2020).

Furlanetto et al. (2018) acreditam que a dificuldade em desenvolver um trabalho de educação sexual está relacionada à constituição histórica da sexualidade, pois o início da educação sexual no Brasil é marcado por práticas higienistas e pela repressão da liberdade de expressão sexual. Dessa forma, eram valorizados o patriarcado, as relações heterossexuais e a visão da sexualidade como um tabu (FIGUEIRÓ, 2010; LOURO, 2008).

Isso vai ao encontro da afirmação de Figueiró (2009) em que revela que somos frutos de uma sociedade que realiza a repressão quando o assunto é sexualidade, tendo em vista que ainda perduram associações de sexo com ideias de algo feio, proibido e pecaminoso. Dessa forma, “acabamos carregando conosco uma gama de tabus, preconceitos e sentimentos, muitas vezes negativos, em relação ao sexo, o que acentua nossa dificuldade em falar abertamente sobre ele” (FIGUEIRÓ, 2009, p.142).

Na pesquisa realizada por Aragão et al. (2020), os professores afirmam que os pais surgem como fator dificultador para a efetivação da educação sexual na escola, pelo fato de o tema ser visto como inapropriado ao conteúdo escolar (7,1%) e pelo escasso conhecimento dos pais em relação à temática (7,1%), fazendo com que a família deixe de ser um instrumento de apoio para a realização do processo de aprendizagem.

Nesse sentido, Queirós et al. (2016) destacaram que os pais ou responsáveis não discutiam esses assuntos com seus filhos adolescentes, primeiro, por vergonha e timidez e segundo, por terem medo de incentivar os filhos às práticas sexuais. Assim, evidenciou que muitos pais se sentiam despreparados em atender às exigências dos filhos e se consideravam emocionalmente e intelectualmente incapazes para orientar e direcionar seus filhos em questões referentes à sexualidade, o que, muitas vezes, se configurava como uma barreira para o diálogo entre eles.

As falas acima corroboram também com outro estudo, no qual foi observado que o diálogo entre os adolescentes e seus pais era muito restrito, não havendo espaço para discussões sobre sexualidade e sexo. Os jovens afirmaram que sofriam medo de represálias, pelo fato de muitos pais ainda acreditarem que poderiam estimular os seus filhos a falarem de sexo. Dessa forma, os jovens não encontram espaço para falar sobre suas dúvidas e ansiedades e como

consequências recebem e transmitem informações, na maioria das vezes, distorcidas que acabam gerando mais dúvidas. Isso ocorre porque os responsáveis preferem ignorar, ocultar e reprimir as questões e posicionamentos dos filhos (ALBUQUERQUE, 2014).

Em revisão sobre a temática, Furlanetto et al. (2018) afirmam que as crenças religiosas e sexistas de pais e professores, que entendem alguns comportamentos sexuais como desvios, o desconforto para lidar com a temática e o receio de represália da comunidade escolar, estão entre as principais dificuldades para a implementação das estratégias de educação sexual no ambiente escolar. Tais dificuldades influenciam, até os dias atuais, o diálogo sobre sexualidade na escola, favorecendo a realização de práticas preventivas em sua maioria, principalmente, nos anos finais do ensino fundamental II e médio. (GESSER; OLTRAMARI; PANISSON, 2015; FURLANETTO et al. 2018). Além disso, muitos educadores e pais acabam por acreditar que abordar a sexualidade no ambiente escolar seria uma forma de estimular precocemente a sexualidade de crianças e de adolescentes. No entanto, os adolescentes, muitas vezes, já conhecem esses “tabus” e precisam apenas de esclarecimentos (ZANNATA et al., 2016; JARDIM; BRÊTAS, 2006).

Dessa forma, estudos indicam que os professores não apresentam o poder de alterar a orientação sexual ou identidade de gênero dos indivíduos. Assim, a sala de aula é um lugar para a quebra de tabus e preconceitos, isso é o que conduz os estudos de sexualidade, gênero e diversidades (VIGANO; LAFFIN, 2019). Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) enfatizou que:

[...] pesquisas do mundo todo indicam claramente que a educação em sexualidade raramente leva a um início sexual precoce, se é que o faz. A educação em sexualidade pode levar a um comportamento sexual mais tardio e mais responsável, ou pode não ter nenhum impacto discernível sobre o comportamento sexual. (UNESCO, 2010, p. 9).

Dessa maneira, Queirós et al. (2016) afirmam que estimular a vivência da sexualidade com convicções falsas e errôneas levam a consequências irreparáveis e favorece condições de vulnerabilidades, pois a desinformação, o sexo sem proteção, o desconhecimento dos seus riscos e a falta de programas de prevenção na maioria das escolas do país, por si só, já aumentam a vulnerabilidade dos adolescentes. Nesse sentido, não se pode negar aos adolescentes, informações e respostas às suas perguntas, visto que o ambiente escolar é um local privilegiado de trocas e conhecimento e que incentiva debates juntamente com uma formação integral do indivíduo (ZANNATA et al., 2016). Portanto, julgamos necessário que os cursos de formação de professores incluam em seus currículos a discussão sobre a sexualidade, além disso, que

sejam propostas ações de formação continuada que foquem os assuntos voltados para a educação sexual de forma integral e não apenas incentivando a prevenção. Dessa forma, esperamos que que essa educação possa oferecer oportunidades para explorar os próprios valores e atitudes de professores e estudantes, bem como desenvolver habilidades para tomada de decisão e redução de riscos relacionados a fatores que promovem a vulnerabilidade entre jovens (ZANNATA et al., 2016).

Outro problema identificado nas entrevistas foi a não formação dos professores para trabalhar com temas que envolvem sexualidade, tanto em cursos de formação inicial quanto cursos de formação continuada sobre essa temática, que são escassos. Nesse sentido, os docentes relatam despreparo, falta de capacitação e insegurança para abordar assuntos relacionados ao tema:

<Internas\\Entrevista D02> - § 1 referência codificada [0,56% Cobertura]

Referência 1 - 0,56% Cobertura

Eu não me considero preparada para discutir sobre isso com os alunos.

<Internas\\Entrevista D06> - § 3 referências codificadas [2,97% Cobertura]

Referência 3 - 0,27% Cobertura

Eu sinto falta também de uma formação para os nossos técnicos.

<Internas\\Entrevista D15> - § 1 referência codificada [0,91% Cobertura]

Referência 1 - 0,91% Cobertura

Porque o professor dessas áreas técnicas geralmente eles são graduados não são de licenciatura, não foram preparados pra tratar justamente desse contexto, então fica um pouco fora.

As falas acima revelam que os profissionais apresentam limitações sobre abordar temáticas específicas de sexualidade no contexto do ensino nas escolas. Os dados vão ao encontro de outras pesquisas, em que os professores evidenciam sensação de despreparo em relação aos cursos de graduação e de formação continuada e se sentem inabilitados em vincular sua disciplina para a temática sexualidade. Além disso, fatores como a falta de capacitação e a insegurança para a abordagem quando precisam enfrentar tensões presentes nas aulas quando envolvem temas sobre as questões de gênero e sexualidade, podem exercer um papel negativo e imobilizador para os professores (QUIRINO; ROCHA, 2012; ANDRES; JAEGER;

GOELLNER, 2015; FURLANETTO et al., 2018; VIEIRA; MATSUKURA, 2017; PINHEIRO; SILVA; TOURINHO, 2017; ARAGÃO et al., 2020).

Assim, em uma revisão de literatura realizada por Maia e Teresa (2017), uma questão importante e recorrente nos artigos é o reconhecimento dos docentes quanto à dificuldade em falar sobre alguns assuntos, como masturbação, abuso sexual e dificuldades com a própria educação sexual que receberam.

Nesse sentido, D15 remete a uma formação não qualificada para discutir a temática pois, o mesmo é formado em bacharelado, e acredita serem as licenciaturas campo para discussão desse tema. No entanto, em trabalhos realizados com professores das áreas básicas, ou seja, que exigem licenciatura, percebe-se uma escassez nesse tipo de formação, evidenciando que a falta de discussão da temática sexualidade e gênero está localizada tanto em cursos de licenciatura quanto de bacharelado (GESSER; OLTRAMARI; PANISSON, 2015; VIEIRA; MATSUKURA, 2017; ARAGÃO et al., 2020).

Além disso, Gesser, Oltramari, Panisson (2015) afirmaram que os professores, na sua maioria, não tiveram acesso à formação inicial e continuada relacionada à sexualidade e gênero em uma perspectiva voltada à garantia dos direitos humanos. Ainda evidenciou que os profissionais pouco conheciam sobre os documentos norteadores oficiais que tratam sobre tal tema. Além disso, os profissionais não realizam a transversalidade como indicam as diretrizes nacionais, demonstrando que essa habilidade pedagógica não foi desenvolvida ao longo da sua graduação. Destacamos, também, que os cursos de capacitação são raros e frequentemente não são incentivados pela instituição escolar (FURLANETTO et al., 2018).

Destarte, Figueiró (2009) alerta que a ausência de uma educação sexual na formação inicial e continuada pode ocasionar uma perpetuação da sexualidade como tabu, embora não ocorra uma abordagem ou discurso, ainda assim ocorre o ensino, pois ele ainda existe no silêncio. Dessa forma, Altman (2013) destaca algumas estratégias de viabilização para a educação sexual nas escolas e sua inclusão no currículo para a preparação de novos professores, como especializações, cursos de formação continuada, pesquisas de pós-graduação, cursos de educação à distância e a utilização do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) ligado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Além da percepção da falta de capacitação na graduação sobre a temática, percebemos, através da fala de um docente, que ele não considera importante o comprometimento de todos os profissionais nas ações a serem desenvolvidas na escola. Isso infere que considera a sexualidade voltada para discutir a temática na escola apenas na visão biológica, considerando assim, as dimensões psicológicas e sociais como responsabilidade da família para discutir e

resolver. Podemos verificar isso na fala abaixo quando indagado se participaria de um curso/capacitação para se trabalhar com esse assunto na escola:

<Internas\\Entrevista D11> - § 1 referência codificada [3,70% Cobertura]

Referência 1 - 3,70% Cobertura

Não, eu não participaria, porque eu creio que esse assunto sexual ele deve ser muito introduzido na parte familiar. Do ponto de vista escolar deve ser ensinado a questão de Ciências, Biologia. Questão comportamental sobre sexualidade deve ser mais uma atribuição mais familiar do que escolar.

A rejeição em não falar ou trabalhar com questões que envolvam a sexualidade no ambiente da escola fica claro em outro depoimento, quando o docente percebe a importância das capacitações, mas acredita que muitos outros profissionais não terão essa mesma consciência.

<Internas\\Entrevista D05> - § 1 referência codificada [0,46% Cobertura]

Referência 1 - 0,46% Cobertura

Então na minha concepção os professores ainda têm muito a aprender aí, tem que ter formação. Mas nem todos têm essa consciência.

Nesse seguimento, Aragão et al. (2020) apontam que a falta de preparo e de sensibilização por alguns profissionais da educação, faz com que alguns professores transfiram a responsabilidade da abordagem para outros atores que se acreditam ser competentes para a discussão. Seu estudo demonstrou, ainda, que se nota uma tendência de dar à sexualidade um caráter biológico, seguindo um modelo disciplinar, o que enfatiza questões sobre o corpo, em detrimento de aspectos socioculturais e subjetivos.

Dessa forma, “discussões sobre o corpo, gênero e sexualidade carregam marcas de negação e rejeição muito intensas, sem contar que ainda são escassos os espaços formativos preocupados com essas temáticas, tornando-as “bichos-de-sete-cabeças” (FURLANI, 2007, p. 283) Essa negação em se discutir tais temas, pode estar relacionada ao não entendimento do sentido da transversalidade no ensino, o que juntamente com a eventualidade no desenvolvimento do trabalho nas escolas reflete uma ausência de planejamento pedagógico com relação a educação sexual (PINHEIRO; SILVA; TOURINHO, 2017).

Portanto, estudos enfatizam a importância de se abordar questões que envolvam esse tema no contexto escolar e evidenciam a necessidade de capacitações tanto para o corpo

docente, quanto para a equipe técnica, demonstrando compromisso com a prática de educação sexual. Além disso, verificamos uma necessidade de revisão dos currículos de cursos de graduação para que sejam inseridas temáticas voltadas à sexualidade (GESSER; OLTRAMARI; PANISSON, 2015; VIEIRA; MATSUKURA, 2017; ARAGÃO et al., 2020).

Consideramos também que as iniciativas públicas existentes e propostas de educação permanente devem ser incentivadas e otimizadas para que os profissionais se sintam com maior segurança no momento da abordagem. Desse modo, são indicados espaços para discussão permanente da temática entre os setores da educação e saúde como uma alternativa de melhorar o diálogo sobre sexualidade com a comunidade escolar (PINHEIRO; SILVA; TOURINHO, 2017).

Além dos problemas mencionados acima, foram observados outros nós que envolvem questões sobre o preconceito, homofobia e machismo. Esses envolvem valores que estão arraigados em nossa sociedade e acabam por demonstrar que são situações problemáticas e que devem ser discutidos no ambiente escolar. Como podemos observar nas transcrições abaixo, tanto docentes como alunos, carecem de um momento para conversar e discutir sobre tais temas para que se possa diminuir os índices de violência no nosso país.

<Internas\\Entrevista D07> - § 2 referências codificadas [0,76% Cobertura]

Referência 2 - 0,32% Cobertura

O machismo, a ignorância, os preceitos religiosos, eles impedem de manifestar o que eu sou, o que eu penso, o que eu quero, o que eu acho que tem que ser.

<Internas\\Entrevista E20> - § 1 referência codificada [1,53% Cobertura]

Referência 1 - 1,53% Cobertura

Porque tem professores que eles não entendem mesmo. Eles querem colocar o ponto deles. Esquece que tem vários alunos na sala que talvez não sigam a sua orientação sexual e acabam deixando várias pessoas constrangidas.

<Internas\\Entrevista E22> - § 3 referências codificadas [5,87% Cobertura]

Referência 3 - 1,46% Cobertura

E a questão da homofobia de servidor soltar piadinha pra aluno. Tipo é muito complicado você vir pra escola que era um ambiente que a pessoa deveria se sentir bem e sofrer esse tipo de coisa, sabe?

Nas falas de docentes e estudantes acima, percebemos relatos de preconceito aos indivíduos que divergem da heteronormatividade imposta na nossa sociedade, como evidenciada na fala de E20 ao relatar que alguns professores não aceitam a homossexualidade e acabam por constranger alunos. Essa afirmação corrobora a pesquisa realizada por Quirino e Rocha (2013) em que ocorre o incentivo e contenção, nas escolas, da sexualidade considerada “normal”, pois a heterossexualidade deve ser estimulada, mas deverá ser adiada para a fase adulta. No entanto, para aqueles que expressam interesses ou desejos distintos desse padrão heteronormativo, restam poucas alternativas, como o silêncio, dissimulação ou segregação.

Dessa forma, a homofobia aparece desde cedo quando as crianças aprendem piadas, gozações e apelidos para se dirigirem às pessoas que não se ajustam aos padrões de gênero e sexualidade admitidos na sua cultura. Assim, para Quirino e Rocha (2013, p. 685):

A homofobia é consentida e ensinada na escola, e se expressa pelo afastamento, pelo desprezo ou pela imposição do ridículo; portanto, em raras exceções, o homossexual admitido é aquele que disfarça sua condição, pois, como a sexualidade, do ponto de vista liberal, é uma questão privada, deve ser mantida em segredo e vivenciada apenas na intimidade. A partir desta perspectiva, pode-se compreender que o que realmente incomoda é a manifestação aberta e pública de sujeitos e práticas não heterossexuais.

Gava e Villela (2016) afirmam que as normas heteronormativas impõem maneiras de agir para crianças e adolescentes, muitas delas justificadas pelo temor de ações agressivas e preconceituosas em relação às pessoas que apresentam uma orientação que diferencia da heterossexual. Assim, professores justificam a opressão e a proibição de manifestações de afeto com pessoas do mesmo sexo, por medo de represálias.

Nesse sentido, em uma pesquisa realizada em 2009 pela FIPE e INEP em 500 escolas de todas as regiões do Brasil verificou-se, além da ocorrência de preconceito e predisposição a evitar a proximidade com certos grupos sociais, a ocorrência de situações de *bullying* na escola. Esses episódios são identificados com pessoas sendo humilhadas, acusadas de maneira injusta por pertencerem a um determinado grupo social e até agredidas fisicamente. Assim, as principais vítimas de *bullying* na escola identificadas são as pessoas negras, os pobres, homossexuais, mulheres e idosos (INEP, 2009).

Dessa forma, como consequência do preconceito e episódios de homofobia que podem ocorrer na escola, igreja, e até mesmo dentro da própria família, muitos adolescentes que não conseguem se adequar aos padrões sociais da heteronormatividade, podem acabar desenvolvendo problemas além da violência física, como citados abaixo.

<Internas\\Entrevista D06> - § 3 referências codificadas [2,97% Cobertura]

Referência 2 - 1,38% Cobertura

Eu tive várias experiências de alunos do sexo masculino que se entendem, se enxergam como homossexuais e pelo fato de esconder da família é acabaram desenvolvendo ansiedade, depressão e foi uma coisa que tomou uma proporção muito grande. Por isso a importância enorme pra práticas com esse conteúdo dentro da escola.

<Internas\\Entrevista E22> - § 3 referências codificadas [5,87% Cobertura]

Referência 1 - 2,18% Cobertura

É, os adolescentes acabam que não sabendo o que querem e aí quando eles sabem o que querem, sofrem preconceito por parte dos pais, da família e aí é algo muito complicado, porque eles pensam que a escolha deles é algo errado. E aí acaba não tendo o apoio e pode até gerar problemas psicológicos.

Em vista dos relatos acima, observamos que os jovens, vítimas de homofobia no ambiente escolar, sofrem por não se encaixar no modelo imposto pela sociedade e acabam sofrendo violências física e verbal. Isso poderá ter alguns resultados negativos, como o abandono da vida escolar e o desenvolvimento de sofrimento psicológico profundo nos indivíduos, levando-os a uma maior propensão a cometer suicídio (DINIS, 2011; DIAS et al., 2019).

Portanto, com as constantes ações de discriminação e violência contra os homossexuais nas escolas brasileiras, torna-se necessário construir um intenso diálogo entre os sujeitos da comunidade escolar, sejam alunos, professores, técnicos, diretores e equipe gestora para que possam lidar com as diferenças e diversidades e, assim, agirem na formação de jovens tolerantes com a diversidade, pensando em uma educação cidadã para todos os indivíduos (BASTOS, 2017).

Além dos registros com relação aos homossexuais, também foram verificadas falas que referem ao machismo e desigualdade de gênero, que podem acarretar uma violência doméstica e até mesmo casos de feminicídio. Esses problemas vivenciados na nossa sociedade podem afetar diretamente o ambiente escolar, pois muitos dos nossos alunos são originários de lares que apresentam esses problemas mencionados.

<Internas\\Entrevista D07> - § 2 referências codificadas [0,76% Cobertura]

Referência 1 - 0,44% Cobertura

“... Por exemplo por falta do homem discutir a sexualidade a gente observa que o homem ainda ver a mulher como uma propriedade. A gente tem índices alarmantes de violência doméstica, inclusive agora na época da pandemia”.

Esse depoimento vai ao encontro do que diz o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019) em que, a cada ano, cerca de 1,3 milhão de mulheres são agredidas no Brasil. Esses números ficaram ainda maiores no contexto da pandemia de Covid-19, no ano de 2020 em que o total de socorros prestados passou de 6.775 para 9.817 na comparação entre março de 2019 e março de 2020, de acordo com os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020).

Essa pesquisa foi realizada em seis estados, incluindo o Acre, e foram contabilizados casos de homicídio doloso de mulheres, feminicídios, estupros e estupros de vulnerável, ameaça a vítimas mulheres e lesão corporal dolosa decorrente de violência doméstica. Embora o número de agressões tenha aumentado nos estados, ocorreu uma queda no número de registro de boletins de ocorrência, como o Acre que registrou uma queda de 28,6%. De acordo com o FBSP (2020), a redução demonstra que as vítimas apresentam vários obstáculos para prestarem queixa.

Mesmo antes do cenário da pandemia de Covid-19, os números de feminicídio e violência doméstica no Brasil eram altos (IPEA, 2019). Uma pesquisa analisada pelo IPEA (2019) afirma que as mulheres mais economicamente ativas são as mais agredidas (52,2%), que é praticamente o dobro do registrado pelas que não compõem o mercado de trabalho (24,9%). Isso pode ser explicado, porque, em muitos casos, a presença feminina no mercado de trabalho, acaba por contrariar o papel exigido pelos valores patriarcais, o que pode aumentar as tensões entre o casal, resultando em agressões e fim da união.

Dessa forma, o que se percebe é que mesmo com o empoderamento econômico da mulher, por se inserir no mercado de trabalho e a redução das discrepâncias de salário, não são suficientes para superar as desigualdades de gênero que se mostram como geradoras dessa violência no país. Assim, devem ser incentivadas outras políticas que aperfeiçoem a Lei Maria da Penha e ações no campo educacional, objetivando o respeito e a conscientização às diferenças de gênero (IPEA, 2019).

Soares e Monteiro (2019) afirmaram que, mesmo havendo resistência em alguns setores da sociedade, vem crescendo o enfrentamento aos processos de discriminação que envolvem gênero e orientação sexual, a fim de preservar a igualdade de direitos de todas as pessoas, independentemente do sexo, cor, raça/etnia e orientação sexual. Para isso, são necessárias

propostas permanentes de discussões dos temas no ensino formal, como os cursos superiores, com a inclusão dessas questões nos currículos. Além disso, é primordial a formação continuada de profissionais da educação, como professores, gestores e técnicos de apoio, além do incentivo à consolidação das ações dentro das escolas.

Além disso, houve referência, por parte de alunos, a respeito de abuso sexual ocorrendo dentro dos próprios lares, o que demonstra uma sensação de medo e desconfiança em relação aos familiares e do não conhecimento do que estão vivenciando por nunca ter sido conversado sobre tais questões na família ou na escola.

<Internas\\Entrevista E22> - § 3 referências codificadas [5,87% Cobertura]

Referência 2 - 4,05% Cobertura

A questão de violência dentro de casa e de estupro por partes de membros da própria família e acabarem violentando o aluno. Questão de, há são tantos casos, tantos casos, por isso mesmo que é muito importante trabalhar, sabe? Porque, muitas vezes, é, seja o aluno ou aluna, ele sofre isso dentro de casa, mas por não saberem, por não conhecerem que é errado, seja o seu pai, seja o seu primo tocar em partes, acabar abusando mesmo. Eles acabam achando que é normal sabe? Aí acabam que eles mesmo não percebendo que estão sofrendo abuso dentro de casa.

Isso reflete uma triste realidade brasileira ratificada em publicação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) que relata que no ano de 2019, dos 159 mil registros feitos pelo Disque Direitos Humanos, 86,8 mil são de violações de direitos de crianças ou adolescentes, um aumento de quase 14% em relação a 2018. Dentro desses números, a violência sexual contra crianças e adolescentes corresponde a 11% dos registros, totalizando 17 mil ocorrências dessa natureza (BRASIL, 2020). Ainda de acordo o Ministério, a violência sexual acontece na casa da própria vítima ou suspeito (73%) e é cometida pelo pai ou padrasto em 40% das denúncias. Além disso, na maioria dos registros (87%), o suspeito é do sexo masculino, e as vítimas adolescentes, entre 12 e 17 anos, correspondem a 46% das denúncias recebidas.

Miranda e Oliveira (2013) afirmaram que a criança ou adolescente abusado sexualmente pode apresentar em seu contexto escolar diversos sintomas, como dificuldades em relatar sobre o fato, retração, isolamento, comportamentos agressivos e sexualizados. Além disso, ocorrem interferências no ambiente escolar desses indivíduos, acarretando deficiências de

aprendizagem, pois houve comprometimento do desenvolvimento psíquico e, conseqüentemente, cognitivo desse aluno.

Diante disso, é reforçada a importância do trabalho da educação sexual nas escolas para que “a criança tenha conhecimento sobre seu corpo, a existência do abuso sexual e o poder de enfrentamento” (MIRANDA; OLIVEIRA, 2013, p. 06). Dessa forma, discussões dentro das instituições escolares, pautadas no respeito e na reflexão crítica, são necessárias para que os atores que fazem parte desse processo possam buscar estratégias para diminuir desigualdades de gênero, preconceito, homofobia e violência sexual na vida dos estudantes.

Além das questões acima explanadas, evidenciamos no estudo que a temática sexualidade é vista como importante para ser discutida dentro do ambiente escolar como justificativa para reduzir outro problema relatado: os índices altos de gravidez na adolescência e, conseqüentemente, a evasão escolar que pode acontecer.

<Internas\\Entrevista D06> - § 3 referências codificadas [2,97% Cobertura]

Referência 1 - 1,32% Cobertura

Acho que ano passado eu soube, nós temos duas alunas, uma foi a Carol⁶ a outra a Letícia⁷ que saiu da escola, mas normalmente é por falta de conhecimento, de orientação, é isso que acontece, vem a gravidez e acaba desistindo dos estudos, porque é uma das coisas que acarreta a gravidez na adolescência.

Em um estudo realizado por Sousa et al. (2018) com adolescentes com experiência de gravidez, 94, 4% das jovens afirmaram ter parado os estudos em algum momento, destas, 48, 6% afirmaram que a gravidez foi a razão para interromper os estudos. Além disso, 55, 2% das entrevistadas relataram não voltar à escola para cuidar da casa e da família. Isso evidencia uma característica marcante no Brasil, em que se casar precocemente pode ser para algumas jovens sexualmente ativas ou mesmo grávidas, a solução dos problemas, evitando assim, que se tornem motivo de estigmas e constrangimentos à família. Além disso, o casamento é visto para muitas adolescentes como uma alternativa para fugir da escassez de oportunidades e como uma melhoria na situação financeira. Assim, o estudo evidencia que em razão da gravidez estar relacionada a um contexto de vulnerabilidade social, sua frequência ocorre com maior intensidade entre as jovens que apresentam oportunidades restritas e mínimas opções de melhorarem de vida. Nesse sentido,

Conclui-se que a condição social da adolescente é um fator com maior força para o abandono escolar do que a própria gravidez, visto que esta se apresentou apenas como um evento constituinte do ciclo. Assim, reafirma-se a importância de manter a jovem

mãe na escola no sentido de interromper o ciclo vicioso: pobreza – gravidez – abandono escolar – pobreza (SOUSA et al, 2018, p. 167).

Desse modo, as instituições escolares devem adotar uma política institucional que oriente os jovens quanto às suas escolhas com relação às questões de corpo, sexo, sexualidade. Nesse sentido, as orientações devem ser dadas tanto aos meninos quanto às meninas, pois a gravidez deve ser entendida como responsabilidade de ambos os envolvidos.

Além disso, as instituições devem, em parceria com a família, estimular a permanência das adolescentes grávidas na escola e o seguimento dos seus planos de vida. Também, é necessária a discussão de estratégias direcionadas às jovens que evadiram do ambiente escolar, de modo que possibilitem o seu retorno, oferecendo alternativas que possam englobar trabalho, filhos e estudo (SOUSA et. al., 2018).

UNIDADE TEMÁTICA 5 (UT5) – FATORES POSITIVOS QUE FAVORECEM A DISCUSSÃO DA SEXUALIDADE NA PRÁTICA EDUCATIVA

Esta Unidade Temática faz referência aos pontos positivos encontrados nas entrevistas com os participantes. Esses fatores podem contribuir para que a educação sexual possa ser realizada no ambiente escolar de forma contínua e não apenas pontual como relatado pelos entrevistados. Assim, foram identificados três fatores que favorecem a sexualidade na prática educativa: (a) Importância dada ao tema e a sua abordagem pela escola; (b) Importância à capacitação do corpo docente e demais integrantes da equipe da instituição; (c) Importância da família e sua relação com a escola.

Dessa forma, o primeiro fator a ser discorrido será a importância que professores e alunos deram para a abordagem dos assuntos vinculados à sexualidade serem discutidos no ambiente escolar, o que caracterizamos como item fundamental para que as ações e estratégias que forem propostas sejam recebidas com entusiasmo por todos que fazem a educação da instituição. Assim, muitos docentes relatam que a escola é um lugar de inclusão e que os alunos que chegam com suas dúvidas não podem ser excluídos por fatores que já são causas de desigualdades.

<Internas\Entrevista D01> - § 1 referência codificada [0,45% Cobertura]

Referência 1 - 0,45% Cobertura

Porque eles chegam ali dentro com muitas dúvidas. A escola ela não pode ser um lugar de exclusão, ela tem que ser um lugar de inclusão.

<Internas\\Entrevista D03> - § 2 referências codificadas [2,05% Cobertura]

Referência 1 - 0,67% Cobertura

Fazer projetos socializadores todos os anos, com essa temática. Não pode deixar de existir essa temática dentro da escola.

<Internas\\Entrevista D07> - § 1 referência codificada [0,77% Cobertura]

Referência 1 - 0,77% Cobertura

Por isso que eu acho importante hoje no Campus Rio Branco ter o Núcleo de Assistência ao Estudante, o NAE é fundamental pra que a sexualidade acaba também por um psicólogo, por um assistente social. Eles são nossos parceiros, porque às vezes você identifica cenários em sala de aula que eles também extrapolam a transversalidade ou a finalidade daquele assunto que você trouxe.

<Internas\\Entrevista E17> - § 1 referência codificada [1,85% Cobertura]

Referência 1 - 1,85% Cobertura

E esses momentos servem para a gente tirar nossas dúvidas. Às vezes a gente não quer falar com um amigo, com os pais, então eu acho isso muito importante.

<Internas\\Entrevista E18> - § 1 referência codificada [2,18% Cobertura]

Referência 1 - 2,18% Cobertura

Com toda certeza deve ser mais abordado na escola. Porque é uma coisa que está presente em todos os seres viventes. É questão de sexualidade, de gosto. E quando as pessoas às vezes elas encaram uma coisa diferente delas, elas acabam tratando com preconceito.

<Internas\\Entrevista E20> - § 1 referência codificada [1,94% Cobertura]

Referência 1 - 1,94% Cobertura

Sim, porque eu mesma, era uma das pessoas que não aceitava. Eu olhava e ficava “Nossa! Credo!”. Olhava de mau jeito, assim meio torto, então depois desses momentos que a gente teve com vocês a nossa mente se abre. A gente começa a entender as pessoas, a respeitar, incluir elas

<Internas\\Entrevista E22> - § 1 referência codificada [2,91% Cobertura]

Referência 1 - 2,91% Cobertura

Também é muito importante você vir pra escola e ter o apoio que você não tem em casa, exemplo, porque tem um membro da família que te abusa. E aí a escola deveria ser um método que a pessoa deveria escapar disso. Porque, conseguir apoio dentro da própria família quando você é abusado, é muito difícil. A pessoa acaba não aceitando que deve denunciar, e aí ela acaba achando que aquilo é certo

<Internas\\Entrevista E24> - § 1 referência codificada [3,92% Cobertura]

Referência 1 - 3,92% Cobertura

Sim, com certeza. Porque tem muita gente assim. O sexo hoje em dia, tipo, ele é tratado como tabu, porque muitos pais eles não chegam nos filhos e conversam, não esclarecem as dúvidas. E é tão tabu que às vezes a gente tem vergonha de perguntar, mas a gente tem curiosidade e esses encontros são bons porque você não pergunta, mas você entende.

Percebemos, pelos comentários acima, que tanto docentes quanto alunos percebem a educação sexual como fundamental para o aprendizado desses conteúdos em sala de aula. Isso corrobora outras pesquisas em que os professores demonstram suas limitações conceituais sobre a temática, no entanto consideram importante problematizar a discussão sobre sexualidade no espaço escolar. Dessa maneira, profissionais consideram a educação sexual necessária no processo formativo de estudantes, o que se configura como primeiro passo para a concretização da transmissão do conhecimento no ambiente escolar (QUIRINO; ROCHA, 2012; NOGUEIRA et al., 2016).

Em outro estudo, Jardim e Brêtas (2006) acharam dados que indicam que 99% dos professores consideraram importante a educação sexual na escola, pois a orientação e conscientização que virá através dessa educação irá preparar os estudantes para a vida. No entanto, apenas 90% dos entrevistados expressaram o desejo de participar de capacitações voltadas a uma educação sexual efetiva.

Nesse sentido, entramos no segundo fator comentado pelos docentes nas entrevistas: a importância e o comprometimento em realizar capacitações que envolvem essa temática. Assim, inferimos que a maioria dos docentes afirmaram que participariam de capacitação, caso a instituição disponibilizasse. Dentre esses estão incluídos tanto, professores das áreas básicas, incluindo a de biologia, quanto das áreas técnicas.

<Internas\\Entrevista D03> - § 2 referências codificadas [2,05% Cobertura]

Referência 2 - 1,37% Cobertura

Se houver uma qualificação, com certeza eu ia poder discorrer bastante sobre a temática, contribuir, ajudar os alunos muito mais do que a gente tenta ajudar e contribuir, por causa disso, por causa dessa ausência da área.

<Internas\\Entrevista D04> - § 1 referência codificada [1,14% Cobertura]

Referência 1 - 1,14% Cobertura

Então eu acho que precisaria assim talvez um, deveria ter uma capacitação com psicólogo, eu acho que precisa ter essa abordagem com mais detalhes. Senão, assim, eu vou falar de uma forma e o outro professor vai falar de outra forma, não vai ser uma coisa assim unificada.

<Internas\\Entrevista D06> - § 2 referências codificadas [1,67% Cobertura]

Referência 2 - 0,92% Cobertura

Então precisa urgente mesmo de capacitações, não só para os professores, mas para o corpo técnico também. Há um pré-julgamento muito grande com tudo que envolve a questão de sexualidade.

Esses dados vão ao encontro de alguns estudos que afirmam que os docentes necessitam de um preparo com formações e capacitações para se discutir sobre o tema nas escolas. Os docentes percebem o tema como de relevância social e admitem que necessitam de atualizações que incorporem elementos para atender à demanda atual dos educandos. (QUIRINO; ROCHA, 2012; MAIA; TERESA, 2017).

Nesse sentido, Maia e Teresa (2017) listam alguns apontamentos importantes a serem considerados na formação dos professores para que desenvolvam atitudes favoráveis diante da educação sexual de alunos com deficiência. No entanto, salientamos que são apontamentos que devem ser considerados para todos os estudantes. Dentre alguns temos: identificar as crenças e dificuldades a respeito da sexualidade; pensar em estratégias de diálogo com a família; aproveitar estratégias e recursos pedagógicos que possam ser utilizados, como filmes, documentários e estudo de casos. Assim:

Espera-se que uma formação em educação sexual e sexualidade para os professores em serviço, possa colaborar para que eles desenvolvam as atitudes positivas desejáveis para um educador sexual: preparo técnico, auto reflexão, abertura intelectual e moral, flexibilidade, segurança, empatia, criatividade, disposição para acolher as necessidades dos educandos, sinceridade, respeito, tolerância e consideração com as famílias e histórias de vida de cada educando (MAIA; TERESA, 2017, p. 677).

Portanto, a partir das falas dos entrevistados acima, percebemos que os professores

carecem de capacitações, desejam que elas ocorram e enfatizam ainda que seria necessário que essa formação não se restringisse apenas aos docentes, mas que se estendessem a todo o corpo técnico também do Instituto. Consideramos isso como um grande achado para a pesquisa, pois demonstra que mesmo havendo falhas na formação e no desenvolvimento de práticas educativas voltadas para a sexualidade no IFAC, os seus docentes estão comprometidos em melhorar sua atuação e conduzir um melhor trabalho em prol do desenvolvimento na vida dos estudantes.

Os docentes descrevem também a importância do NAE's como parceiro para identificar problemas e propor soluções relacionados a esse tema, o que se configura como uma estratégia para incentivar práticas educativas integrativas no ambiente da instituição, envolvendo pais, alunos, docentes e demais servidores.

Além dos fatores mencionados, um outro que deve ser considerado para se discutir esse tema na escola é a importância da família nessas discussões. Assim, são propostas ações que busquem os pais dos jovens para que possam discutir sobre esse tema juntamente com os profissionais da instituição. Assim, será possível incentivar o debate dentro e fora do ambiente escolar buscando o desenvolvimento pessoal dos alunos, como caracterizado nas falas abaixo:

<Internas\\Entrevista D06> - § 2 referências codificadas [2,23% Cobertura]

Referência 1 - 1,31% Cobertura

Então de repente, até para, até se começar com os pais uma educação sexual dos nossos alunos, poderia fazer uma ação com os pais pra depois levar para os alunos. Porque é muito importante essa primeira educação dentro de casa. É muito importante que ele faça uma pergunta e os pais consigam responder.

<Internas\\Entrevista E17> - § 2 referências codificadas [5,01% Cobertura]

Referência 2 - 3,17% Cobertura

Dá até mesmo para trazer os pais. Por que não trazer os pais também? Pra falar, pra dar a opinião dos pais, seria muito importante. Mas primeiramente faria com os alunos, porque muitos deles, tenho certeza que muitos deles têm essa insegurança de falar com os pais.

Desse modo, Quirino e Rocha (2012) afirmam que deve haver o entendimento de que a implantação de um processo didático-pedagógico sobre a educação para a sexualidade nas escolas requer uma participação em conjunto com a família, dividindo com ela as responsabilidades. Assim, vislumbramos futuras parcerias entre escola-família através de projetos de extensão que possam discutir com os familiares sobre os anseios, questionamentos e possibilidades para se buscar um desenvolvimento pleno de todos os itens que compõem a

sexualidade dos estudantes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente estudo, evidenciamos que a maioria dos entrevistados apresentam uma concepção de sexualidade atrelada ao corpo, ao sexo, ao ato sexual e à orientação sexual dos indivíduos, enquanto poucos profissionais a consideram como algo abrangente que envolve as dimensões social, biológica e psicológica, ou seja, consideram o indivíduo na sua integralidade. Com relação à abordagem desse tema na escola, percebemos que existe uma dicotomia, pois a maioria dos entrevistados, priorizam uma abordagem da sexualidade centrada no modelo biológico e preventivo em detrimento da abordagem emancipatória.

Depreendemos com o estudo, que a educação para a sexualidade na instituição pesquisada, ainda, é caracterizada por momentos esporádicos em salas de aula e com ações pontuais que priorizam o caráter informativo e preventivo centrada na concepção biológica do tema, o que através de outras pesquisas, percebemos que não se configura como a melhor forma de abordar o tema, por excluir outras formas de pensar e discutir alguns assuntos relevantes, como abuso sexual, orientação sexual e violência doméstica, por exemplo.

Além disso, o estudo demonstra, que a escola não realiza a educação sexual conforme preconizam documentos norteadores, ocorrendo um predomínio das ações da disciplina de Biologia em detrimento da transversalidade com outras disciplinas do curso. Dessa forma, percebemos que essa disciplina continua sendo considerada lugar privilegiado e autorizado para ensinar sobre sexualidade, pois como visto acima, a concepção dos entrevistados prioriza a visão biológica/preventiva, o que conseqüentemente enaltece os conteúdos que envolvem o corpo físico, métodos de prevenção de gravidez e IST's.

Sobre as estratégias para se trabalhar a educação sexual no ambiente escolar, a maioria dos participantes concorda que os temas são melhores apreendidos através de uma abordagem dialógica e problematizadora que busque identificar as dúvidas, anseios e opiniões dos envolvidos. Assim, percebemos que as estratégias mais indicadas nesta pesquisa, fazem referência ao modelo de ensino proposto por Paulo Freire (2011). Esse método é ligado a uma pedagogia emancipatória, que através do processo de problematização e diálogo incentiva o educando a pensar de forma crítica-reflexiva sobre a sua própria realidade e, assim, propor transformações. Dessa forma, este estudo corrobora estudos recentes que demonstraram que práticas educativas pautadas no diálogo e participação constituem instrumentos importantes

para uma autonomia e corresponsabilidade dos envolvidos, com construção de novos conhecimentos e práticas de cuidado que envolvem a sexualidade (RAMOS, 2020; NOGUEIRA, 2017).

Sobre os fatores negativos que influenciam direta ou indiretamente o desenvolvimento de práticas educativas sobre a sexualidade nas escolas, identificamos o tabu, a vergonha e a resistência de pais, alunos e profissionais; falta de capacitação para os professores para trabalhar essa temática; pouca importância e comprometimento dos profissionais a se discutir sobre assuntos que envolvam sexualidade; além de questões como preconceitos, abuso sexual e gravidez na adolescência.

Sobre o principal nó encontrado nesta pesquisa, consideramos o tabu como o principal deles, porque ele acaba por gerar como consequência os demais problemas encontrados. O tabu se revelou como impregnado de valores morais, religiosos e éticos que estão na nossa sociedade desde a antiguidade, o que pode desenvolver algumas consequências, como falta de diálogo na escola e na família, resistência dos pais e professores em debater questões de sexualidade e visões distorcidas do que é sexualidade. Portanto, julgamos necessário que haja a inclusão nos currículos dos cursos de formação de professores a discussão sobre a temática sexualidade, para que as questões advindas com os tabus possam ser discutidas nas escolas, diminuindo, assim, as desigualdades existentes na nossa sociedade que envolvam o tema.

Com referência aos pontos positivos que podem contribuir para que a educação sexual seja realizada na escola de forma contínua e a partir da abordagem dialógica, encontramos alguns pontos importantes que favorecem a discussão da sexualidade na prática educativa, como a importância dada ao tema e a sua abordagem pela escola; a importância da capacitação do corpo docente e demais integrantes da equipe da instituição; e importância da família e sua relação com a escola.

Assim, percebemos que os participantes deste estudo, consideram a educação sexual como fundamental para o aprendizado dos conteúdos em sala de aula e que, embora os docentes afirmem apresentar limitações sobre a temática, consideram importante a abordagem desse tema no espaço escolar. Além disso, os profissionais, tanto das áreas básica como das áreas técnicas, enfatizaram o comprometimento em participar de capacitações, caso a instituição disponibilizasse, e também indicaram a inclusão dos demais servidores do campus que lidam diretamente com os discentes para também realizarem as capacitações. Isso revela que mesmo a instituição não desenvolvendo ações nesse sentido, os seus docentes estão comprometidos em melhorar sua prática profissional e conduzir um melhor trabalho em benefício do desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes.

Ainda com relação aos pontos positivos, destacamos a importância dada à família nas entrevistas dos participantes, ou seja, os envolvidos consideram que o tema deve ser discutido em âmbito familiar e escolar, pois devido a alguns problemas evidenciados na UT4, como a resistência e vergonha dos pais, a escola é considerada um espaço importante para discutir essa temática. Assim, os participantes indicam que ações que busquem uma integração entre pais e responsáveis com os profissionais da instituição são medidas relevantes. Dessa forma, vislumbramos parcerias entre escola-família por meio de projetos de extensão que possam discutir com os familiares sobre as vivências, questionamentos, tanto de pais quanto de alunos, e desenvolvimento de propostas pautadas na dialogicidade que busquem o desenvolvimento pleno dos estudantes.

Dessa forma, concluímos que o desenvolvimento pessoal do estudante se configura como algo que deve perpassar todos os seus níveis, seja o biológico, social e psicológico, e que a escola deve ser um local para o desenvolvimento das potencialidades desse aluno, não o restringido a apenas receptores de conteúdos com preparação para o mercado de trabalho. A partir desse pressuposto, entendemos que os alunos devem ser protagonistas de suas vidas e, para isso, devem ser estimulados a discutir questões que envolvem sua vida dentro e fora do ambiente escolar. Diante disso, evidenciamos que são necessárias estratégias no âmbito da escola que vão além da dimensão biológica e preventiva da sexualidade, mas defendemos uma abordagem mais humana que esteja baseada no contexto sociocultural desse discente e que forneça elementos para que possam agir de maneira crítica e reflexiva para propor modificações em suas vidas e nas pessoas que estão em seu convívio.

Portanto, indicamos que capacitações voltadas para a formação continuada de vários profissionais das instituições escolares com vistas a uma formação integral são incentivadas. Além disso, consideramos que parcerias entre a escola e a família, e o desenvolvimento de ações entre os setores que dialogam diretamente com os alunos no IFAC devem ser feitos, como o Núcleo de Assistência ao Estudante e as coordenações, por exemplo. Nesse sentido, produzimos como resultado desse estudo um Guia Mediador, como uma forma de contribuir para o início das ações a serem desenvolvidos nessa instituição.

Finalizamos, conscientes de que as reflexões aqui apresentadas não são únicas, visto que o tema não se esgotou. Esperamos que esta pesquisa abra caminhos para novas reflexões e para que outros estudos sejam realizados em busca do aperfeiçoamento e aprofundamento do tema nas escolas.

7 PRODUTO EDUCACIONAL

A sexualidade é uma das dimensões humanas mais complexas, que se configura como um dos eixos centrais que formam a totalidade humana. Dessa forma, ela envolve as características físicas, psicológicas, sociais, além da história, religião, costumes, relações afetivas, enfim, a cultura de cada indivíduo (BONFIM, 2012).

Para Bonfim (2012), educar pressupõe relação humana com diálogo e trocas, pois para que haja a verdadeira educação é necessário que se tenha compreensão de valores contraditórios como limite e liberdade. Nesse sentido, a autora aponta que “a educação sexual é um processo educativo que possibilita formação de valores e atitudes referentes à forma como vivemos nossa sexualidade” (BONFIM, 2012, p. 33). Assim, a escola se configura como um local privilegiado para que ocorra o processo de problematização e discussão das questões que envolvem nossa sociedade e, assim, formarmos cidadãos críticos e comprometidos com o meio que o cercam.

Dessa forma, tomando por base o referencial teórico, as entrevistas e as análises documentais, foi elaborado um produto educacional no formato de guia para auxiliar no desenvolvimento de práticas educativas de professores e outros profissionais e também em formação continuada de profissionais envolvidos nas instituições escolares.

Assim, o produto intitulado Guia mediador de práticas dialógicas no ensino sobre sexualidade (Apêndice F) surgiu como uma necessidade evidenciada na pesquisa de mestrado, em que os entrevistados relataram sentir uma carência na discussão desse conteúdo no ambiente escolar. Além disso, foi enfatizada a necessidade de estratégias diferenciadas para se abordar esse tema, dentre as quais a maioria dos participantes da pesquisa sugeriram as rodas de conversas, debates e discussão de casos para se trabalhar melhor e de maneira mais proveitosa com os estudantes.

Dessa forma, para o desenvolvimento do produto foram seguidos alguns passos, conforme demonstra a figura 5 (RIZZATTI et. al, 2020), em que a primeira etapa corresponde à pesquisa em si, com o levantamento do referencial teórico metodológico, definição do público-alvo, problema de pesquisa e objetivos. Essa etapa sofreu algumas alterações que foram propostas na banca de qualificação.

Figura 5 - Etapas de desenvolvimento do Produto/Processo educacional



Fonte: Farias e Mendonça (2019).

Logo após, seguimos para a etapa 2 de análise e síntese, que corresponde à organização das informações que levam ao desenvolvimento dos parâmetros do produto. Essas informações foram baseadas nas pesquisas em trabalhos relacionados, bases teóricas e metodológicas e necessidades do público-alvo evidenciadas com as entrevistas coletadas.

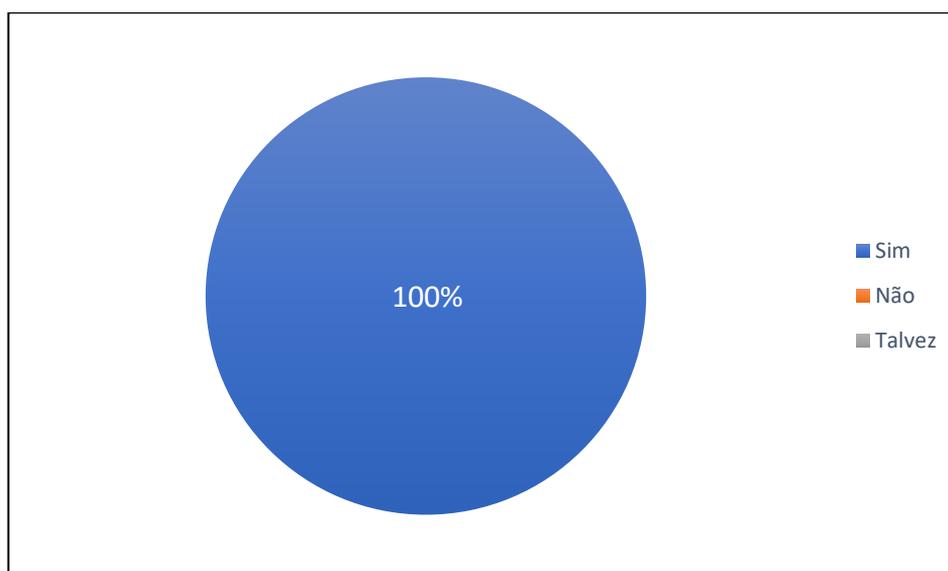
Após a conclusão da etapa anterior, seguimos para a etapa 3 de prototipagem do produto. Nessa etapa, já sabíamos através das pesquisas em fases anteriores, que o produto seria no formato de guia, por se adequar melhor à finalidade do trabalho. Nessa fase, começamos a definir como seria delineado esse trabalho e de que forma seria apresentado. Dessa forma, o produto contém uma breve apresentação, introdução, objetivos gerais e específicos, explanação sobre o conteúdo de sexualidade envolvendo conceitos e políticas públicas e, por último, as práticas educativas como proposição para o desenvolvimento dos trabalhos. O guia foi pensado não somente em forma de oficinas, mas em momentos com dinâmicas, jogos, textos, vídeos, em que os profissionais podem utilizá-los em suas aulas ou em conjunto com oficinas. Após o término do piloto, enviamos a um profissional para realizar a diagramação e produção final.

Posteriormente, o trabalho seguiu para a quarta etapa, avaliação do produto. Essa fase corresponde à validação em primeira instância e foi realizada com o público-alvo. Nessa etapa, realizamos uma avaliação de maneira qualitativa através do envio do Guia Mediador e de um questionário/formulário do *Google forms* por meio do e-mail institucional de cada docente. Preferimos nos ater somente aos professores, porque é o público principal ao qual o guia é destinado. Também preferimos a avaliação virtual, pois ainda estamos na pandemia do Coronavírus, o que inviabiliza os encontros presenciais.

Assim, dos 15 docentes que participaram da pesquisa, apenas 09 responderam ao formulário de avaliação do produto educacional. Acreditamos que por estar em início de semestre escolar, muitos docentes apresentam várias atividades, o que pode ter influenciado no tempo para visualizar o produto e o formulário, já que todos se dispuseram a responder quando contatados por telefone. Apesar de nem todos os docentes participantes terem respondido o questionário, verificamos que o número ainda foi satisfatório e que nos auxiliou nessa primeira fase de validação do produto educacional para critério da pesquisa, o ideal para futuros trabalhos será a aplicação do Guia nas dependências da escola com servidores e estudantes para que possamos vislumbrar um acompanhamento melhor do trabalho.

Dessa forma, através do formulário chegamos aos seguintes dados, sobre o primeiro questionamento, todos os docentes consideraram que o guia mediador apresenta, clara e objetivamente, a forma de desenvolvimento e análise das estratégias propostas. E quando indagados se consideravam as práticas propostas no Guia adequadas para os objetivos que se propõem, todos os entrevistados responderam que sim. Além disso, 100% dos entrevistados também disseram que acreditam que o Guia tem aplicação no sistema educacional relacionado à prática profissional do docente, conforme podemos verificar no gráfico abaixo.

Figura 6 - Aplicação do Guia no sistema educacional relacionado com a prática docente.



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Quando indagados se utilizariam em sua prática o Guia apresentado e o porquê, tivemos as seguintes respostas:

- *Sim. Pois este é um tema que deve ser abordado de maneira adequada, e muitas vezes não é abordado de maneira satisfatória nos cursos de formação de professores. Eu mesma não tive esta formação no curso de licenciatura. O guia nos orienta a como tratarmos o tema com naturalidade e ainda dá exemplos de atividades a serem realizadas.*

- *Sim. É um material de fácil manipulação, com linguagem acessível e diretamente relacionada às necessidades do ensino técnico e médio.*

- *Não. Pois alguns alunos interpretam mal a situação e acabam acusando o professor de absurdos e isso é acatado pela direção.*

- *Quero aprimorar minhas aulas, isto significa conhecer também melhor meu aluno.*

- *Sim, pois despertaria o interesse dos estudantes pelo assunto sem intimidá-los*

- *Sim, as propostas são dinâmicas e ajudam muito o professor a se sentir seguro.*

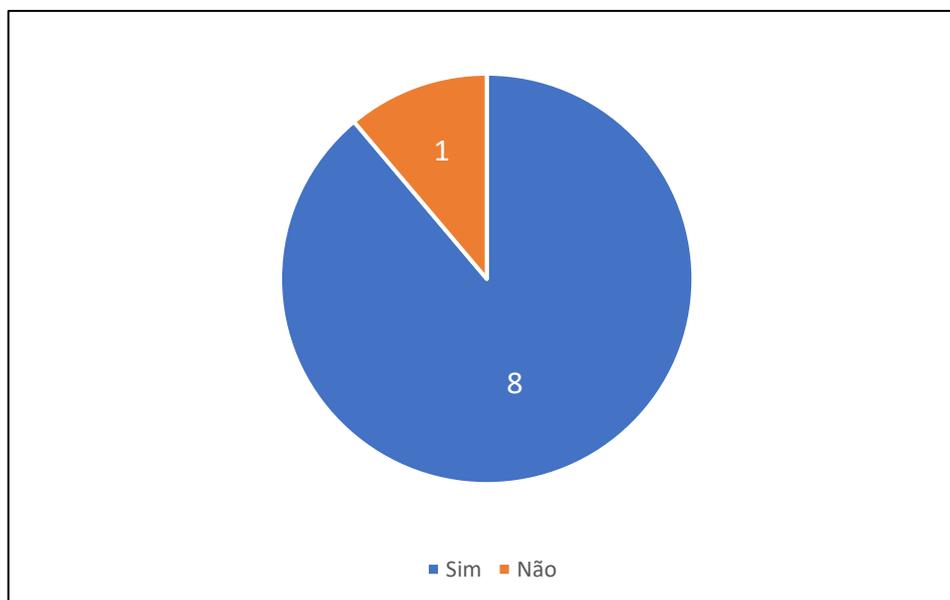
- *O guia oferece estratégias de abordagem do tema em sala de aula.*

- *Sim, a instituição educacional deve orientar seus discentes cientificamente sobre a temática, uma vez que ainda existem resistência acerca do tema e a adolescência, enquanto transição corporal enfrenta infindáveis dúvidas muitas não supridas pela educação familiar.*

- *Sim, pois despertaria o interesse para o estudo do assunto pelos estudantes de forma interativa e de maneira que não os intimidassem.*

Assim, percebemos que a maioria dos docentes considera importante o uso do guia e que utilizariam em sua prática docente, conforme podemos observar nas respostas acima e no gráfico 2.

Figura 7- Utilização do Guia mediador pelos docentes em sua prática docente.



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Além disso, em outros questionamentos sobre se o Guia facilitaria a aprendizagem por parte dos alunos, se o material era de fácil aquisição e se consideravam que o guia foi concebido a partir das vivências e práticas profissionais dos docentes, todos os participantes afirmaram que sim. No entanto, quando indagados se o produto seria de fácil aplicação nas suas aulas ou nos demais espaços escolares, 01 (um) docente respondeu que não; 01 (um) respondeu talvez, e 07 (sete) responderam que sim e explicaram o porquê nos textos que se seguem:

- *Sim. Pela sua elaboração bem didática*

- *Sim, pois é bastante objetivo, descritivo e reflexivo. Ao mesmo tempo que explica como proceder passo a passo, indica também as reflexões que podem ser tratadas a partir de cada atividade. Além disso, as atividades aparecem em uma sequência, partindo de temas menos complexos em direção a assuntos mais complexos que exigem maior reflexão.*

- *Talvez. Há necessidade de acesso digital pelos discentes de baixa renda, o que pode ser um fator complicado. Porém, isso não é um fator limitante originado pelo produto e sim pela condição social dos potenciais usuários.*

- *Não.*

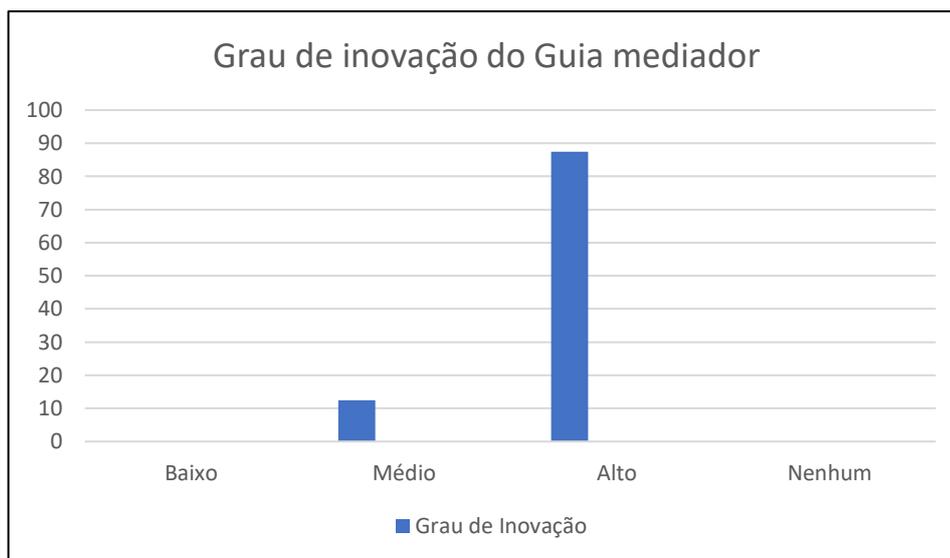
- *Sim, são iniciativas que independem de espaço escolar ou aula, na condição de tema transversais, são fundamentais para um diálogo harmonioso e de conhecimento sobre o tema.*
- *Sim pois é bem didático e dinâmico*
- *Sim, é um tema relevante e, ainda que o tema não seja exclusivamente sobre sexualidade, pode servir de guia para debates.*
- *Sim, por ser bem explicativo, ilustrado e claro.*
- *Sim, estamos dispostos a novas metodologias, já que precisamos inovar e construirmos saberes novos e inovadores.*

Em outro questionamento sobre a necessidade de haver uma capacitação prévia dos docentes e técnicos para a utilização do Guia, a maioria dos docentes considera importante para que haja a utilização do material de forma adequada, no entanto, 01 (um) respondeu que não precisava, pois o material já apresentava uma clareza e 01 (um) acredita que é importante a capacitação e momentos de discussão do assunto, mas o guia poderia ser utilizado de forma independente também, como podemos verificar em algumas falas abaixo:

- *Sempre é bom as formações de professores e momentos de conversa, mas vejo que o guia pode ser utilizado independente disso também.*
- *Sim. Como se trata de um produto novo é razoável um treinamento para uso de forma adequada visando maximizar sua utilização nos espaços educacionais.*
- *Acredito que é vital uma capacitação.*
- *Não, está bem claro o material.*

Sobre se o produto apresentava inovação, 87,5% consideraram o guia com alto grau de inovação e apenas 12,5% acreditaram ser esse grau de nível médio, como podemos verificar no gráfico 03. Dessa forma, consideramos o guia com uma característica de inovação satisfatória para um produto educacional que terá aplicabilidade nos sistemas de ensino.

Figura 8 - Grau de inovação do produto educacional Guia mediador de práticas dialógicas sobre a sexualidade.



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Ao final do questionário, deixamos uma pergunta em aberto para que os docentes pudessem deixar suas contribuições sobre o produto educacional analisado e obtivemos as seguintes respostas:

- *A sexualidade é com certeza um dos principais temas da vida humana e é tratado, na maioria das vezes, de maneira secundária dentro das instituições de ensino. Nos deparamos todos os dias com problemas relacionados a dificuldades com a sexualidade, até mesmo em nossa própria vida pessoal. O guia é uma excelente ferramenta para fortalecer este tema dentro das escolas, afinal, sexualidade é vida!!*

- *Olha acredito que este tema é muito pertinente, porém temos que ter muito cuidado em abordá-lo, pois tem vários grupos de alunos que não se dispõem em estudar e aproveitam da situação para distorcer o ensino e experiência do professor para acusá-lo e incriminá-lo em suas palavras.*

- *O tema tem sua relevância pois nesse período de transformações, quanto melhor o espaço escolar proporcionar esclarecimentos científicos e sociais para os discentes melhor para a formação de seu caráter e cidadania.*

- *Material didático e dinâmico*

- *O produto permite uma conversação clara e aberta sobre o tema sexualidade. Além disso, o layout é bem atrativo permitindo uma leitura agradável. Os capítulos apresentam coesão e plasticidade na aplicação. Por certo, estamos diante de um produto educacional que vai contribuir com a formação de nossos alunos.*

- *O tema é relevante principalmente para nossos discentes que podem ter uma melhor orientação sobre sua vida.*

- *Material bem didáticos que promove o diálogo sobre o tema de forma dinâmica e interativa.*

- Produto excelente, com muita qualidade e cuidado.

Portanto, esse processo de validação do produto educacional nos demonstrou que houve uma receptividade dos docentes da instituição a utilizarem o material e que o consideraram dinâmico e didático. Dessa forma, o Guia mediador de práticas dialógicas sobre o ensino da sexualidade demonstrou ser viável para se discutir a temática sexualidade nos espaços escolares tanto com os estudantes, quanto com os docentes e demais servidores da instituição que estão abertos a novas possibilidades para ensinar e discutir as questões que envolvem o tema.

Logo após a avaliação dos docentes sobre o produto, chegamos à quinta e última etapa da elaboração do produto educacional voltada aos mestrados. Essa etapa corresponde à reflexão do produto educacional à luz do referencial teórico. Assim, inferimos com a pesquisa, que as estratégias de ensino tradicionais baseadas em aulas somente expositivas ou palestras que mantêm o professor/palestrante como detentor do conhecimento não é um método muito indicado para fazer com que os jovens discutam os conteúdos de forma crítica e levem os conhecimentos adquiridos para sua vida pessoal e afetiva.

Portanto, o guia mediador se baseia na ação dialógica proposta por Paulo Freire (2011), que afirma que os atores se encontram para realizar a transformação de sua realidade de maneira que usem a colaboração. Assim, a escola deve ser um ambiente de diálogo e discussão com todos os envolvidos para que haja um aprendizado significativo por meio da troca de saberes.

Dessa forma, vislumbramos que o uso do produto educacional Guia mediador no ambiente escolar será de extrema importância para a abordagem do tema de forma didática e dinâmica por todos os interessados da instituição. Além disso, procuramos discutir a sexualidade no seu caráter transversal, envolvendo as dimensões social, psicológica e biológica que busca a inserção e emancipação do indivíduo na sociedade.

REFERÊNCIAS

ACRE. Secretaria de Estado de Planejamento. **Acre em Números 2017**. Rio Branco: SEPLAN, 2017. Disponível em: <<http://acre.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/acre-em-numeros-2017.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

ALBUQUERQUE, G. A.; BELÉM, J. M.; NUNES, J. F. C.; ALVES, M. J. H.; FEITOSA, F. R. A.; QUEIROZ, C. M. H. T. de.; LEITE, M. F.; ADAMI, F. Saberes e práticas sexuais de adolescentes do sexo masculino: impactos na saúde. **Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro**, vol. 4, n. 2, p. 1146-1160, maio/ago. 2014.

ALTMANN, H. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, n.13, p. 69-82, abr. 2013.

ANDRES, S. S. JAEGER, A.A.; GOELLNER, S.V. Educar para a diversidade: gênero e sexualidade segundo a percepção de estudantes e supervisoras do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (UFSM). **Revista Educação Física/UEM**, vol. 26, n. 2, p. 167-179, 2015.

AQUINO, C.; MARTELLI, A. C. Escola e educação sexual: uma relação necessária. In: IX ANPED SUL SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL. 2012. Rio Grande do Sul. **Anais eletrônicos ...** Rio Grande do Sul: UCS, 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1105/800>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

ARAGÃO, H. T.; SANTOS, S. M. dos.; MENEZES, A. N.; MADI, R. R. SOUZA, G. T. R.; MELO, C. M. de. Educação sexual e sexualidade de adolescentes: práticas pedagógicas em tempos de zika vírus. **Revista Thêma et Scientia**, vol. 10, n. 1, jan/jun. 2020.

BARDIN, L.; **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, S. C., RIBEIRO, P. R. C. Educação para a sexualidade: uma questão transversal ou disciplinar no currículo escolar? **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, vol. 11, n. 1, 164-187, 2012.

BASTOS, F. As distâncias sociais entre escola e sujeitos homossexuais e sua interferência na percepção de homofobia. In.: 38ª REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 2017. São Luís. **Anais eletrônicos ...** São Luís: UFMA, 2017. Disponível em: <http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_1171.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2020.

BORGES, R. de. C. V.; ROSSI, C. R. Educação em sexualidades e relações de gênero no contexto do ensino infantil: vivências possíveis. **Contexto & Educação**. Editora Unijuí, ano 34, nº 108, maio/ago. 2019.

BONFIM, C. **Desnudando a educação sexual**. Campinas: Papyrus, 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural: orientação sexual**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**. Brasília: MEC, 2017.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde - Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **Boletim Epidemiológico HIV – AIDS**, 2018. vol. 49, n. 53. Brasília – DF, 2018.

_____. Ministério da Saúde – Secretaria de Vigilância em Saúde. **Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) – DATASUS**, 2017. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc/cnv/nvac.def>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

_____. Ministério da mulher, da família e dos direitos humanos. **Dados de violência sexual contra crianças e adolescentes**, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

_____. Ministério da Educação. **Instituições da Rede Federal**. 2021. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>>. Acesso em: 04 jan. 2021.

CIRIACO, N. L. C.; PEREIRA, L. A. A. C.; CAMPOS-JÚNIOR, P. H. A.; COSTA, R. A. A importância do conhecimento sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) pelos adolescentes e a necessidade de uma abordagem que vá além das concepções biológicas. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 18 n. 1, p. 63-80, jan./jun. 2019.

COSTA, R. P. **Os onze sexos: as múltiplas faces da sexualidade humana**. 4. ed. São Paulo: Kondo, 2005.

DIAS, L. F.; COSTA, A. R.; RODRIGUES, T. F.; BERNARDES, V. P.; OLIVERA, R. R. B.; DIAS, N. G. (Trans)passando diálogos abordando sexualidade, gênero e saúde no ambiente escolar. **Revista Extensão em Ação**, Fortaleza, v.1, n.17, jan./jul. 2019.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. **Ensino de Ciências: fundamentos e métodos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DESIDÉRIO, R. A exclusão da temática sexualidade nos anos iniciais do ensino fundamental na BNCC e seus reflexos para o ensino de ciências. Horizontes – **Revista de Educação**, Dourados-MS, v. 8, n. 15, p. 98-112, jan./jun. 2020.

DINIS, N. F. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 39, p.39-50, abr. 2011.

DUARTE, P. M. S. **Educação da sexualidade: modelos e representações de professores**. 2010. 87f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2010.

FARIAS, M. S F.; MENDONÇA, A. P. **Imagem elaborada no Grupo de Trabalho Produto Educacional da Área de Ensino da CAPES**. Brasília, 2019.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Repensando a Educação sexual enquanto tema transversal. **Cadernos de Educação**, Universidade Federal de Pelotas, ano. 11, n.19, p. 65-82, 2002.

____. **Educação Sexual: retomando uma proposta, um desafio**. 3 ed. Londrina: Eduel, 2010.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. In: FIGUEIRÓ, M. N. D. (Org.). **Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum**. Londrina: UEL, 2009.

FOCAULT, M. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2018.

FONTOURA, H. A. da. Analisando dados qualitativos através da tematização. In: FONTOURA, H. A. da (Org.). **Formação de Professores e Diversidades Culturais**:

múltiplos olhares em pesquisa. Coleção “Educação e Vida Nacional”. Niterói: Intertexto, 2011. p. 61-82.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Nota técnica:** Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19, 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. **Educação e Mudança**. 2ª ed. Rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, F. E. L. **O autoconhecimento sobre o corpo e a sexualidade em adolescentes grávidas do município de Rio Branco- Acre- Brasil**. 2016. 40 f. Trabalho de conclusão de curso (Monografia) – Curso de Especialização em Educação Sexual, Centro Universitário Salesiano de São Paulo , *Campus Pío XI*, São Paulo, 2016.

FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos**. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. VII (1901-1905) Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FURLANI, J. **Educação sexual na sala de aula**. Relações de Gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FURLANI, J. Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da Educação Sexual. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n. 46, p. 269-285, dez. 2007.

FURLANETTO, M. F.; LAUERMANN, F.; COSTA, C. B. da.; MARIN, A. H. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de pesquisa**, v.48, n.168, p.550-571, abr./jun. 2018.

GAVA, T.; VILLELA, W. V. Educação em Sexualidade: desafios políticos e práticos para a escola. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, n. 24, p.157-171, dez. 2016.

GESSER, M., OLTRAMARI, L.C., PANISSON, G. Docência e concepções de sexualidade na educação básica. **Psicologia & Sociedade**, vol. 27, n. 3, 558-568, 2015.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, C. S. F.; GUERRA, M. das. G. G. V. Educação dialógica: a perspectiva de Paulo Freire para o mundo da educação. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 19, n. 3, p. 4-15, set./dez. 2020.

HYDALL, A. R. S.; DUARTE, R. N.; COSTA, R. S. da. Partos prematuros em adolescentes em Rio Branco -- Acre no ano de 2015. **DêCiência em Foco**, v. 2, n.1, p. 34--44, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2020. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ac/rio-branco.html>>. Acesso em: 08 dez. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE – IFAC. 2021. Disponível em: <https://www.ifac.edu.br/o-ifac>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP. Projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar, organizadas de acordo com áreas temáticas, a saber, étnico-racial, gênero, geracional, territorial, de deficiência e socioeconômica. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Participação no mercado de trabalho e violência doméstica contra as mulheres no Brasil. Brasília: Ipea, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2501.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2020.

JAQUES, A. E. **Significado da sexualidade e assuntos correlatos no contexto escolar por professores do ensino fundamental na educação sexual**: experiência de uma pesquisa-ação. Tese (Doutorado). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – USP. 182p. 2012.

JAQUES, A. E.; PHILBERT, L. A. da S.; BUENO, S. M. V. Significados sobre sexualidade humana junto aos professores do ensino fundamental. **Arq. Ciênc. Saúde UNIPAR**, Umuarama, v. 16, n. 1, p. 45-50, jan./abr. 2012.

JARDIM, D. P.; BRÊTAS, J. R. S. Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira – SP. **Revista Brasileira de Enfermagem**, vol. 59, n. 2, p. 157-62. mar./abr. 2006.

KRASILCHIK, M.; MARANDINO, M. **Ensino de Ciências e cidadania**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2007.

LINS, L. C.S., PEREIRA, E. D. R., LIRA, I. V. de. Como anda a educação dos jovens: um estudo exploratório em quatro colégios do Recife. In: Congresso Brasileiro de Enfermagem, 37. Recife, 1985. **Anais**.

LOURO, G. L., WEEKS, J., BRITZMAN, D.; HOOKS, B.; PARKER, R.; BUTLER, J. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Louro, G. L. (org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em revista**, n. 46, p. 201-218, dez. 2007.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008.

MAIA, A. C. B.; TERESA, V. Concepções de professores sobre a sexualidade de alunos e a sua formação em educação inclusiva. **Revista Educação Especial**, v. 30, n. 59, p. 669-680, set./dez. 2017.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

MELO, S. M. de. Educação e sexualidade. Florianópolis: UDESC, **Caderno pedagógico**, vol. 1, 2002.

MIRANDA, A. C. T.; OLIVEIRA, M. de.; Abuso sexual infantil e escola: enfrentamento e intervenções pedagógicas. In.: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10, 2013. Florianópolis. **Anais Eletrônicos...** Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1386794527_ARQUIVO_MarciodeOliveira.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2020.

MIRANDA, P. R. M. de.; KALHIL, J. B.; ALVES, J. M. Sexualidade, Gênero e Educação Sexual nas Atas do Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – ENPEC de 2009 a 2015. In: XI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS – XI ENPEC. 2017. Florianópolis, SC. **Anais eletrônicos ...** Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: <<http://abrapecnet.org.br/enpec/xi-enpec/anais/resumos/R0747-1.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2020.

MOIZÉS, J.S., BUENO, S.M.V. Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental. **Revista Escola de Enfermagem**. USP, 2010.

NARDI, H. C; QUARTIERO, E. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, n.11, p. 59-87, ago. 2012.

NOGUEIRA, N. S.; ZOCCA, A. R.; MUZZETI, L. R.; RIBEIRO, P. R. M. Educação sexual no contexto escolar: as estratégias utilizadas em sala de aula pelos educadores. **HOLOS**. Ano 32, Vol. 3. 2016.

NOGUEIRA, I. S.; LABEGALINI, C. M. G.; PEREIRA, K. F. R.; HIGARASHI, I. H.; BUENO, S. M. V.; BALDISSERA, V. D. A. Pesquisa-ação sobre sexualidade humana: uma abordagem freiriana em enfermagem. **Cogitare Enfermagem**. Vol. 22, n 1, p. 01-10. 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Saúde Sexual**. Disponível em: <https://www.who.int/topics/sexual_health/en/>. Acesso em: 12 fev. 2019.

PATTI, B. A. B.; PINHÃO, F. L.; SILVA, E. C. D. da. Sexualidade na Base Nacional Comum Curricular: uma breve análise. In.: XII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS – XII ENPEC, 2019. Natal. **Anais eletrônicos ...** Natal: UFRN, 2019. Disponível em: <<http://abrapecnet.org.br/enpec/xiienpec/anais/resumos/1/R0947-1.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

PINHEIRO, A. de. S.; SILVA, L. R. G. da.; TOURINHO, M. B. A. da. C. A estratégia saúde da família e a escola na educação sexual: uma perspectiva de intersectorialidade. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15 n. 3, p. 803-822, set./dez. 2017.

PIROTTA, K. C. M.; BARBOZA, R.; PUPO, L. R.; UNBEHAUM, S.; CAVASIN, S. Programas de orientação sexual nas escolas: uma análise das lacunas na implementação de políticas públicas a partir da percepção dos alunos da rede municipal de ensino de São Paulo. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, vol. 3, n.1, p. 190-210. 2013.

QUEIRÓS, P. de. S.; PIRES, L. M.; MATOS, M. A.; JUNQUEIRA, A. L. N.; MEDEIROS, M.; SOUZA; M. M. de. Concepções de pais de adolescentes escolares sobre a sexualidade de seus filhos. **Revista Rene**, vol. 17, n. 2, p. 293-300, mar/abr. 2016.

QUIRINO, G. S., ROCHA, J.B.T., Sexualidade e educação sexual na percepção docente. **Educar em Revista**, vol. 43, 2012.

QUIRINO, G. da. S.; ROCHA, J. B. T. da. Prática docente em educação sexual em uma escola pública de Juazeiro do Norte, CE, Brasil. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 19, n. 3, p. 677-694, 2013.

RAMOS, C. F. V.; ARARUNA, R. da. C.; LIMA, C. M. F. de.; SANTANA, C. L. A. de.; TANAKA, L. H. Práticas educativas: pesquisa-ação com enfermeiros da Estratégia de Saúde da Família. **Revista Brasileira de Enfermagem**, vol. 71, n. 3, p. 1211-1218. 2018.

RAMOS, C. F. V.; SILVA, M. S. B. da.; ROSA, A. S.; SANTANA, C. L. A. de.; TANAKA, L. H. Ações educativas: pesquisa-ação com profissionais e usuários da Estratégia Saúde da Família. **Revista Brasileira de Enfermagem**, vol. 73, n. 5. 2020.

RIZZATTI, I. M.; MENDONÇA, A. P.; MATTOS, F.; RÔÇAS, G.; da SILVA, M. A. B. V. da.; CAVALCANTI, R. J. de S.; OLIVEIRA, R. R. de. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020.

SAMPIERI, R.H; CALLADO, C.F; LUCIO, MPB. **Metodologia de Pesquisa**. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SCARATTI, M.; SILVA, P. R. R. da.; ZANATTA, E. A.; BRUM, M. L. B. Sexualidade e Adolescência: Concepções de Professores do Ensino Básico. **Revista Enfermagem**, UFSM, vol. 6, n. 2, p. 164-174, abr./jun. 2016.

SFAIR, S. C. **Educação sexual para adolescentes e jovens: o que preveem os documentos públicos nos níveis federal e estadual em São Paulo**. 2012. 113f. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

SOARES, A. G.; ALMEIDA, D. M. de. Análise de trabalhos apresentados na ANPED (2004 a 2013) com a temática de gênero e sexualidade no ensino das ciências. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 82-96, Jan./Abr. 2016.

SOARES, Z. P.; MONTEIRO, S. S. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 73, p. 287-305, jan./fev. 2019.

SOUSA, C. R. de O.; GOMES, K. R. O.; SILVA, K. C. de O.; MASCARENHAS, M. D. M.; RODRIGUES, M. T. P.; ANDRADE, J. X.; LEAL, M. A. B. F. Fatores preditores da evasão escolar entre adolescentes com experiência de gravidez. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 26, n. 2, p. 160-169, 2018.

SOUSA, P. S. de.; BASTOS, A. P. S.; FIGUEIREDO, P. S. de.; GEHLEN, S. T. Investigação Temática no Contexto do Ensino de Ciências: Relações entre a Abordagem Temática Freireana e a Práxis Curricular via Tema Gerador. **Alexandria Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, v.7, n.2, p.155-177, nov. 2014.

TAQUETTE, S. R. Epidemia de HIV/Aids em adolescentes no Brasil e na França: semelhanças e diferenças. **Saúde e Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 618-628, 2013.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

UNESCO. **Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade: razões em favor da educação em sexualidade**. Brasília, DF: Unesco, 2010.

VIEIRA, P. M. **Educação sexual na adolescência: práticas intersetoriais entre a saúde e a educação**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, 190f. 2015.

VIEIRA, P. M.; MATSUKURA, T. S. Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 22, n. 69. 2017.

VIGANO, S. de. M. M.; LAFFIN, M. H. L. F. Gênero e sexualidade: concepções e discussões acerca da educação. **Revista Espaço do currículo**, João Pessoa, v.12, n.1, p. 209-222, jan./abr. 2019.

WEREBE, M. J. G. Educação sexual: instrumento de democratização onde mais repressão? **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 36, p.99-110,1981. In: TRABALHO APRESENTADO NA MESA-REDONDA DA 32ª REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. Rio de Janeiro, 1980.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In.: LOURO, G. L., WEEKS, J., BRITZMAN, D.; HOOKS, B.; PARKER, R.; BUTLER, J. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Louro, G. L. (org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ZANNATA, L. F., MORAES, S. P., FREITAS, M. J. D, BRÊTAS, J. R. S. A educação em sexualidade na escola itinerante do MST: percepções dos(as) educandos(as). **Educação Pesquisa**, v. 42, n. 2, p. 443-458, 2016.

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido para docentes

Título do projeto: “Concepções de professores e alunos sobre sexualidade e as estratégias utilizadas na abordagem dessa temática no contexto de uma Instituição Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre”.

As informações que seguem abaixo estão sendo fornecidas para sua participação voluntária neste estudo de natureza qualitativa, utilizando uma estratégia metodológica denominada pesquisa-ação, que tem por objetivos investigar as concepções de estudantes e professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC sobre o tema, e identificar as estratégias empregadas por esses professores na abordagem desse assunto no ambiente escolar. Dessa forma, será possível construir coletivamente propostas de realização de práticas educativas em sexualidade com os alunos e professores do ensino médio do IFAC.

O estudo se justifica devido às matrizes curriculares dos cursos de ensino médio pesquisadas, em que verifiquei que algumas dão ênfase para a dimensão biológica e as doenças envolvidas com o conteúdo, deixando de lado as dimensões emocional, social e psicológica dos alunos, o que pode levar a um desinteresse pelo tema. Além disso, os altos índices de Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST’s e Gravidez na Adolescência, fenômenos sociais e de saúde que estão intimamente relacionados com uma vivência inadequada da sexualidade, me levaram a questionar se as metodologias utilizadas nas escolas são realmente eficazes no sentido de proporcionar aos estudantes um nível de conscientização necessária para a compreensão do tema.

Os dados da pesquisa serão coletados por meio da técnica de entrevista individual na primeira etapa e encontro com grupo focal com previsão para quatro encontros, na segunda etapa. Tanto as entrevistas e os encontros do grupo focal serão gravados com utilização de aparelho de gravador de voz. Os encontros do grupo focal poderão ser filmados, caso sejam autorizados por todos os participantes. Logo após, os conteúdos serão transcritos e devolvidos para sua validação.

Os encontros do grupo focal terão duração de até duas horas cada, com previsão de um encontro por semana, e serão agendados conforme a disponibilidade de todos os participantes, com as reuniões ocorrendo no Instituto Federal de Educação *campus* Rio Branco. Os primeiros encontros terão como objetivos apresentar os resultados da pesquisa na sua primeira etapa sobre o significado da sexualidade no processo de ensino-aprendizagem e os fatores que interferem na realização das práticas educativas em sexualidade para que no último encontro subsidiem a construção coletiva de metodologias diferenciadas para garantir uma educação sexual efetiva no ambiente escolar.

Não será divulgada a identificação de nenhum participante. O sigilo será assegurado durante todo o processo da pesquisa e também no momento de divulgação dos dados.

A pesquisa apresenta como possíveis riscos o constrangimento aos participantes, e esses riscos serão minimizados em todo o processo de coleta dos dados, não permitindo, por exemplo questionamentos relacionados à orientação sexual. Além disso, não serão aceitos nenhuma outra forma de constrangimento, bullying ou falta de respeito com os colegas que participam do estudo.

O projeto pretende gerar benefícios para a comunidade escolar e para os próprios participantes, quando percebe os anseios de seus alunos e professores e trabalha para melhorar o desenvolvimento da temática no ambiente escolar. Dessa forma, a intenção do estudo é de buscar meios para se trabalhar com esse público alvo para que eles venham a modificar algumas

atitudes malélicas para si e para os outros no exercício da sua sexualidade, que podem envolver conteúdos contra o abuso sexual, violência e preconceito.

Você poderá interromper a sua participação a qualquer momento, pois a sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Dessa forma, você não será identificado em nenhuma publicação.

Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo, também não há compensação financeira relacionada a sua participação. Assim, você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. Este estudo apresenta risco mínimo, apesar disso, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo “Percepções de professores e alunos sobre sexualidade e as metodologias utilizadas na abordagem dessa temática no contexto escolar”.

Eu discuti com a pesquisadora professora Amanda Moura Badarane sobre a minha decisão em participar desse estudo. Ficam claros para mim quais são os propósitos do estudo e os procedimentos a serem realizados. Ficou claro também que a minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia do sigilo nominal e de minhas informações. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo.

Em qualquer etapa do estudo você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O principal pesquisador é a professora Amanda Moura Badarane que pode ser encontrada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC, *campus* Rio Branco, Bairro Xavier Maia – Rio Branco – AC. Celular (68) 98122-3347 e e-mail amanda.badarane@ifac.edu.br. Também poderá ser contatada a Orientadora Professora Doutora Francisca Estela Lima de Freitas, na Universidade Federal do Acre – UFAC, *campus* Rio Branco, BR 364, Km 04 – Rio Branco – AC. E-mail estelalimafreitas@hotmail.com.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

CEP- COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - UFAC

Prédio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEG) – Sala 26

Telefone: 3901-2711

Email: cepufac@hotmail.com ou cep-ufac@ufac.br

Asseguramos uma cópia deste termo para o(a) entrevistado(a) e outra para o pesquisador.

.....

Data:/...../.....

Assinatura do(a) entrevistado(a)

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste(a) narrador(a) para a participação neste estudo.

.....

Data / /

Amanda Moura Badarane - Pesquisadora

APÊNDICE B - Termo de consentimento livre e esclarecido para alunos

Título do projeto: “Concepções de professores e alunos sobre sexualidade e as estratégias utilizadas na abordagem dessa temática no contexto de uma Instituição Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre”.

As informações que seguem abaixo estão sendo fornecidas para sua participação voluntária neste estudo de natureza qualitativa, utilizando uma estratégia metodológica denominada pesquisa-ação, que tem por objetivos investigar as concepções de estudantes e professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC sobre o tema, e identificar as estratégias empregadas por esses professores na abordagem desse assunto no ambiente escolar. Dessa forma, será possível construir coletivamente propostas de realização de práticas educativas em sexualidade com os alunos e professores do ensino médio do IFAC.

O estudo se justifica devido às matrizes curriculares dos cursos de ensino médio pesquisadas, em que verifiquei que algumas dão ênfase para a dimensão biológica e as doenças envolvidas com o conteúdo, deixando de lado as dimensões emocional, social e psicológica dos alunos, o que pode levar a um desinteresse pelo tema. Além disso, os altos índices de Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST’s e Gravidez na Adolescência, fenômenos sociais e de saúde que estão intimamente relacionados com uma vivência inadequada da sexualidade, me levaram a questionar se as metodologias utilizadas nas escolas são realmente eficazes no sentido de proporcionar aos estudantes um nível de conscientização necessária para a compreensão do tema.

Os dados da pesquisa serão coletados por meio da técnica de entrevista individual na primeira etapa e encontro com grupo focal com previsão para quatro encontros, na segunda etapa. Tanto as entrevistas e os encontros do grupo focal serão gravados com utilização de aparelho de gravador de voz. Os encontros do grupo focal poderão ser filmados, caso sejam autorizados por todos os participantes. Logo após, os conteúdos serão transcritos e devolvidos para sua validação.

Os encontros do grupo focal terão duração de até duas horas cada, com previsão de um encontro por semana, e serão agendados conforme a disponibilidade de todos os participantes, com as reuniões ocorrendo no Instituto Federal de Educação *campus* Rio Branco. Os primeiros encontros terão como objetivos apresentar os resultados da pesquisa na sua primeira etapa sobre o significado da sexualidade no processo de ensino-aprendizagem e os fatores que interferem na realização das práticas educativas em sexualidade para que no último encontro subsidiem a construção coletiva de metodologias diferenciadas para garantir uma educação sexual efetiva no ambiente escolar.

Não será divulgada a identificação de nenhum participante. O sigilo será assegurado durante todo o processo da pesquisa e também no momento de divulgação dos dados.

A pesquisa apresenta como possíveis riscos o constrangimento aos participantes, e esses riscos serão minimizados em todo o processo de coleta dos dados, não permitindo, por exemplo questionamentos relacionados à orientação sexual. Além disso, não serão aceitos

nenhuma outra forma de constrangimento, bullying ou falta de respeito com os colegas que participam do estudo.

O projeto pretende gerar benefícios para a comunidade escolar e para os próprios participantes, quando percebe os anseios de seus alunos e professores e trabalha para melhorar o desenvolvimento da temática no ambiente escolar. Dessa forma, a intenção do estudo é de buscar meios para se trabalhar com esse público-alvo para que eles venham a modificar algumas atitudes maléficas para si e para os outros no exercício da sua sexualidade, que podem envolver conteúdos contra o abuso sexual, violência e preconceito.

Você poderá interromper a sua participação a qualquer momento, pois a sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Dessa forma, você não será identificado em nenhuma publicação.

Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo, também não há compensação financeira relacionada a sua participação. Assim, você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. Este estudo apresenta risco mínimo, apesar disso, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo “Percepções de professores e alunos sobre sexualidade e as metodologias utilizadas na abordagem dessa temática no contexto escolar”.

Eu discuti com a pesquisadora professora Amanda Moura Badarane sobre a minha decisão em participar desse estudo. Ficam claros para mim quais são os propósitos do estudo e os procedimentos a serem realizados. Ficou claro também que a minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia do sigilo nominal e de minhas informações. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo.

Em qualquer etapa do estudo você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O principal pesquisador é a professora Amanda Moura Badarane que pode ser encontrada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC, *campus* Rio Branco, Bairro Xavier Maia – Rio Branco – AC. Celular (68) 98122-3347 e e-mail amanda.badarane@ifac.edu.br. Também poderá ser contatada a Orientadora Professora Doutora Francisca Estela Lima de Freitas, na Universidade Federal do Acre – UFAC, *campus* Rio Branco, BR 364, Km 04 – Rio Branco – AC. E-mail estelalimafreitas@hotmail.com.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

CEP- COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - UFAC
Prédio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEG) – Sala 26
Telefone: 3901-2711
Email: cepufac@hotmail.com ou cep-ufac@ufac.br

Asseguramos uma cópia deste termo para o(a) entrevistado(a) e outra para o pesquisador.

.....

Data:/...../.....

Assinatura do(a) entrevistado(a)

RG: _____

Data de nascimento:/...../.....

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste(a) narrador(a) para a participação neste estudo.

.....

Data ____ / ____ / ____

Amanda Moura Badarane - Pesquisadora

APÊNDICE C - Roteiro para entrevistas - docentes

Título da pesquisa: “Concepções de professores e alunos sobre sexualidade e as estratégias utilizadas na abordagem dessa temática no contexto de uma Instituição Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre”

Data: _____ Horário: _____

Dados de Identificação:

1. Sexo: _____
2. Idade: _____
3. Estado Civil: _____
4. Religião: _____
5. Profissão: _____
6. Nível de formação: _____
7. Disciplina que leciona: _____

Questões:

1. O que você entende/pensa por sexualidade?
2. O que você entende/pensa por sexo?
3. Qual a importância da sexualidade e do sexo na vida das pessoas? E na sua vida?
4. Você aborda os temas sexualidade e sexo durante as suas aulas ou no ambiente escolar?
5. De que forma ou quais estratégias de ensino utiliza?
6. Você considerou que a metodologia/estratégia utilizada foi eficiente? Por quais motivos?
7. Quais metodologias ou instrumentos você consideraria mais importante para se trabalhar com essa temática com os alunos?
8. Você utiliza algum material didático para trabalhar com o tema em sala de aula?
9. É recorrente os seus alunos se interessarem ou tocarem em alguma questão relacionada a sexualidade ou sexo?
10. Quando os alunos mencionam algo relacionado ao assunto você se sente à vontade para debater essa questão com eles?

11. Caso você discuta esses temas com os alunos, você enfatiza qual dimensão relacionado à sexualidade? a biológica, social ou psicológica?
12. Qual sua opinião sobre a educação sexual que acontece nas escolas? Considera importante ou não? Por quê?
13. Quem/ ou quais áreas do conhecimento você acha que deve trabalhar com a temática sexualidade na escola?
14. Caso houvesse alguma atividade ou formação continuada sobre educação para a sexualidade na sua escola, você participaria? Por quê?
15. Como você vê os temas transversais? Acredita que está sendo trabalhado em sua escola? Em caso positivo, você acha que a forma como tem sido conduzido atende aos objetivos dos instrumentos orientadores?
16. Na sua opinião, qual o papel dos pais na educação para a sexualidade dos filhos?

APÊNDICE D - Roteiro para entrevistas - Alunos

Título da pesquisa: “Concepções de professores e alunos sobre sexualidade e as estratégias utilizadas na abordagem dessa temática no contexto de uma Instituição Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre”

Data: _____ Horário: _____

Dados de Identificação:

1. Sexo: _____

2. Idade: _____

3. Religião: _____

4. Escolaridade: _____

5. Ano: _____

Questões:

1. O que você entende por sexualidade?
2. O que você entende por sexo?
3. Qual a importância da sexualidade e do sexo na vida das pessoas? E na sua vida?
4. Você já participou, na escola, de algum momento em que se discutiu ou se conversou sobre sexo e sexualidade?
5. Por quem essa atividade foi desenvolvida?
6. Caso tenham desenvolvido, que tipo de metodologia foi utilizada?
7. Você considerou que a metodologia utilizada foi eficiente?
8. Você se sentiu sensibilizado (a) a ponto de mudar alguns hábitos relacionados a essa temática depois do encontro?
9. Você acredita que esses temas devam ser mais abordados na escola? Por que? E por quem?
10. E na sua opinião, quais as atividades ou metodologias deveriam ser utilizadas para se trabalhar com esse assunto?
11. Quando surgem dúvidas sobre sexualidade e sexo a quem você recorre para resolvê-las?
12. No que se refere à sexualidade, quais são os maiores problemas que você enfrenta no ambiente escolar?
13. Na sua opinião, qual o papel dos pais na educação para a sexualidade dos filhos?
14. Em que momento da vida essa educação deve ser iniciada?

APÊNDICE E – Formulário Avaliação do Produto Educacional

Prezado (a) professor (a), este Formulário de pesquisa servirá como base para a avaliação/validação do Produto Educacional intitulado “Guia Mediador de práticas dialógicas no ensino sobre sexualidade” que é resultado do trabalho de pesquisa “Concepções de professores e alunos sobre sexualidade e as estratégias utilizadas na abordagem dessa temática no contexto de uma Instituição Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre”. O produto educacional é um requisito do mestrado profissional referente ao Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática – MPECIM – UFAC.

Quantos anos trabalha na área do ensino? _____

Quantos anos de atuação no IFAC? _____

Questões:

1. A metodologia do Guia apresenta, clara e objetivamente, a forma de desenvolvimento e análise das estratégias propostas?

Sim () Não () Pode melhorar ()

2. Caso tenha respondido pode melhorar na questão anterior, indique o que você acredita que pode ser melhorado no guia.

3. As práticas propostas no Guia são adequadas para os objetivos que se propõem?

Sim () Não () Talvez ()

4. Acredita que o Guia tem aplicação no sistema educacional relacionado à prática profissional do docente?

Sim () Não () Talvez ()

5. Você utilizaria em sua prática o Guia apresentado? Por quê?

Sim () Não () Talvez ()

6. Você acha que o Guia facilitaria a aprendizagem por parte dos alunos?

Sim () Não () Talvez () Não recomendaria o uso ()

7. Você acredita que o Guia será de fácil aplicação nas suas aulas ou nos demais espaços escolares? Por quê?

8. Você considera o Guia Mediador de fácil aquisição?

Sim () Não () Talvez ()

9. Você considera necessária uma capacitação prévia dos docentes e técnicos para utilização do Guia? Por quê?

10. Sabendo-se que a inovação (tecnológica, educacional e/ou social) no ensino está atrelada a uma mudança de mentalidade e/ou a um modo de fazer de educadores, gestores, alunos e egressos, na sua opinião este produto apresenta qual grau de inovação?

Baixo () Médio () Alto () Nenhum ()

11. Você acredita que o guia foi concebido a partir das vivências e práticas profissionais dos docentes?

Sim () Não () Talvez ()

12. Deixe aqui um comentário caso queira destacar alguma consideração importante.

APÊNDICE F – Produto Educacional

Guia Mediador de Práticas dialógicas no ensino da sexualidade – estará separada da dissertação.

ANEXO A – Autorização da Instituição

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Eu, Cledir de Araújo Amaral, Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão, RG Nº 369777, CPF Nº 695.716.192-72, AUTORIZO Amanda Moura Badarane, RG 406587 e CPF 001.915.241-82, docente do campus Rio Branco, SIAPE nº 17967341, a realizar entrevistas, encontros do grupo focal, oficinas e outros procedimentos que surjam ao longo da pesquisa, com os professores e alunos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, para a realização do Projeto de Pesquisa “Percepções de professores e alunos sobre sexualidade e as metodologias utilizadas na abordagem dessa temática no contexto escolar” ,que tem por objetivo primário identificar quais percepções os alunos e professores apresentam sobre sexualidade e conhecer as práticas metodológicas que tais professores utilizam para desenvolver essa temática.

Os pesquisadores acima qualificados se comprometem a:

- 1- Iniciarem a coleta de dados somente após o Projeto de Pesquisa ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.
- 2- Obedecerem às disposições éticas de proteger os participantes da pesquisa, garantindo-lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos.
- 3- Assegurarem a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garantem que não utilizarão as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, respeitando deste modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS Nº 466/2012, e obedecendo as disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, artigo 5º, incisos X e XIV e no Novo Código Civil, artigo 20.

Rio Branco, 15 de março de 2019.

Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão

Portaria nº 304 de 01 março de 2019